



FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da.

O Escravo ao ganho, uma nova face da Escravidão. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 1986.

Dissertação: Mestre em História.

1. Brasil-história-escravidão. 2. Cidade do Rio de Janeiro. 3. Escravo ao ganho. 4. Teses. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. II. Título.

Para meus filhos queridos  
Rodrigo e Renata pelos mo-  
mentos roubados.

AGRADECIMENTOS

É árdua a tarefa do historiador. Essa tarefa torna-se ainda mais difícil, quando esse historiador acumula funções tão amplas e variadas como mãe, profissional de educação, dona de casa. Além das dificuldades inerentes à própria pesquisa é preciso continuar sobrevivendo.

Nessa roda viva esse historiador só poderia concretizar sua tarefa contando com a colaboração das pessoas que o cerca.

Agora é a hora dos agradecimentos a todos aqueles que de uma forma direta, ou de uma forma indireta contribuíram para a execução deste trabalho. Agradecemos a Professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo pela orientação paciente e criteriosa; a Professora Célia Freire pelos ensinamentos que marcaram nossa graduação e pós-graduação, despertando-nos o gosto pela pesquisa; a grande amiga de todos os momentos Ana Maria da Silva Moura, através de suas críticas e incentivos de vital importância nas horas de dúvidas e incertezas; a também amiga Magda Jaolino Torres pelas sugestões que muito nos auxiliaram na organização final do trabalho; a Ilse Stenzel de Oliveira e Hélade Fernandes Bonilha profissionais que através de um furor datilográfico conseguiram dar conta da tarefa no prazo determinado; a minha mãe Mathilde Rosa Nogueira pela ajuda imprescindível na execução das tarefas e responsabilidades do controle do pequeno-grande mundo doméstico, agradecemos por ter sido avó e mãe substituta; a meu pai Nero Dias Nogueira pelo estímulo para o estudo e pela grande confiança; a minha filha Renata Nogueira da Silva pela compreensão e grande ajuda na organização da bibliografia; enfim ao meu companheiro Pedro Getúlio de Carvalho pelo total apoio e carinho.



SINOPSE

Procuramos estudar o escravo ao ganho paralelamente ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro no período de 1820 - 1888.

O escravo ao ganho apresentar-se-ia como traço característico da escravidão urbana e contraditório do sistema escravista global. Continuava sendo uma propriedade garantida pela lei, porém, oferecia seu trabalho no mercado, de mão-de-obra diretamente, recebia "salário", habitava por conta própria. O Estado controlava o sistema de repressão e punição limitando o poder do proprietário.

Havia acordo implícito e não enfrentamento entre proprietário e escravos ao ganho em benefício mútuo, o primeiro se eximia do custo da sustentação e fiscalização, o segundo ganhava relativa liberdade de circulação e possibilidade de alforria.

O escravo ao ganho mesmo não definindo o sistema escravista marcado pelas relações rurais, tornou-se elemento imprescindível numa cidade como o Rio de Janeiro contaminado pela ideologia desse sistema.

Analisamos também o proprietário do escravo ao ganho, sua posição na sociedade escravista.

ABSTRACT

The "paid slave" is characteristic of urban slavery in the XIX<sup>th</sup> century and represents a contradiction to this labor system in the country as a whole. He is still a property of his master guaranteed by law, nevertheless he offers his man power in the market directly, receives wages, inhabits on his own account.

The State controls and punishes the "paid slave" inhibiting the power of the slave owner over the slave.

There is an implicit agreement between the slave owners and the "paid slave" in their mutual interest. The first saves the cost of supporting and controlling his property, the second obtains relative liberty and the possibility of acquiring freedom.

Even though the "paid slave" did not define slavery as a whole, he became a fundamental figure in a city like Rio de Janeiro as well as his counter part and owner.

We also analyse the owner's "paid slave", and his position in the proslavery society.

## ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	
1.1	Proposta de trabalho, delimitação de espaço e tempo	1
1.2	Caracterização do objeto de estudo -----	4
1.3	Procedimentos Metodológicos -----	7
	NOTAS DA INTRODUÇÃO -----	10
PARTE I.	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
I.1	Divisão Administrativa -----	14
I.2	A Cidade cresce -----	20
I.3	A Escravidão e a Cidade -----	29
I.4	O Negro - Mão-de-obra essencial -----	40
I.5	Como conseguir um escravo na cidade -----	50
40 I.6	Escravidão Urbana - Iconografia -----	76
	NOTAS DA 1ª PARTE -----	97
PARTE II.	O ESCRAVO AO GANHO-UMA NOVA FACE DA ESCRAVIDÃO	
1º II.1	O que era ser um Escravo ao ganho? -----	103
II.2	Desprezo, necessidade, medo < a ideologia escravis ta -----	108
2º II.3	Licenças, o caminho para o ganho -----	121
II.4	Sobreviver é preciso -----	128
	NOTAS DA 2ª PARTE -----	145
PARTE III.	O GRUPO SOCIAL QUE EXPLORAVA O ESCRAVO AO GANHO	
III.1	Senhor ou Senhora de escravo ao ganho-Condições de vida -----	149
	NOTAS DA 3ª PARTE -----	168
IV.	CONCLUSÕES -----	169
	NOTAS DA CONCLUSÃO -----	173
V.	BIBLIOGRAFIA	
V.1	ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS -----	174
V.2	CRONISTAS E VIAJANTES CONTEMPORÂNEOS -----	176
V.3	OBRAS E ARTIGOS GERAIS -----	178
V.4	OBRAS E ARTIGOS SOBRE A ESCRAVIDÃO -----	180

SUMÁRIO DAS TABELAS

1. Registros de negócios e ramos diferenciados -----	23
2. Distribuição da População Livre e Escrava e Fogos segundo as Freguesias 1821 -----	24
3. Distribuição da População, casas e fogos-segundo Fregue- sia 1838 -----	25
4. População por Paroquias, casas e fogos - 1870 -----	26
5. Mapa dos oficiais e seus trabalhos -----	37
6. População da cidade do Rio de Janeiro por Freguesias em (1821) -----	41
7. População livre e escrava no Rio de Janeiro (1821-1838- 1849) -----	42
8. Escravos na cidade do Rio de Janeiro em 1838 -----	43
9. Escravos de naturalidade africana e escravos registrados como tendo 51 anos ou mais, 1872 -----	62
10. População escrava do Rio de Janeiro (1849-1864-1874-1884- 1887) -----	63
11. Movimento da população escrava no Rio de Janeiro (1877- 1881) -----	64
12. O alfabetismo e analfabetismo entre os escravos, 1872 --	66
13. Números de cortiços e sua população (1868) -----	143
14. Sexo do proprietário do Escravo ao ganho (1820-1886) ----	150
15. Profissões nas Freguesias urbanas (1871) -----	156

ÍNDICE DE MAPAS

1. Divisão Administrativa da Cidade do Rio de Janeiro -----	18
2. As Freguesias Urbanas e Rurais - sentido do crescimento 1820/1890 -----	28

## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

GRÁFICO I - Sexo dos escravos ao ganho - (1820/1886) -----	127
GRÁFICO II - Proprietário do sexo masculino e feminino (1820- 1886) -----	151
GRÁFICO III - Relação proprietário e nº de licenças-1820- 1886 -----	164.

SUMÁRIO DAS GRAVURAS

1.	Negros de diferentes nações -----	45
2.	Escravas de diferentes nações -----	47
3.	Mercado da Rua do Valongo -----	55
4.	Negros de Carro -----	76
5.	Negros carregadores de Cangalha -----	77
6.	Transporte de carruagens desmontadas -----	78
7.	Transporte de café - vendedoras de café torrado -----	78
8.	Carregadores de água -----	79
9.	Vendedor de cesto -----	81
10.	Negros vendedores de aves -----	82
11.	Negro vendedor de carvão - vendedoras de milho -----	83
12.	Vendedores de capim e leite -----	85
13.	Vendedores de Samburá: -----	87
	Vendedores de palmito	
14.	Negros serradores de tábua -----	89
15.	Negros vendedores de angú -----	91
16.	Negros barbeiros ambulantes -----	92
17.	Lojas de barbeiros -----	93
18.	O cirurgião negro -----	95
19.	Refrescos no Largo do Palácio -----	96
20.	Viúva pobre no interior de sua casa -----	153
21.	Aplicação do castigo do açoite, -----	165

## I. INTRODUÇÃO

### 1.1. Proposta de trabalho, delimitação de espaço e tempo

Este trabalho se insere numa proposta maior de estudo que estamos desenvolvendo, onde se pretende analisar a questão da escravidão urbana nas cidades brasileiras, na perspectiva de estabelecer um quadro comparativo com as cidades da América, onde este tipo de escravidão aconteceu.

Estabelecemos como ponto inicial de nossa pesquisa um aspecto da escravidão urbana - o escravo ao ganho, como um elemento específico e característico da escravidão na cidade.

Pretendemos, com este trabalho, fornecer alguns elementos para melhor compreensão da sociedade urbana e o papel que representou a mão-de-obra escrava no seu crescimento.

Temos como linha mestra analisar o desenvolvimento do escravo ao ganho, paralelamente ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, a qual nos limitamos para os fins desta pesquisa.

Por que o Rio de Janeiro? Esta escolha justifica-se em primeiro lugar, pelas suas características econômicas, sociais e políticas, a saber: o seu caráter eminentemente escravista, seu perfil político fundamental como sede do governo; sua situação econômica como principal porto de escoamento de café e de exportação de gêneros manufaturados redistribuídos pelo país e de recebimento de escravos. (1)

Em segundo lugar, justificamos nossa escolha pela constatação da falta de uma bibliografia específica sobre o tema. O que predomina é o estudo da escravidão rural. Este destaque que a escravidão rural recebe, em detrimento da urbana, pode ser facilmente explicado pois, como afirma Buarque de Holanda: (2)

"Toda estrutura colonial teve sua base fora dos

meios urbanos(...) Não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi sem dúvida, uma civilização de raízes rurais."

Entretanto, é preciso ressaltar que os limites entre cidade e campo nunca foram muito precisos, e, segundo MATO SO (3):

(...) "nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, cidade e campo são no Brasil, estreitamente inter-relacionados. No espaço, seus limites são imprecisos, economicamente vivem em estreita simbiose. Seus habitantes não hesitam em deslocar-se de um para outro num contínuo vai-vém de cavalos, mulas, palanquis e pedestres. As cidades são pomares, hortas, campos urbanizados."

O nosso objetivo é a cidade e a escravidão - através do escravo ao ganho apontaremos para as transformações em alguns elementos da estrutura escravista tradicional. Não pretendemos fazer uma história da escravidão no Brasil. Esse escravismo colonial que perpassou toda a sociedade brasileira por mais de três séculos, e sim, analisar o escravo ao ganho num espaço e tempo delimitados como um momento de contradição, como uma transição, enfim, como uma "brecha assalariada" no sistema.

São recentes as pesquisas que se dedicaram ao estudo do escravo urbano no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro. Podemos destacar a tese de doutoramento de Karrasch(4), *Slave Life in Rio de Janeiro 1808-1850*, defendida em 1972 e a dissertação de mestrado de Algrantí(5), *Feitor Ausente 1808 - 1821*, defendida em 1983.

Estes trabalhos muito nos auxiliaram, no estudo e compreensão de alguns aspectos da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro. O escravo urbano deixa de ser um elemento pitoresco, exótico, descrito através dos diários e memórias de viajantes estrangeiros(6) e passa a fazer parte de um quadro explicativo das características da cidade do Rio de Janeiro.

Karrasch, em sua tese, estuda a relação dos escravos entre si (com especial atenção aos africanos) e os aspectos da



vida cotidiana dos cativos, enfocando as possibilidades de mobilidade vertical e horizontal desses elementos na sociedade, no período de 1808 a 1850.

Enquanto isso, a dissertação de Algranti preocupa-se em compreender as características do trabalho escravo na cidade e as relações que se estabeleceram, a partir dessa situação, entre os escravos e os demais grupos. A autora a partir do exame dos documentos da polícia (levantando os crimes e processos que incidiram sobre os escravos) traça um quadro da escravidão urbana no período de 1808 a 1821.

O nosso trabalho, embora tenha o mesmo objetivo, isto é, reconstruir a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, difere dos acima citados pelos caminhos percorridos e pelo corte temporal. Priorizamos o escravo ao ganho e a sua utilização em diversos setores da vida da cidade. O núcleo básico de nossa pesquisa, refere-se aos pedidos de licenças feitos a Câmara Municipal, para colocar escravos ao ganho na praça do Rio de Janeiro, num período maior do que os abordados pelos trabalhos acima, 1820 a 1888.

Com relação ao corte temporal, a escolha está vinculada a intensificação dos pedidos de licenças feitas a referida Câmara a partir de 1820. Portanto, as datas de 1820 e 1888 estão relacionadas primeiramente a aceleração da função mercantil do Rio de Janeiro, que já havia se iniciado no período colonial. Já, 1888, delimitaria o fim de um estágio no nível institucional, não apenas para o Rio de Janeiro, porém para todo o país. Como diria da Costa: (7)

(...) "a abolição não é propriamente causa da República melhor seria dizer que ambas, Abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição, abalando as classes rurais que tradicionalmente serviam de suporte ao Trono, precipitou sua queda. Se houve casos de fazendeiros que aderiram ao Movimento Republicano por vingança foram casos isolados que não podem explicar o fim da Monarquia."

1.2. Caracterização do nosso objeto de estudo.

No transcorrer de nossa vida universitária o escravo e a escravidão sempre mereceram um interesse especial de estudo. A figura do escravo ao ganho das gravuras de Debret (8) nos despertava uma imensa curiosidade. Uma série de indagações foram sendo elaboradas: o que seria um escravo de ganho? Quais as condições de vida desses escravos na cidade? Qual o universo e composição desta população escrava? Qual seria o tipo de dependência em relação aos proprietários? Quais seriam as características do grupo social que explorava esse tipo de escravidão? A que tipos de ocupações se dedicariam esses escravos? Enfim, qual seria a relação da cidade com esta forma específica de escravidão?

Estas indagações possibilitaram a organização de hipóteses que deram corpo a este trabalho. O escravo ao ganho continuaria sendo propriedade de alguém, uma mercadoria que deveria proporcionar lucro, um bem alienável que o senhor poderia alugar, emprestar, vender, doar, transmitir por herança, penhorar, enfim, todos os procedimentos legais garantidos pelo direito de propriedade, porém adquiria novas características.

O escravo ao ganho apresentar-se-ia na cidade do Rio de Janeiro empregado em atividades diversificadas. Com o crescimento da população e dos negócios, os escravos tornar-se-iam a opção para preencher as necessidades de mão-de-obra. Portanto, colocar ao ganho escravos deveria representar uma grande oportunidade de lucros, pois o senhor além de livrar-se dos custos do sustento deste escravo, muitas vezes ainda era mantido pelo trabalho destes nas ruas da cidade. Este investimento fazia-se acessível até para as famílias pobres, que tinham esses negros às vezes como sua única fonte de renda.

Esses escravos passavam o dia nas ruas alugando os seus serviços, com a obrigação de entregar aos seus senhores uma quantia diária ou semanal pré-estabelecida. O excedente pertenceria ao escravo, que o utilizaria da maneira que melhor lhe interessasse. Sendo esta situação contraditória ao sistema escravista, que proibia a ele, na condição de propriedade,

possuir bens.

Coloca-se a questão do que representaria esse ganho? <sup>1</sup> Conjecturamos que no sistema de ganho - específico do ambiente urbano introduziram-se algumas relações não escravistas de produção.

(...) "escravismo colonial e capitalismo-coexistiram e que, com a revolução industrial chegando o capitalismo a ser o modo de produção dominante, elementos capitalistas penetraram nas formações econômicas e sociais escravistas, no interior das quais as concepções capitalistas "importadas" começaram a predominar - o que é bastante compreensível quando se trata de um sistema dominante com outro dependente e periférico". (9)

Na cidade estudada pelas suas características já citadas e posteriormente melhor desenvolvidas, ocorrem profundas transformações nas relações entre escravos e proprietários. Transformações estas, que se refletiriam indiretamente no próprio sistema. Algumas questões exemplificariam essas mudanças a saber: a questão da moradia, da liberdade de circulação, da punição. O Estado assume o papel de Feitor na cidade:

(...) "no ambiente urbano apesar do escravo ser uma propriedade privada ele era habitante da cidade e conseqüentemente um cidadão comum sujeito as normas existentes e a aplicação das penas aos infratores, ou seja, o direito do Estado estava além do direito do senhor, e o escravo acabava por se tornar também uma propriedade pública". (10)

As atividades portanto, relativas a escravidão nas Freguesias Urbanas eram regulamentadas pela Câmara Municipal que, através de rígidas posturas procurava regularizar o comércio, as licenças de escravos ao ganho, a moradia, os cuidados com a saúde, as condições de higiene dos mercados e até mesmo os próprios castigos.

O Estado apresenta-se como um mediador do sistema, tornando-se alvo fácil das críticas no momento em que as leis feriam os interesses particulares dos proprietários. Logo, acreditamos que nessa estrutura específica da escravidão urbana, a

manutenção do sistema não ocorria apenas pela repressão mas, também por um acordo não revelado entre as partes.

Quanto a tese relativa ao papel preponderante da rebelião negra na abolição da escravidão, o sistema de escravo ao ganho não favorecia esta forma de reação, gerando concorrência pelo trabalho e o receio de perda das vantagens relativas adquiridas.

Assim, o escravo ao ganho sai das gravuras de Debret e passa a ser objeto maior de uma pesquisa, que pretende fornecer algum subsídio para a reconstrução do passado imperial e escravista do Rio de Janeiro.

### 1.3 Procedimento Metodológico

"O documento é essencial ao historiador porém, ele por si mesmo não constitui a História" (11) pois, representa uma parte da realidade. É papel do historiador, na medida do possível, tentar reconstituir o mais fielmente o passado, servindo-se de intermediário entre o documento e o momento que ele retrata.

Para apurar tudo o que vamos dizer, procuramos na busca de uma maior objetividade e cientificidade possível, subordinar a nossa pesquisa com as fontes a uma metodologia de trabalho através da qual, tivemos que levantar, selecionar, analisar, comparar e concluir sobre uma imensa gama de documentos.

Analisamos principalmente fontes manuscritas, oficiais do século XIX, que foram elaboradas atendendo as designações burocráticas da legislação municipal, referente a escravidão na cidade. Utilizavam-se nesses documentos um modelo de requerimento contendo informações dos interessados - o proprietário e o escravo - para a Câmara Municipal, que esperava através dessas licenças organizar e controlar o emprego dos escravos nas ruas da cidade.

Esses dados foram levantados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde pesquisamos além dos pedidos de licenças para colocação de escravos ao ganho, pedidos para ensinar algumas artes ou ofícios aos escravos, reclamações no atraso de pagamentos de jornada de trabalhos, cancelamento de licenças, pedidos de 2ª vias de licenças, devido a extravio, pedidos para abrir casas de aluguel e vendas de escravos, pedidos de permissão para escravos que viviam ao ganho pudessem residir sozinhos, pedidos de repressão contra a existência de casas alugadas ou sub-locadas a escravos. Consultamos também neste Arquivo a Legislação do Império referente a escravidão de um modo geral e especificamente as Posturas relacionadas a escravidão urbana.

No Arquivo Nacional analisamos a documentação dos Relatórios dos Presidentes do Império - Relatórios Ministeriais de

1832 a 1888 que através das estimativas de casamentos, óbitos, batizados nos auxiliaram no levantamento da população escrava na cidade comparada a livre.

Consultamos também na Biblioteca Nacional os arquivos de jornais do Comércio dos anos de 1820, 1830, 1840, 1850, 1860 e do Jornal Diário do Rio de Janeiro de 1849 e 1850 sobre anúncios de negros fugidos, vendas e aluguéis de escravos.

Para o levantamento numérico da população foi utilizado, os dados dos recenseamentos feitos em 1821, 1838, 1849 e 1870 - mesmo levando em consideração o caráter precário dessas pesquisas.

Utilizamos as descrições de cronistas e viajantes do século XIX, que muito nos auxiliaram na caracterização da cidade do Rio de Janeiro e o papel representado pelo escravo nessa estrutura urbana.

Na medida em que sentirmos necessidade transcreveremos e comentaremos alguns documentos para exemplificar a situação analisada.

Para o desenvolvimento do tema dividiremos a dissertação em três partes a saber:

- A primeira parte subdividiremos em seis itens; no 1º apresentaremos a divisão administrativa da cidade, localizando as Freguesias Rurais ou de Fora e Urbanas ou de Dentro; no 2º analisaremos o crescimento da cidade desencadeada pela vinda da Família Real, o aumento da população, a urbanização, o desenvolvimento e ramificações dos negócios; no 3º apresentaremos uma síntese da produção historiográfica relacionada à escravidão, discutiremos a escravidão e a cidade; no 4º trataremos da essencialidade da mão-de-obra escrava na cidade que se desenvolvia, as tentativas de proibição do tráfico e a necessidade do escravo, encontraremos no Rio Negro de diferentes nações: no 5º descreveremos as maneiras de se conseguir um escravo na cidade, as condições dos mercados de escravos, legislação e punições, a proibição do tráfico em 1850 e suas consequências, o processo de diminuição da população escrava na cidade; no 6º e último item apresentaremos através de gravuras comentadas a escravidão urbana na Iconografia.

Na segunda parte trataremos do Escravo ao Ganho - como

uma nova face da escravidão. Subdividiremos este capítulo em quatro itens, no 1º definiremos o que era ser um escravo ao ganho? no 2º analisaremos a ideologia escravista que menosprezava o trabalho, manual considerado coisa de escravo; no 3º descrevemos os caminhos legais para o ganho - análise de licenças; no 4º reconstruiremos alguns aspectos da vida do escravo ao ganho na sua luta pela sobrevivência na cidade, onde um acordo não revelado entre as partes garantia a manutenção do sistema. Apresentaremos e discutiremos como exemplos desses acordos, o ganho, a questão da moradia, da saúde. Analisaremos também a composição desse heterogêneo grupo social.

Na terceira parte, discutiremos os proprietários dos escravos ao ganho, a limitação dessa propriedade na cidade, a composição dessa população e sua condição de vida.

Agora que já expusemos o nosso objetivo de estudo e os encaminhamentos metodológicos seguidos, podemos passar a analisar as características da Cidade do Rio de Janeiro, sua divisão administrativa e o papel desempenhado pela escravidão, onde observamos uma correlação entre a expansão do número de escravos ao ganho e o incremento das atividades comercial e manufatureira.

NOTAS DA INTRODUÇÃO

1. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro ; do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro, IBEMEC, 1978. p.3
2. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 10.ed. Rio de Janeiro, Liv. J. Olympio, 1976. p.41
3. MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, 1982. p.13
4. KARRASCH, Mary C. Slave life in Rio de Janeiro-1808-1850. Tese de Doutorado apresentada a Universidade de Wisconsin 1972. (exemplar xerografado)
5. ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor Ausente, estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro de 1808 a 1821. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983. (exemplar xerografado)
6. Entre os quais podemos citar os trabalhos de: DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo, Liv. Martins/EDUSP, 1972; ESCHWEGE, W. L. von. Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica na Capitania de Minas Gerais. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936; EWBANK, Thomas. A vida no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1973; GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823. São Paulo, Ed. Nacional, 1956; LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. São Paulo, Liv. Martins, 1951; RUGENDAS, João Maurício. Viagem pitoresca através do Brasil. São Paulo, Liv. Martins, 1967; SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. Tradução e notas do General Bertoldo Klinger, prefácio e notas do Coronel F. de Paula Cidade. 3.ed. São Paulo, Liv. Martins, 1976; RIBEYROLLES, Charles. Brasil pitoresco. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1980; EBEL, Ernst. O Rio de



- Janeiro e seus arredores em 1824. São Paulo, Ed. Brasileira/Ed. Nacional, 1972; LEITHOLD, T. Von e RANGO, L. Von. O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819. São Paulo, Ed. Brasiliense/Ed. Nacional, 1966.
7. COSTA, E. Viotti da. Da Monarquia à república. 3.ed. São Paulo, 1985. p.328.
  8. DEBRET, Jean Baptiste. op. cit. Chegou ao Brasil à convite do Príncipe Regente junto com a Missão Artística Francesa para aqui fundar a Academia de Belas Artes. Da ilustre comitiva faziam parte grandes nomes como Grand Jean de Montigny arquiteto, irmãos Taunay paisagista e estatuário. Entretanto quem mais se destacou foi Debret que através dos seus desenhos muito chocou aos exaltados nacionalistas da época, apresenta cenas de extremo realismo da vida e costumes dos escravos e suas relações com os demais grupos. Debret traça um quadro vivo do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.
  9. CARDOSO, CIRIO Flamarion. Sobre os modos de produção Colonial da América; IN AMÉRICA COLONIAL. ensaios, organização Alceu A. Sant'Ana. Ed. Pallas. RJ. 1975 - p. 118.
  10. ALGRANTI, Leila Mezan. op. cit. p.240
  11. CARR, E. H. Que é história? Tradução de Lúcia Maria Alvarenga. Revisão técnica de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

PARTE I

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,  
SUA DIVISÃO ADMINISTRATIVA, SEU CRESCIMENTO, SUA ES  
TREITA RELAÇÃO COM A ESCRAVIDÃO.

## I.1 DIVISÃO ADMINISTRATIVA

"A cidade do Rio de Janeiro, nos seus primórdios era dividida sob um aspecto eclesiástico em diversas freguesias ou paróquias, as quais limitavam os territórios de jurisdição religiosa em princípio.

Depois essas mesmas freguesias passaram a abranger os territórios de jurisdição administrativa."

(1)

Desta maneira Noronha Santos apresentou a divisão administrativa da cidade. Sendo fundada em 20 de março de 1565 teve sua primeira freguesia criada pela provisão de 20 de fevereiro de 1569, foi a Freguesia de São Sebastião. Em decorrência do aumento populacional e pela expansão territorial houve necessidade da criação de novas freguesias que se verificou por desbravamentos sucessivos, bem como por anexação de antigas freguesias da então província do Estado do Rio, de modo que ao findar a monarquia elas eram em número de vinte e uma freguesias a saber:

- Candelária (1634); Irajá (1644); Jacarepaguá (1661); Campo Grande (1673); Ilha do Governador (1710); Inhaúma (1749); São José (1751); Santa Rita (1721); Guaratiba (1755); Engenho Velho (1762); Ilha de Paquetá (1769); Lagoa (1809); Santana (1814); Sacramento (1826); em substituição a de São Sebastião; Santa Cruz (1833); Glória (1834); Santo Antônio (1854); São Cristóvão (1856); Espírito Santo (1856); Engenho Novo (1873); Gávea (1873).

Como no presente trabalho nos preocuparemos com a mão-de-obra nos centros urbanos, em tarefas diferentes da tradicionalmente doméstica, daremos maior ênfase as Freguesias onde isso ocorreu, no caso as Freguesias Comerciais onde encontramos uma grande concentração de população, importante comércio e grande quantidade de indústrias.

É oportuno esclarecer que "a palavra indústria não possui o significado atual, isto é, o da reprodução extensiva de mercadorias pela máquina". (2)

Coloca-se a questão das Freguesias Urbanas em termos po

pulacionais, comerciais e industriais a partir da vinda da Família Real que entre outras inovações como: instalações de cursos médicos, fundação da Academia Militar, a vinda da missão artística francesa, o decreto providenciando a liberdade de Imprensa e o fim da censura, melhoramentos urbanos - ruas, mercados, casas - encontramos também o alvará promovendo a liberdade de manufatura e indústria.

Portanto, qual seria o sentido aplicado a palavra indústria numa estrutura econômica baseada na agricultura de exportação e na mão-de-obra escrava, onde essa indústria pioneira competiria com produtos ingleses em preço e qualidade? Segundo Antonio de Moraes Silva (3) indústria seria "arte, destreza, para granjear a vida; engenho, traçado em lavrar, e fazer obras mecânicas".

É interessante observar, que ao sentido mais antigo acrescenta-se a ambiguidade do artigo 19, do capítulo 59, dos Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional fundada em 19 de outubro de 1827 que diz:

"É da obrigação, e positivo dever desta sociedade a aquisição, arrecadação e conservação das máquinas, modelos e inventos adquiridos, e quanto por este meio possa concorrer para o aumento e prosperidade da Indústria Nacional neste Império, devendo porém mandar vir com preferência aquelas máquinas ou modelos, que forem mais necessários e úteis a agricultura e artes..."

A confusão continua, ainda em 6 de junho de 1838 numa resposta a consulta da Regência a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação estabelecida em 1809, definida como "oficina o estabelecimento industrial onde um ou mais indivíduos se empregam no trabalho de qualquer arte mecânica; fábrica o que emprega muitas oficinas: manufaturas o que compreende diversas fábricas". Revelando-se com isto, segundo Lobo (4) que não se cogitava qualquer mudança das relações de produção nos três tipos de empresa. O capital somente influiria no sentido de aumentar a escala, de ampliar o mercado, de incrementar a produção per capita do trabalhador. A Junta do Comércio

aconselhava a Regência a não conceder provisão de fábrica as oficinas de indústria vulgar, de lucroso e trivial fabrico e de uso já conhecido no País.

Sendo assim, as Freguesias Urbanas ou Comerciais seriam desta maneira denominadas, pela grande concentração de população, pelo grande número de fábricas e intenso comércio.

Segundo Noronha Santos seriam as seguintes as Freguesias Comerciais ou Urbanas:

- Candelária a freguesia mais antiga, sendo por isso denominada Cidade Velha. Possuía importante comércio exportador e importador, além de grande número de casas comerciais, diversas oficinas artesanais e serviços de maneira geral (encontramos a beira-mar o mercado com casinhas e bancas para vender-se legumes, cereais e peixes - sendo oficialmente regulamentado pela Câmara Municipal em 1855 a criação da Praça do Mercado do Rio de Janeiro).

Ficavam situados nesta Freguesia muitos edifícios públicos como o Paço Imperial, a Praça do Comércio e a Caixa de Amortização, criada em 1827, a Alfândega do Rio de Janeiro onde localizavam os depósitos e mercados de escravos, que somente após 1824 seriam transferidos para o Valongo, na Freguesia de Santa Rita. Nela estava situado também o Arsenal de Marinha desde 1764, além de bancos, companhias de navegação, escritórios de sociedades anônimas, de estrada de ferro.

Até 1854 o Rio de Janeiro não possuía calçamento a paralelepípedo, desta data em diante começaram a ser calçadas por aquele sistema diversas ruas desta Freguesia e de outras do Centro e entre elas, as ruas de São Pedro, da Assembléia, General Câmara, São José, Ouvidor, 19 de Março.

- São José é cronologicamente a segunda Freguesia urbana, pois foi criada pelo Alvará de 10 de maio de 1753, desmembrando-se o seu território do da Candelária. Em 1809 e 1834 desanexaram partes do seu território, que passam às paróquias da Lagoa e da Glória, respectivamente. Em 1854, a criação da Paróquia de Santo Antonio reduziu sua área de jurisdição. Encontramos aí situadas grande número de casas comerciais e algumas fábricas. Dentre as diversas instituições destacamos o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, na Praça de Santa Luzia, a Câmara dos

Deputados no Largo da Assembléia, Edifício da Cadeia Velha, a Escola de Medicina, Biblioteca Nacional. Ainda nesta freguesia notamos o Passeio Público.

- Espírito Santo - originou-se de um desmembramento em 1865, das paróquias de São Cristovão, Santo Antonio e Engenho Velho. Isto ocorrendo devido ao acelerado do processo de urbanização decorrente da divisão de antigas chácaras como a de Mata Porcos e a dos Coqueiros. Para a total ocupação da área foi preciso aterrar mangues e atoleiros que cercavam Santa Tereza. Região das chácaras e sítios que dão lugar a um bairro residencial de importante comércio varejista e alguma atividade manufatureira.

- Glória - foi criada em 1834, sendo desmembrada do território da de São José. Inicialmente ocupada por quatro imensas chácaras, o processo de urbanização a atingiu, alimentando o comércio e algumas atividades manufatureiras e artesanais. "Constitui ela um dos aprazíveis lugares da cidade, com facilidade de condução de bondes da Cia. de Ferro Carril de Jardim Botânico... é esta freguesia a mais conhecida para residências nos hotéis e casas de pensão", no dizer de Noronha Santos, onde habitavam os empregados do comércio e viajantes.

- Sacramento - foi criada em 1826. É uma freguesia limítrofe com a da Candelária e economicamente sua continuação. Região dos teatros da cidade e também de inúmeras igrejas e irmandades de negros além de possuir importantes prédios públicos como o Tesouro Nacional, o Tribunal de Contas, Escola de Belas Artes. Freguesia densamente povoada e possuidora de grandes comércio de exportação e importação.

- Santana - criada em 1814, tendo como sede a antiga Igreja de Santana, demolida em 1856 para ser levantada em seu lugar a Estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil. Foi reconstituída e entregue aos fiéis em 1878, na Rua Barão de Capanema. Freguesia urbana caracterizada por grande quantidade de indústrias e comércio varejista. Concentrava os mais importantes edifícios públicos da cidade: Ministérios da Guerra, Casa da Moeda, Inspetoria de Obras Públicas, Quartel Central do Corpo de Bombeiros, o Senado Federal e a Estação de Ferro. A população dessa freguesia na maioria de baixa renda

aglomerava-se em cortiços.

- Santa Rita - outra importante freguesia urbana, que foi criada em 1721, desmembrada da Paróquia da Candelária. Em 1814, uma parte foi desmembrada para compor a Freguesia de Santana.

Caracterizada por importantes casas comerciais de café, trapiches, estaleiros e fábricas. Nela estava situada a Praça do Mercado da Harmonia, construída em 1855. Nesta Freguesia encontramos o Mercado do Valongo.

- São Cristóvão - sendo criada em 1856 quando o seu território separou-se da Freguesia de Engenho Velho. Possuía um intenso comércio local, fábricas de vidros, cerâmicas, velas nacionais e tecidos. Na Quinta da Boa Vista, ficava o Palácio da Família Imperial. Caracterizava-se pela concentração de grande número de residências.

- Santo Antonio - foi criada a partir do desmembramento dos territórios da Freguesia de São José, Santana, Sacramento em 1854. Já em 1865 é a sua vez de ceder parte do seu território para a criação da Freguesia do Espírito Santo.

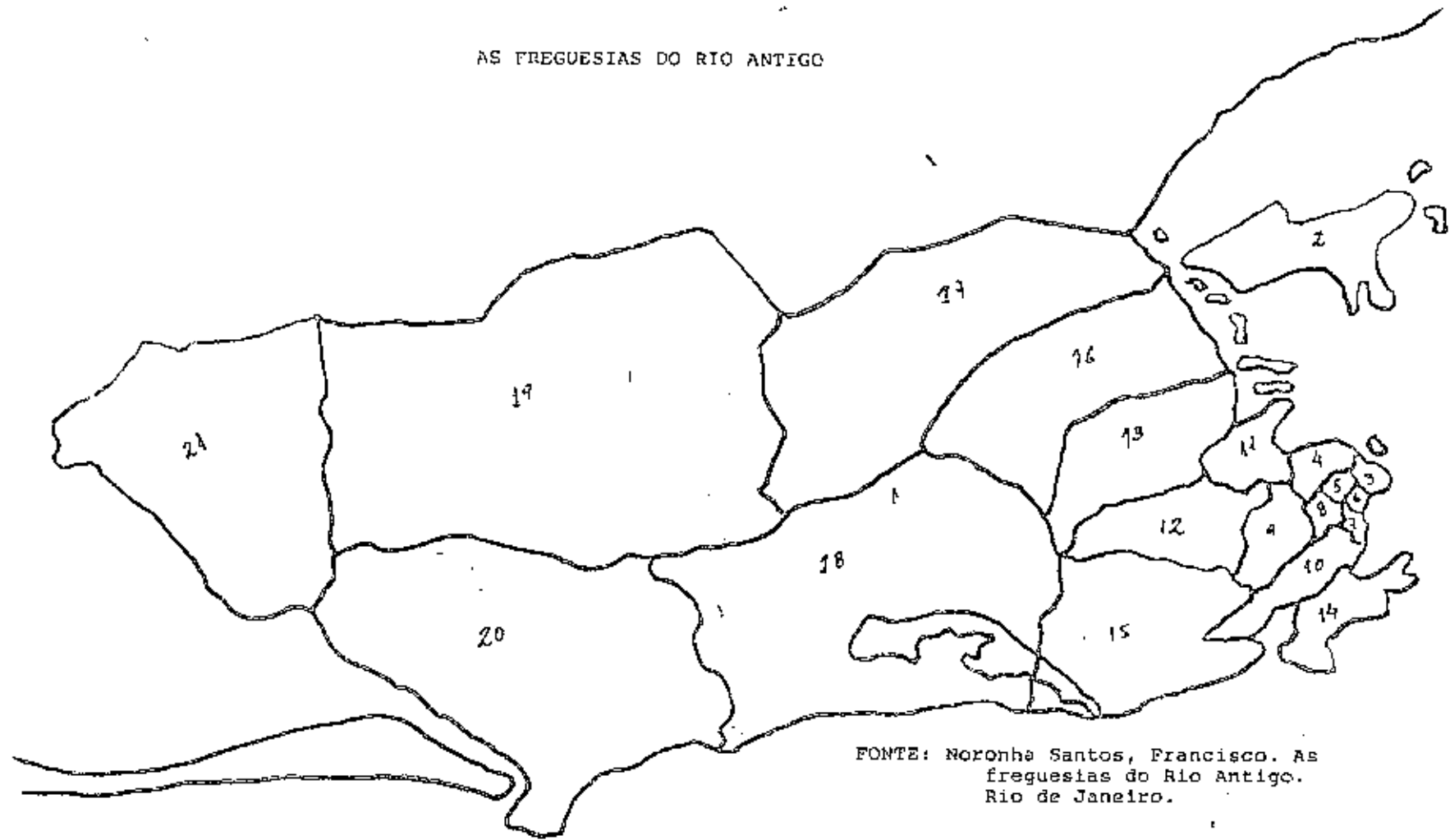
Caracterizava-se por ser uma freguesia essencialmente artesanal e manufatureira.

- São João Batista da Lagoa - foi criada em 1809 desmembrando-se o seu território da Freguesia de São José. Caracterizada por ser uma região essencialmente de residências das famílias de altas rendas. Desenvolveu-se um intenso comércio para atender o consumo desta população. Faziam parte dessa Freguesia: Botafogo, Urca, Copacabana e Ipanema (praticamente desabitadas). Até 1873 a Gávea e a Lagoa Rodrigo de Freitas.

Localizava-se nessa Freguesia o cemitério São João Batista, o mais importante do final do século.

- Engenho Velho - criada em 1762, caracterizou-se por ser um centro de casas de recreio de campo. Estava situada nesta Freguesia de 1853 até 1881, o matadouro municipal.

AS FREGUESIAS DO RIO ANTIGO



FONTE: Noronha Santos, Francisco. As freguesias do Rio Antigo. Rio de Janeiro.



## LEGENDA

1. Paquetá
2. Governador
3. Candelária
4. Santa Rita
5. Santana
6. Sacramento
7. São José
8. Santo Antonio
9. Espírito Santo
10. Glória
11. São Cristóvão
12. Engenho Velho
13. Engenho Novo
14. Lagoa
15. Gávea
16. Inhaúma
17. Irajá
18. Jacarepaguá
19. Campo Grande
20. Guaratiba
21. Santa Cruz

## I.2 A CIDADE CRESCE

"A cidade dos tempos do Sr. D. João ainda guarda a fisionomia aflita e asselvajada que tinha na época dos vice-reis e dos governadores. Ainda é a mesma coisa triste e mal cheirosa ... Ainda é o mesmo 'chão úmido e feio, prenhe de lagoas verdes e podres, com logradouros públicos coberto de tiritica e de sapê, crianças nuas, pretos resmungões e animais a solta." (5)

Com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, algumas consequências fizeram-se sentir, em alguns aspectos imediatamente como o caso do aumento populacional, pois cerca de 15 mil pessoas vieram com o príncipe. Além da imigração estrangeira, nota-se um deslocamento da população interna de indivíduos que procuravam novas oportunidades na capital no Império português (transferido em caráter emergencial para o Rio de Janeiro).

Apesar das dificuldades em precisar o aumento populacional da cidade, é incontestável o seu crescimento - após a vinda da família real em 1808. As estatísticas demográficas empreendidas nos períodos anteriores a 1870, eram aproximações dos valores reais. Tem-se notícias de quatro recenseamentos: em 1799 foi feito o 1º, sob as ordens do Vice-Rei Conde de Resende; o segundo já próximo a independência em 1821 ordenado por D. João VI, com a finalidade de calcular através do levantamento da população o número de eleitores que nomeariam os deputados às Cortes Portuguesas; o terceiro foi executado em plena Regência, <sup>por Bernardo de Vasconcelos</sup> em 1838; e finalmente, o quarto feito sob a orientação do Ministro da Justiça e organizado por Hadock Lobo, já no 2º Reinado em 1849.

Segundo esses dados a população da cidade representava em 1799 - 43.376 pessoas, sendo 28.390 livres e 14.986 escravas; já em 1821 a população quase duplicara para 79.321 pessoas, sendo 43.139 livres e 36.187 escravas.

A população da cidade aumenta e foi preciso melhorar as condições da cidade para suportar esse crescimento repentino. Criou-se logo após a vinda da Corte a Intendência da Polí

cia e logo após foi nomeado para o cargo de Intendente Geral o Sr. Paulo Fernandes Viana, a quem cabia "com ampla e ilimitada jurisdição reprimir todos os crimes de armas proibidas, insultos, sedições, latrocínios, ferimentos, mortes e mais delitos previstos na lei, cuidando por igual de fiscalizar casas a lugadas e vadios, jogadores, ou pessoas de costumes escandalosos, mudanças de residências, transito de viajantes, ficha ou diários de estalajadeiros, taverneiros e vendeiros, entrada de navios, casas de caridade, mendigos..." (6)

Seria humanamente impossível ao Intendente Geral da Polícia dar conta de todas essas funções, além da falta de verbas que o impediam de transformar a aldeia suja e tosca, que era a capital do Brasil, em uma cidade como talvez sonhasse. Entretanto conseguiu alguns melhoramentos na fisionomia da cidade, aumentando a iluminação, construindo o cais do Valongo, com rampas sólidas e escadas descendo para o mar, aterrando pântanos, construindo vários chafarizes públicos, alargando e traçando novas estradas.

Contrastando com as dificuldades administrativas e políticas da Metrôpole, o Rio de Janeiro progredia. É bem verdade que as edificações urbanas pouca diferença apresentam em relação ao século anterior, "mas nos bairros distantes, na parte ocidental do Rio espalhava-se a gente abastada em confortáveis solares. Nos subúrbios na zona rural ou freguesia de fora, são as pequenas casas eram cobertas de colmo ou palhas e assim também as mais nobres de taipa, há semelhanças das habitações do século da conquista". (7)

Outro aspecto que podemos observar foi a ampliação da função mercantil do Rio de Janeiro, que se transformou com a abertura dos portos, no principal centro econômico do país como nos informa Hêlio Viana:

"Naquele ano da abertura dos portos (1808) aqui entraram 765 navios portugueses e 90 estrangeiros, em 1809 chegaram 832 embarcações portuguesas e 83 estrangeiras, em 1816 primeiro ano do Brasil Reino, entraram no Rio de Janeiro 1460 navios, sendo 378 ao longo do curso e 1062 de cabotagem, segundo Carlôgenas. Em 1820, último ano de integral permanência de D. João VI no Brasil, chegaram ao porto de

sua capital 1655 embarcações, sendo 59 portuguesas de guerra, 153 portuguesas de cabotagem e 354 estrangeiras. Destas 195 eram inglesas, 74 norte-americanas e 46 francesas." (8)

Esses navios traziam os mais variados carregamentos da Europa, e regressavam abarrotados com nossos produtos. Era uma época de grande desenvolvimento, onde o consumidor carioca entra em contato com uma variedade de artigos. Da Inglaterra vinham produtos manufaturados, de Portugal nos chegavam os mais diferentes comestíveis, peças de uso doméstico diário, e as apreciadas louças. Vinham da França artigos de luxo, móveis, tecidos e naturalmente bebidas. Finalmente dos Estados Unidos e da Argentina, recebíamos o trigo.

Aqueles mesmos navios voltavam à Europa com os porões carregados de açúcar, algodão, café, fumo e peças de couro, entre outros produtos. Toda esta atividade indicava um crescente poder aquisitivo por parte da população do Rio, maiores refinamentos e necessidades de uma sociedade que começava a se desenvolver vertiginosamente.

Lado a lado com o comércio, a atividade industrial florescia. No ano da independência tínhamos boas indústrias de tecidos de algodão, móveis, cerâmica, chapéus e velas.

O Rio crescia também como centro distribuidor, entreposto para a movimentação dos negócios com o interior. As capitânicas do Norte e do Sul cresciam também e era através do porto carioca que faziam seu comércio.

Comentando a respeito do comércio do Rio na época da independência, Spix e Martius traçam o seguinte quadro:

① A excelente situação do porto vasto e seguro, num mar inteiramente sem perigo durante todas as estações do ano, por assim dizer no começo dos caminhos gerais do comércio mundial; o curto espaço de tempo em que se pode fazer viagem daqui para Europa, Costa da África, o Cabo, Moçambique, Índia e Nova Holanda; a opulência em metais e produtos do sertão; e o grande impulso que a presença da Corte dá sobretudo ao país, conferem a esta praça desde já uma tão extensa atividade (...) (9)

Este crescimento pode ser visto através dos registros de estabelecimentos comerciais que, nos indicam o aumento do número de estabelecimentos e uma diversificação dos ramos como indicam o quadro abaixo:

TABELA 1

Registros de negócios e ramos diferenciados

ANO	REGISTROS DE NEGÓCIOS	RAMOS DIFERENCIADOS
1790	599	30
1792	985	24
1822	2461	42

Fonte: WERNECK, José Luiz F. A polícia na Corte e no D.F. 1831. p.156

Portanto, o século XIX foi vital para a transformação do Rio de Janeiro. No século XIX, vemos a formação do Estado Nacional trazendo mudanças na organização política. O Rio passa a ser o centro político do novo país. Entretanto, essa mudança no sistema político não modifica o modelo econômico, que continua na dependência do mercado mundial, como exportador de matéria-prima e importador de produtos manufaturados - a independência não se faz acompanhar de transformações nas estruturas econômica e social, mantendo e ampliando a escravidão. Entretanto, a cidade desenvolve-se, o seu comércio intensifica-se. O movimento do comércio e da população impõe uma nova forma de vida. A Freguesia Comercial ou Freguesia de Dentro que até 1821 se limitavam a Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento, e Santana, não comportam mais a população que começa a se espalhar sobre as Freguesias Sertanejas ou Freguesias de Fora. Isto podendo ser observado no recenseamento de 1838 a inclusão de três freguesias na categoria de urbana ou comercial - Engenho Velho, Lagoa, Glória.

Essa característica eminentemente comercial das funções desempenhadas pela cidade, marcou profundamente a forma de expansão urbana ocorrida no século XIX.

Como podemos observar, apesar da relatividade dos da -

dos, os censos nos demonstram um crescimento da população, que se espalha, transformando antigos sítios em centros urbanos.

TABELA 2

Distribuição da População Livre e Escrava e Fogos Segundo Freguesias.

	FREGUESIAS	FOGOS	HABITANTES		
			LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
URBANAS	Candelária	1434	5405	7040	12445
	S. José	2272	11373	8438	19811
	Santa Rita	1742	6949	6795	13744
	Sacramento	3352	12525	9961	22486
	Santana	1351	6887	3948	10835
	Soma	10151	43139	36182	79321
RURALS	Engenho Velho	546	1871	3006	4877
	S. João da Lagoa	246	937	1188	2125
	Trajá	376	1577	2180	3757
	Jacarepaguá	457	2561	3280	5841
	Inhaúma	303	1127	1713	2840
	Guaratiba	588	2642	2792	5434
	Campo Grande	604	2480	3148	5628
	L. do Governador	182	708	987	1695
	Paquetá	127	563	614	1177
	Soma	3429	14466	18908	33374
RESUMO	Urbanas	10151	43139	36182	79321
	Rurais	3429	14466	18908	33374
	Soma	13580	57605	55090	112695

Antiga Sé Catedral

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório do Ministério dos Negócios do Império, sessão ordinária. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1839. (Levantamento de M.B. Levy)  
Apud. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. op. cit. Introdução. v.1. p.135

TABELA 3

Distribuição da População, Casas e Fogos Segundo Freguesias.

	FREGUESIAS	POPULAÇÃO	CASAS	FOGOS
URBANAS	Candelária	10113	1153	1289
	S. José	14410	1647	2094
	Santa Rita	14557	2095	2061
	Sacramento	24256	3322	3843
	Glória	6568	982	854
	Santana	15773	2499	2528
	Engenho Velho	8166	1212	856
	Lagoa	3319	512	392
	Soma	97162	13422	13917
RURAIS	Irajá	5034	430	305
	Jacarepaguã	7302	647	640
	Inhaúma	3091	333	335
	Guaratiba	9385	815	811
	Campo Grande	7519	767	698
	Santa Cruz	3677	237	239
	Ilha do Governador	2391	262	247
	Ilha de Paquetá	1517	142	164
	Soma	39916	3633	3439
RESUMO	Urbanas	97162	13422	13917
	Rurais	39916	3633	3439
	Soma	137078	17055	17356

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império.

Relatório do Ministério dos Negócios do Império, sessão ordinária. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1839. (Levantamento de M.B. Levy)

Apud. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. op.cit. Introdução. v.1. p.136

TABELA 4

## População por Paróquias, Casas e Fogos

PARÓQUIAS	POPULAÇÃO	CASAS	FOGOS
Candelária	9239	1175	1406
São José	20220	1876	3773
Santa Rita	23810	2619	4351
Sacramento	24429	3303	5788
Glória	18624	1920	3146
Santana	32686	3362	5461
Santo Antonio	17427	1642	3495
Espírito Santo	10796	1323	1972
Engenho Velho	13195	1429	2143
Lagoa	11304	1373	1683
São Cristóvão	9272	1367	1574
SOMA	191002	21389	34792
Irajaá	5746	933	984
Jacarepaguá	7633	909	984
Inhaúma	7190	964	935
Guaratiba	6918	1124	1145
Campo Grande	9593	1312	1339
Santa Cruz	3445	409	417
I. Governador	2504	415	414
I. Paquetá	1260	224	190
SOMA	44289	6290	6408
Urbanas	191002	21389	34792
Rurais	44289	6290	6408
TOTAL	235291	27679	41200

Fonte: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC, 1978. v.1. p.360




Portanto, neste último censo (1870) observamos que a

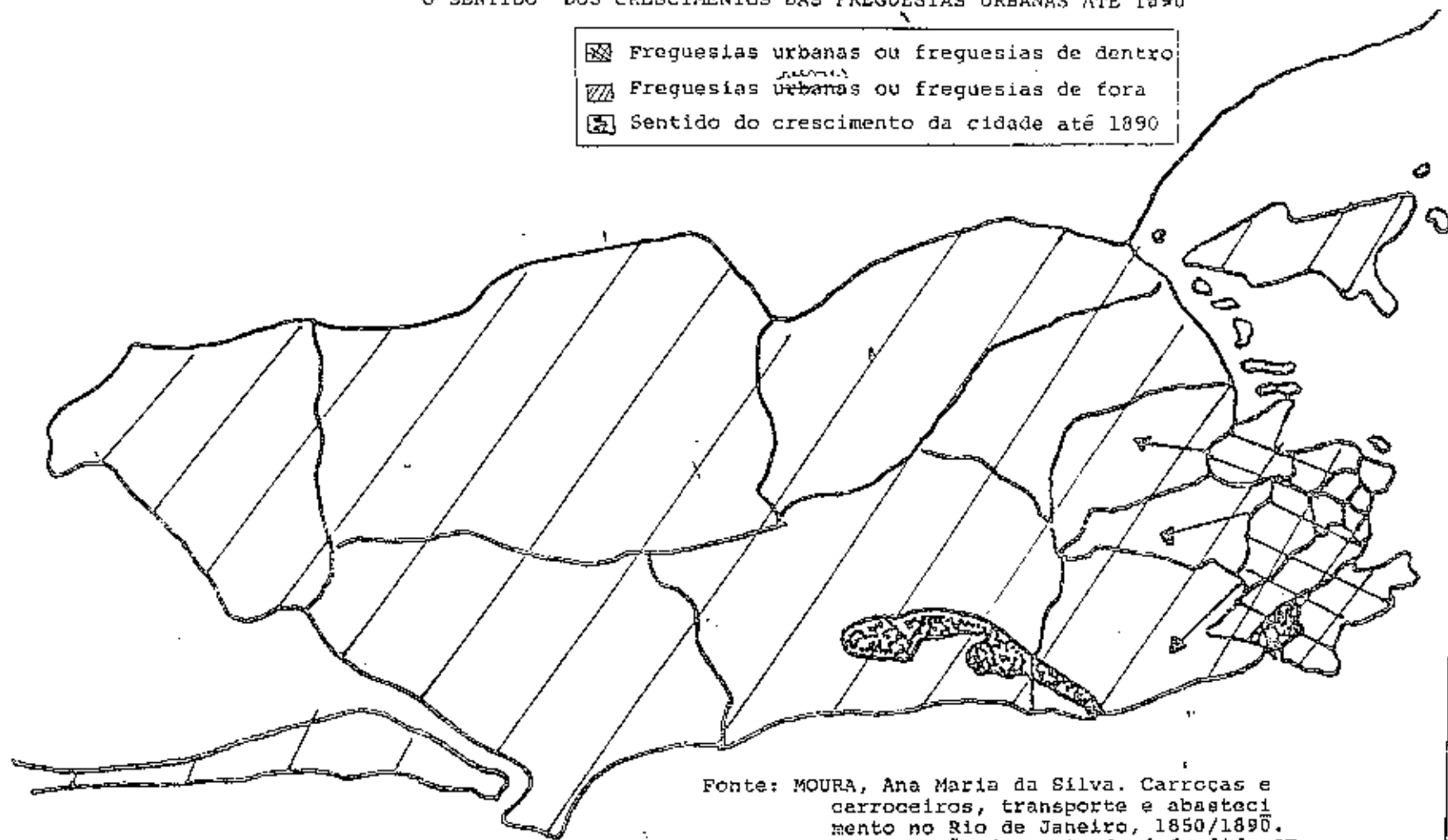


população global do Rio de Janeiro é de 235.291, desses habitantes mais da metade viviam nas Freguesias urbanas, a saber: a Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento, Santo Antonio, Espírito Santo, Engenho Velho, Lagoa e São Cristovão.

O mapa a seguir demonstra esse crescimento das Freguesias urbanas que a partir de 1820 começam a se ampliar. As Freguesias de Dentro vão englobando áreas das Freguesias de Fora. Este sentido do crescimento iniciado em 1820 vai até 1890.

## O SENTIDO DOS CRESCIMENTOS DAS FREGUESIAS URBANAS ATÉ 1890

- |   |  |
|---|--|
|  | Freguesias urbanas ou freguesias de dentro |
|  | Freguesias urbanas ou freguesias de fora   |
|  | Sentido do crescimento da cidade até 1890  |



Fonte: MOURA, Ana Maria da Silva. Carroças e carroceiros, transporte e abastecimento no Rio de Janeiro, 1850/1890. Dissertação de Mestrado defendida em 1984. IFCS. Rio de Janeiro. p.17 (exemplar xerografado)

### 1.3. A Escravidão e a Cidade

A escravidão, tema tão discutido pelos autores sob enfoques diferenciados, que sempre priorizaram a escravidão nos campos. A princípio surge nos estudos a figura dos senhores, apontando para um caráter paternalista e suave da escravidão. Esta visão assentada nas fontes do século XIX de viajantes americanos e ingleses recém saídos da hospitalidade dos fazendeiros brasileiros proprietários de escravos.

Reproduzia-se, sem analisar o discurso do dominador através dos sermões sobre a escravidão, listas de entrada de escravos no Brasil, relatórios de governos coloniais, listas de mercadores negreiros, relatórios policiais. Justificava-se a escravidão no Brasil pela suavidade do sistema. Simbolizando essa visão principalmente o trabalho de Gilberto Freire entre outros (10) que na década de 30 idealizou a vida rural e descrever um relato da escravidão baseado na imagem que os proprietários de escravos faziam do sistema. Desta forma, não mostrando o objetivo econômico da escravidão, mas sim uma interpretação patriarcal que diluía os antagonismos entre senhor e escravos, engendrou-se um mito de uma democracia racial, na qual o negro brasileiro poderia ascender na sociedade, e o preconceito se dissipava pela miscigenação, fazendo escola entre os historiadores, antropólogos e sociólogos.

Não podemos descartar o papel pioneiro desses trabalhos e a sua contribuição para a historiografia brasileira, sendo objeto de constantes estudos e críticas.

Na década de 60, a sociedade brasileira vivia uma nova realidade proveniente das lutas contra as oligarquias tradicio

nais, nesse contexto surge um grupo de cientistas sociais da escola paulista (11) que contestam e colocam em xeque o mito da democracia racial, concluindo que os brancos no Brasil foram preconceituosos e que os negros, apesar de não terem sido legalmente discriminados, foram naturalmente, informalmente segregados. A mobilidade social do negro no Brasil sempre fora limitada.

De uma interpretação histórica de uma sociedade patriarcal ou feudal, tentou-se reconstruir o quadro de uma sociedade colonial capitalista, classificado pelos autores como 'incompleto, inadjetivado, implícito e outras variantes qualificações para este capitalismo. (12) Analisando-se a escravidão, privilegiando-se as relações de mercado sobre as de produção - portanto sob uma ótica externa, onde o que seria acumulação primitiva de capital passa a ser capitalismo, negando-se a racionalidade interna do sistema de produção latino-americano, que seria encarado apenas como uma simples projeção do sistema capitalista. O que nos parece também, uma posição tão perigosa para a compreensão da realidade histórica quanto a primeira.

As dificuldades encontradas nessas explicações fundamentam-se no procedimento metodológico inadequado a uma realidade nova que se apresenta na América, dotada de uma racionalidade própria não explicando-se somente a partir de fatores externos.

Através da análise da especificidade da economia e sociedade da América Latina, procurou-se criar novas formas de interpretações partindo-se da idéia da existência de uma economia política característica das sociedades pré-capitalistas. Desta forma sugeria-se um novo modelo teórico - o modo de produção escravista colonial. Esta nova abordagem da problemática da sociedade escravista colonial, questiona todas as versões anteriores.

Cardoso (13) em 1968 propôs um estatuto teórico de um modo de produção escravista colonial específico e dominante nos países da Afro-América. Mais tarde em 1978, teve sua hipótese desenvolvida por Gorender. (14)

Não pretendemos no presente estudo aprofundar a questão da construção de um modo de produção escravista colonial, pois consideramos que o escravismo poderia até possibilitar a delimitação de elementos comuns, que formalizados estruturam-se-iam em modelos.

O debate apenas se iniciou, as discussões enriquecem os estudos da escravidão no Novo Mundo e especialmente no Brasil. Os trabalhos procuram penetrar nas razões internas dessa escravidão, saindo-se da análise dos fatores que a determinam. Nessa linha a escravidão não é mais estudada levando-se em consideração apenas a questão institucional mas, sobretudo, os seus aspectos sócio-econômicos, como elemento articulador da sociedade colonial, visto aqui não como um aspecto político, pois a estrutura colonial estaria relacionada com uma situação de dependência econômica que persistiria mesmo após a independência política.

A questão da construção ou não de um modelo para a escravidão no Novo Mundo, não pode ser vista como um fechamento, mas, sim como uma proposta metodológica de abordagem do problema. Não podemos nos esquecer que para a elaboração de um modelo "implicaria numa opção por um lado, eleger certas posições e não outras, quando se trata de pontos controvertidos, por outro lado, suprimir elementos ou fatores que se consideram secundários". (15)

Parece-nos que um dos aspectos positivos dessa nova abordagem é que o escravo passa a ser o centro dos estudos e as especificidades geradas pelas formas de exploração desse escravo, dentro de realidades diferenciadas são levantadas e comparadas.

A partir dessa visão uma série de monografias estão reestudando aspectos da escravidão no Brasil. Questões consideradas resolvidas, estão sendo reescritas à partir de uma nova abordagem teórica, de um novo conjunto de hipóteses, de pesquisas de novos dados empíricos: a relação escravidão-terra, escravidão-capital estrangeiro, escravidão-religião, escravidão rebelião, escravidão-indústria, escravidão-cidade, entre outros temas.

Nesse contexto de aprofundamento e redescoberta de novos aspectos desse escravismo colonial, verifica-se também que ele adaptou-se a diferentes regiões, com diversas situações socio-econômicas. O que pretendemos na presente dissertação é analisar a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, através de um de seus elementos característicos - o escravo ao ganho.

Apesar de todos os avanços teóricos metodológicos que possibilitaram o estudo da escravidão continuou-se priorizando o campo. A questão urbana ainda não mereceu dos estudiosos brasileiros um aprofundamento maior. Compreende-se as razões, pois o que explicava a implantação da escravidão no Novo Mundo fora a necessidade de implementar a agricultura de exportação de produtos tropicais. Enquanto a escravidão urbana não se apresentaria como elemento definidor do sistema.

No campo a escravidão voltava-se quase exclusivamente para o mercado externo, nas cidades ela se caracterizaria pela reprodução de serviços, distribuição da produção, enfim a escravidão urbana voltava-se para o mercado interno. Era o escravo que embarcava e desembarcava os produtos para a importação, entretanto era esse mesmo escravo que garantia a venda de artigos produzidos no centro ou na periferia para o atendimento da cidade, era também esse mesmo escravo que produzia os artigos destinados ao consumo da população urbana e rural nas pioneiras manufaturas.

Também explicar-se-iam os poucos estudos específicos sobre a escravidão urbana no Brasil, pelas características a tribuídas as cidades, segundo as quais elas representavam até o século XVIII apenas um prolongamento do campo. As cidades e vilas <sup>eram</sup> consideradas então, apenas o local de recebimento e re distribuição de escravos, o porto de escoamento dos mercados para a exportação e somente com importância política se fosse capital de província.

Vivendo numa estrutura escravista está claro que as cidades teriam como mão-de-obra para todos os serviços os escravos. Entretanto, pelas condições de vida na cidade as relações modificam-se.

No campo vemos as relações senhor-escravo muito bem definidas, garantidas pelo isolamento desses grupos, que após um dia de trabalho nas lavouras sob o olhar fiscalizador do feitor, eram recolhidos às senzalas. O controle era exercido de perto pelo senhor, os castigos aplicados por ele mesmo ou sob sua fiscalização. Garantia-se, dessa maneira o sistema através do controle, da violência e do paternalismo que segundo Cardoso (16) "constituiriam as vertentes do tratamento que se dispensa aos escravos, não são excludentes, ainda que um ou outro desses traços possa ser predominante segundo os casos e segundo as circunstâncias. A violência continua institucionalizada é inerente ao sistema e mesmo um senhor patriarcal e paternalista devia obrigatoriamente exercê-la, quando chegasse o caso. A manutenção da escravidão não pode em nenhum caso prescindir da violência, e tampouco de um controle e vigilância estrito do escravo. Se este aceita as normas de conduta estabelecidas e socialmente aceitas, ele pode beneficiar-se do paternalismo."

Portanto, para o escravo do eito que tinha o senhor no seu pé, esta situação acima descrita ficava bem mais clara. A resposta para uma melhoria nas condições de vida estariam

na humildade, obediência, fidelidade, que fariam parte da sua adaptação ao mundo do branco. De outra maneira só lhe restava a reação ao sistema através das fugas, suicídios, revoltas individuais - assassinato, roubos, boicote, ou revoltas coletivas (17).

E o escravo da cidade como se articularia no sistema? Como o sistema se adaptou pela sua presença? Quem se encarregaria do controle, da vigilância? Através do trabalho de Wade (18) sobre a escravidão urbana na cidade de Dixie no Sul dos Estados Unidos, se inicia uma discussão sobre a escravidão urbana. Começaram a ser levantadas questões que apontaram para a sua especificidade. Estas questões devem ser analisadas num contexto histórico próprio, pois a aceleração, diversificação e decadência desta escravidão urbana seria determinada por esse contexto.

Na análise de Fichte (19) encontramos características sui-generis do capital de um "Império Liberal à Brasileira", que fez sua independência política sob a influência e determinação dos latifundiários escravistas. Essa independência assentou-se na manutenção das estruturas coloniais de dominação, baseada na agricultura de exportação e na mão-de-obra escrava. Logo, em contraste com a Europa onde, segundo da Costa (19), existia

(...) "uma ideologia burguesa voltada contra as instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo à formação do mercado interno, o Liberalismo no Brasil, não se apoiou nas mesmas bases nem teve os mesmos objetivos. Os princípios liberais importados não se forjaram na luta da burguesia contra a aristocracia e a realiza, nem evoluíram, como a Europa do século XIX em função da Revolução Industrial, pois esta só ocorreria no Brasil no século XX. Seus limites, portanto,



não seriam definidos no século XIX, pela Revolução Industrial e pelas reivindicações do proletariado urbano, como ocorreu do outro lado do Atlântico (...)

Nesta cidade, os escravos circulavam por todos os cantos, dedicando-se a várias atividades, quer sejam escravos domésticos encarregados de pequenas compras ou recados para seus senhores, alugados à negociantes, ou mesmo escravos empregados ao ganho por seus proprietários. A essa constatação, seguem questões que dizem respeito a definição do próprio sistema que era o controle. Quem controlaria essa população escrava na cidade? Como sustentar o custo dessa fiscalização? Sabendo-se que

(...) "na cidade vive toda população que não era nem escrava, nem grande proprietária ou de altos funcionários ou comerciantes fortes. É na cidade que se forma e gradualmente se avoluma essa camada intermediária de representantes de algumas profissões liberais, do baixo Clero, da administração civil e militar, de artesãos de todos os tipos, de pequenos e médios comerciantes, de marinheiros(...). A cidade portanto, representaria a opção para negros libertados e fujões." (20)

Estas características por si só, de acordo com Wade (21), comprovariam uma incompatibilidade entre cidade e escravidão. Através do estudo desenvolvido na cidade de Dixie, onde ocorreu em 1860 uma grande diminuição de sua população escrava. Conclui o autor, que esta redução apontaria para a incompatibilidade do sistema urbano de escravidão, não pelas razões de lucratividade, mas como decorrência do curso da fiscalização, que fazia com que os proprietários se livrassem do es

cravo vendendo-o para o campo. Assim, o problema da escravidão urbana não seria a falta de trabalhos, porém, o controle desses escravos. Desta maneira, a liberdade de circulação do escravo foi segundo Wade, a causa do seu desaparecimento no Sul dos Estados Unidos.

Para evitar generalizações perigosas devemos situar historicamente o momento vivenciado pela escravidão urbana, no caso citado pelo autor, era o período de Guerra de Sucessão. Será que poderíamos afirmar que a decadência dessa escravidão urbana fora apenas determinada pelo excesso de liberdade? Acreditamos que não. Em resposta a Wade, Goldin (22) apontou outros fatores que contribuíram para o declínio dessa população, onde além da concorrência de mão-de-obra de homens livres ao trabalho escravo, ocorreu também, um aumento na demanda de trabalhadores para o campo ocasionando uma elevação dos preços dos escravos no mercado, estimulando os proprietários a venderem seus escravos para o campo.

Para Goldin, a liberdade vivenciada pelos escravos urbanos não poderia ter causado o declínio da instituição, porque todo um complexo de restrições controlava a população negra nas cidades sulinas. Além disso, escravidão e cidade não podem ser incompatíveis numa economia escravista pois, segundo a autora, através de estudos econométricos, a escravidão teria se mantido nos Estados Unidos caso não tivesse ocorrido a guerra civil.

, Não nos interessa no atual estudo discutirmos os métodos econométricos, ou mesmo a escravidão no Sul dos Estados Unidos, o que nos parece pertinente nessa discussão é o papel desempenhado pelo escravo na estrutura urbana. É incontestável que a escravidão se adaptou às condições urbanas. Algumas modificações ocorrem no sistema, como a questão do ganho, da flexibilidade de circulação, os contatos com grupos diferenciados. Entretanto, esses fatores não desarticularam o sistema,

pelo contrário - foram incorporados por ele. A escravidão como instituição só desapareceria da cidade com a decretação da abolição.

Como muito bem apresenta o trabalho de Algranti (23) " o Estado se encarregaria de manter a ordem " - na medida em que aumentava a população da cidade, o controle desenvolvido pelo Estado intensificava-se, como resposta a flexibilidade imposta pelos servidores desempenhados pelos escravos, ao empenho dos Senhores em explorar o momento de crescimento não acompanhado pela disponibilidade de mão-de-obra livre, que discriminava determinados serviços consagrados pela ideologia escravagista como coisa de escravo.

→ O escravo ao ganhar apresenta-se como uma alternativa dos senhores de empregarem sua encarecida mão-de-obra na produção de benefícios monetários imediatos. Isso evidenciou-se principalmente após 1860, quando constatamos essa necessidade através do aumento numérico de escravos alugados ou colocados ao ganho por um mesmo senhor. Com esta prática, transformava-se o capital fixo representado pelo valor do escravo, em capital líquido imediato e que poderia ser empregado em outras atividades.

Outro aspecto relevante do trabalho escravo na cidade, que pouca atenção tem merecido da historiografia brasileira, é o seu emprego em tarefas para as quais era exigida uma certa especialização, que derrubam os argumentos mais comuns que sustentam a afirmação de que o escravo é um trabalhador irresponsável, boçal e incapaz de executar tarefas mais complexas. Rejeitando-se assim as possibilidades do emprego do trabalho escravo nos processos que exigiam especialização, como seria o caso da produção industrial. Portanto, a questão da incompatibilidade do trabalho escravo nas pioneiras manufaturas e mesmo na produção industrial, não encontra sustentação documental na cidade do Rio de Janeiro, pois em seus trabalhos Soares (24) e

Andrade (25), levantaram uma farta documentação comprobatória da utilização de escravos nesse setor. Esses escravos eram em pregados em tarefas secundárias, como também desenvolviam eficientemente, os serviços mais delicados e complexos da manufatura. Apontam também para uma coexistência de trabalhadores livres, juntamente com escravos, desempenhando tarefas ou ofícios especializados.

TABELA 5 : MAPA DOS OFICIAIS E SEUS TRABALHOS.

Ano e mês	Oficiais brancos	Oficiais escravos	chapéus de castor	chapéus de lebre	chapéus de seda	TOTAL de CHAPEUS
Jan/47	38	12	1.147	1.049	1.139	3.335
fev/47	40	13	1.549	1.107	1.107	3.673
mar/47	39	13	1.317	2.126	1.114	4.557
abr/47	36	13	841	2.571	1.216	4.628
mai/47	36	14	856	2.107	1.376	4.339
jun/47	35	14	563	1.820	1.287	3.670
jul/47	37	14	787	1.691	1.281	3.757
ago/47	35	14	1.189	833	1.062	3.084
set/47	31	17	1.161	1.094	1.224	3.479
out/47	32	17	1.249	762	984	2.995
nov/47	32	18	1.458	994	1.082	3.544
dez/47	30	18	1.248	955	817	3.020
TOTAL GERAL .....			13.363	17.019	13.699	44.081

Manufatura de Braga e Rocha, estabelecida à Rua de São Pedro "da cidade Velha" nº 50. Produzia chapéus de seda e de pele de lebre desde 1843; em 1848 conseguiu a Provisão de Fábrica Nacional.

Fonte: ANDRADE, Romulo Garcia de . Burocracia e Economia na Primeira Metade do Século XIX (A junta de Comércio e as Atividades Manufatureiras na Cidade do Rio de Janeiro: 1808-1850) Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Niterói, 1980, p.131.

A escravidão na cidade priorizava o indivíduo, sobres-

saindo-se aquele mais especializado. Portanto a sobrevivência de um escravo na cidade estava ligada a sua qualificação individual, que representaria para o seu proprietário maior possibilidade de obtenção de uma renda imediata e ao escravo a garantia da manutenção de sua atividade. Isto foi observado principalmente entre os escravos ao ganho, objeto de nosso estudo, onde a concorrência muitas vezes gerou conflitos violentos que requereram a presença da polícia.

→ A escravidão alastra-se do campo, chega às cidades, sofre transformações em alguns dos seus aspectos tradicionais, que não se adaptaria as condições impostas pela vida urbana. O escravo torna-se a mão-de-obra essencial na cidade que cresce. É o escravo oficial de aluguel ou não, é o escravo doméstico, é o escravo ao ganho-veículo que levava e trazia as riquezas, as pessoas, enfim a própria cidade.

"O NEGRO não só é o trabalhador dos campos, mas também o mecânico; não só racha a lenha e vai buscar a água, mas também com habilidade de suas mãos contribui para fabricar os luxos da vida civilizada.

O brasileiro usa-o em todas as ocasiões e de todos os modos possíveis; - desde cumprir a função de mordomo e cozinheiro até servir os propósitos de cavalo; desde fabricar vistosos berloques; a fazer a roupa até executar o "mais vil dos deveres ser - vis" (26).

A cidade cresce em população, em comércio, em manufaturas enfim, em serviços. E qual a mão de obra empregada para atender a esta demanda? Como nas demais cidades brasileiras, inseridas dentro de uma estrutura escravista, havia grande concentração de escravos que eram utilizados em todos os setores da vida urbana.

O crescimento da população escrava acompanha o crescimento da cidade. Em algumas freguesias urbanas, segundo os dados, em 1821 a população escrava chegava a ultrapassar a livre, como nos casos da Freguesia da Candelária, e nas demais a proporção média seria bem mais da metade da população livre.

TABELA 6:

POPULAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO POR FREGUESIAS  
EM 1821.

FREGUESIAS	FOGOS	PESSOAS LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
SANTA RITA	1.742	6.949	6.795	13.744
SANTA ANNA	1.351	6.887	3.948	10.835
SACRAMENTO	3.352	12.525	9.961	22.486
CANDELÁRIA	1.434	5.405	7.040	12.445
SÃO JOSÉ	2.272	11.373	8.438	19.811
TOTAL	10.151	43.139	36.182	79.321

Fonte: LOBO, Eulália Maira Lahmeyer - História do Rio de Janeiro - 1º volume - IBEMEC. p. 135.

Lembremos que para o Brasil o africano fora trazido, à princípio como mão de obra para as lavouras canavieiras, como opção econômica possível que viabilizaria a agricultura de exportação.

O Rio de Janeiro juntamente com Pernambuco, Maranhão e Bahia era um dos focos de penetração de grupos africanos. As necessidades variavam, porém a mão de obra durante quase três séculos e meio era a mesma. Era o negro lavrador, minerador, doméstico, boiadeiro. Com o desenvolvimento das cidades, observamos estes negros sendo destinados a atividades bem diferenciadas das que originalmente motivaram a retirada tão violenta do seu território.

Segundo os estudos de Mary Karrasch aproximadamente 900.000 escravos passaram pelo porto carioca e possivelmente foram comercializados nos Mercados do Valongo entre 1800 e 1850 (27).

Esse lucrativo comércio, que foi responsável pelas gran

des fortunas do Rio de Janeiro e de todo país, começa a encontrar dificuldades legais. Liderado pela Inglaterra, cuja economia tomava outros rumos, no qual a escravidão não interessava mais. Foi uma grande avalanche de tratados e acordos (28) que só existiram de fato no papel.

A partir de 1810, com a assinatura do Tratado de Aliança e Amizade por D. João, que se obrigava entre outros assuntos a cooperar na abolição do comércio negreiro, vão se sucedendo os tratados de 1815, 1817, 1826 e 1831. Sendo que neste último o Brasil se comprometia a eliminar definitivamente o comércio de escravos de sua economia, sendo considerado livres todos os escravos que entrassem no país a partir desse período. Entretanto, conforme nos apresenta Maurício Goulart (29) nunca entrou tantos escravos no Brasil após esta lei.

Portanto, ignorando estas leis e tratados a população escrava na cidade continua a crescer, como nos demonstra o quadro abaixo:

TABELA 7

População livre e escrava no Rio de Janeiro  
1821, 1838, 1849

	LIVRES				ESCRAVOS			TOTALS		
	1821	1838	1849		1821	1838	1849	1821	1838	1849
Sacramento	12,525	15,922	25,435	2,206	9,961	8,334	14,215	22,486	24,256	41,856
São José	11,373	9,326	15,412	1,638	8,438	5,084	10,357	19,811	14,410	27,407
Candelária	5,405	5,816	9,949	194	7,040	4,297	8,540	12,445	10,113	18,683
Santa Rita	6,949	8,850	18,095	1,413	6,795	5,707	12,304	13,744	14,557	31,812
Santa Anna	6,887	10,282	23,190	2,687	3,948	5,491	12,840	10,835	15,773	38,717
Eng. Velho	1,811	3,876	9,758	1,367	3,006	4,290	9,759	4,877	8,166	20,884
Glória		3,950	8,168	723		2,618	6,779		6,568	15,670
Lagoa	951	2,003	6,312	504	1,188	1,316	4,061	2,125	3,319	10,877
TOTAL	45,947	60,025	116,319	10,732	40,376	37,137	78,855	86,323	97,162	205,906

Fonte: KARRASCH, Mary. op. cit. Introdução. p.24.



Sabendo-se que o crescimento natural <sup>do escravos</sup> não se desenvolve ra no Brasil, devido as circunstâncias geradas pelo desinterese de investimento na denominada "indústria de reprodução", que esbarrava na facilidade em se adquirir africanos, não compensando os gastos e riscos da criação e manutenção de crianças cativas. Além disso, muitos homens e poucas mulheres definiam as preferências dos comerciantes. A desproporção entre homens e mulheres continuava muito grande mesmo na cidade, onde a variedade de opções de trabalho, facilitaria o emprego feminino. No período exemplificado a população total masculina é quase o dobro da feminina.

TABELA 8:

Escravos na Cidade do Rio de Janeiro em 1838

Fregueses	Masculino	Feminino	Total
Sacramento	4.544 -	3.790	8.334
São José	2.870	2.214	5.084
Candelária	2.885	1.412	4.297
Santa Rita	3.582	2.125	5.707
Santa Anna	3.168	2.323	5.491
Engenho Velho	2.915	1.375	4.290
Glória	1.489	1.129	2.618
Lagoa	739	577	1.316
Total	22.192	14.945	37.137

Fonte: KARRASCH, Mary - Slave life in Rio de Janeiro.

Op. Cit Introdução. 1972. p.29

Somente após nove anos da assinatura da Lei de 1831 ,

por volta de 1840, outros fatores conjunturais começam a ser levantados contra o tráfico além da pressão inglesa. Para isto concorre diretamente a situação dos endividamentos dos proprietários nas mãos dos traficantes, aliados a uma maior atuação do governo que, após o período regencial, se fortalece e pode fazer frente ao tráfico, finalmente sendo considerado ilegal e realmente perseguido em 1850.

Com relação a origem desses escravos existem dificuldades em precisar-se a procedência dos africanos, principalmente no tocante aos povos e etnias que forneceram os maiores contingentes. A complexidade decorre da mentalidade colonialista que dava pouca importância a participação dos registros, nos documentos, das diversas culturas, línguas e grupos étnicos dos africanos capturados.

A historiografia reúne, a grosso modo, os negros que entram no Brasil, de acordo com as culturas que representavam em sudaneses, principalmente dos povos iorubanos da Nigéria; Daomeanos, Fanti-Ashanti da Costa do Ouro, em cultura Guineo-africanos-sudaneses islamizadas ou dos negros maometanos e em culturas Bantas constituídas por inúmeras tribos dos seguintes grupos: Angola, Congolês e Contra-Costa (30).

Entraram no Rio de Janeiro e Recife os negros dos grupos Bantus. Segundo a ótica do contemporâneo e artista Debret, (31) "os negros mais comuns no Rio de Janeiro são das seguintes nações: Benguella, mina ganguella, banguella, cabina, congo, moçambique. Em nossa consulta a documentação comprovamos a presença dessas nomenclaturas dadas pelos proprietários a seus escravos, acrescentamos também o monjollo, o crioulo (escravo negro nascido no Brasil) e o ladino (escravo que sabe falar o português, tem noção de religião cristã e já conhece os rudimentos de uma arte ou ofício, sendo muito valorizado no mercado de escravos).

## GRAVURA 1

## Negros de diferentes nações



Fonte: DEBRET, J.B. op.cit. introdução.p.315

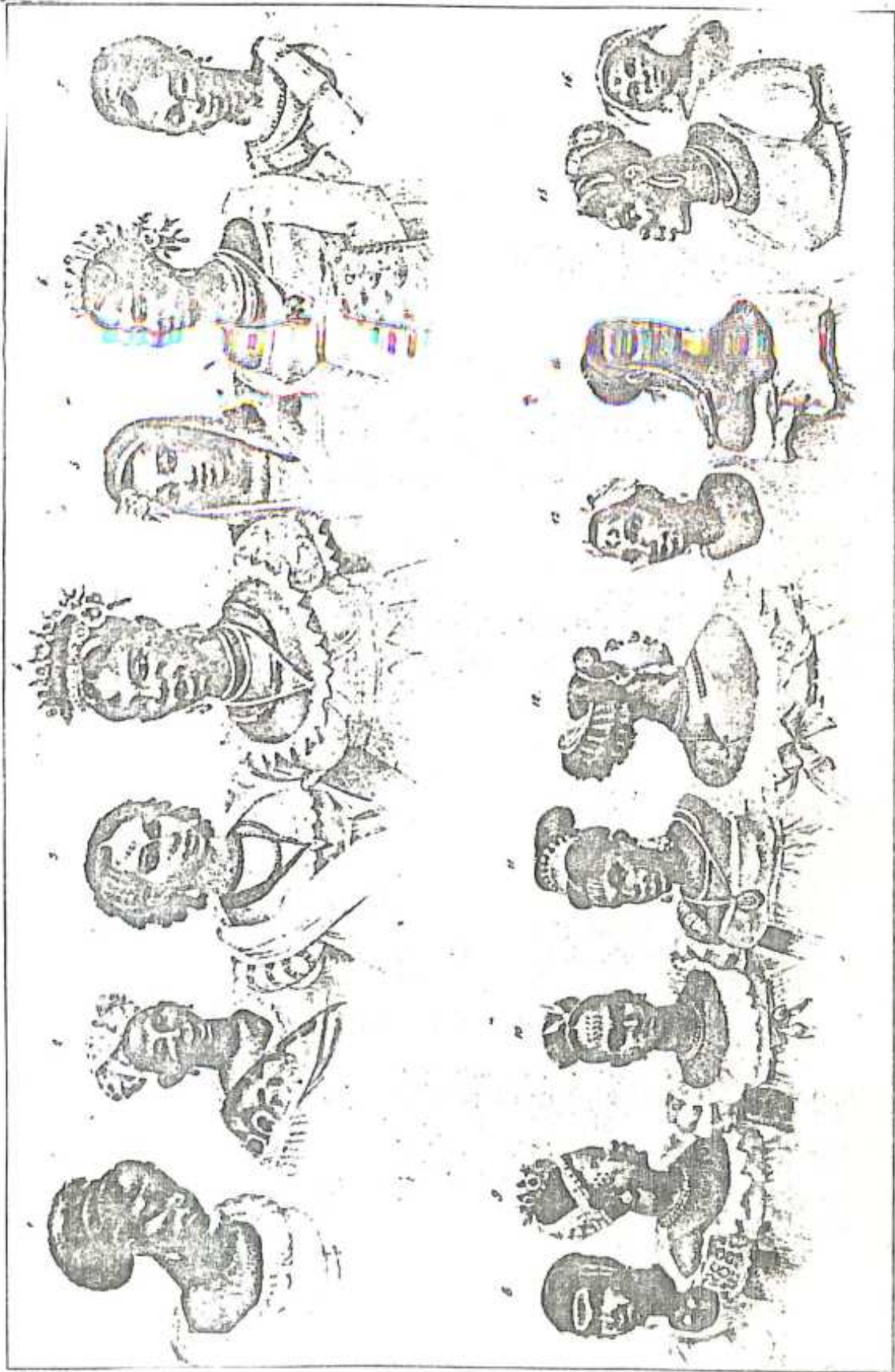
Através da descrição e do desenho Debret nos apresenta negros de diferentes nações, com suas características ornamentais conseguidas por tatuagens e por cortes de cabelo feitos por outro tipo de escravo ao ganho - o barbeiro ambulante.

Desta maneira constata Debret a presença no Rio de Janeiro do negro monjollo (a 1ª figura reconhecida pelos cortes verticais na face); o 2º negro mina, de pele mais clara; o 3º é um negro moçambique do sertão - considerado um negro de elite empregado nos armazéns da Alfândega, reconhecido pelos seguintes sinais: lábio inferior e orelha furada, por uma espécie de meia lua na testa, marca feita com ferro quente nos negros vendidos na Costa de Moçambique; a 4ª outro moçambique de menor estatura e pele mais clara que indica que ele é do litoral; a 5ª figura o negro banquella de penteado requintado; a 6ª outro negro de banquella, na 7ª o negro calava também vendido na Costa de Moçambique, o penteado trabalhado; não tem o lábio superior furado, porém o lábio inferior é alongado, devido a operação que se fazia na infância que mantinha os lábios'

apertados por pedacinhos de madeira; a 8ª outro negro moçambique; a 9ª mostra um modelo do penteado comum entre negros carregadores dos fardos, negros de cangalha ou de carro. ( )

GRAVURA 2

Escravas de diferentes nações



## GRAVURA 2

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. op. cit. Introdução. p.235

Negras escravas ou não, domésticas, do ganho de diferentes nações, a 1ª é da nação rebolo, criada de quarto que imita o penteado de sua senhora; a 2ª é congo, negra livre; a 3ª é cabra, crioula filha de mulato e negra; a 4ª cabinda, criada de quarto; a 5ª crioula; a 6ª cabina; a 7ª Benguela; a 8ª calava, jovem escrava vendedora de legumes, tatuada; a 9ª moçambique, negra livre; a 10ª mina, escrava de negociante europeu; a 11ª monjolha; a 12ª mulata; a 13ª moçambique; a 14ª benguela, escrava vendedora de fruta; a 15ª cássange; a 16ª angola, negra livre quitandeira.

O crescimento da cidade aliado ao desenvolvimento do café clamam pela mão-de-obra escrava. Este clamor é reforçado pelo grande lucro, como já afirmamos, que proporcionava aos que estavam dispostos a arriscar-se. Visto que o diferencial dos preços dos escravos na África e no Brasil são, por si só, grandes estímulos. No período de 1830, por exemplo, um negro na África não custava mais de 20 a 30 mil réis e era vendido no Brasil por 700 a 1.000 réis. No período de 1831, como reflexo da lei, o preço do escravo no Rio sofre uma breve queda, porém o lucro continua garantido, pois o preço na África também cai, numa proporção muito maior (cerca de 3 Libras na África enquanto no Rio esse mesmo escravo era vendido por 100 libras) (32).

Os exemplos acima, por si só, explicam a falta de cuidado, o descaso pelo grande número de mortes que cada viagem proporcionava, enfim pelos horrores que o tráfico impunha ao africano.

Esses traficantes formavam um grupo rico e poderoso que enfrentava as pressões inglesas através da cumplicidade dos oficiais. Cumplicidade esta conseguida pela corrupção e pela mentalidade de que a importação de negros era essencial para a manutenção da economia agrícola do Império.

Portanto, a cidade vive um desenvolvimento contínuo. O Rio vive do comércio como cidade - entreposto e capital. Em seus armazéns estão centralizados os produtos das províncias do oeste e sul, em suas fábricas desenvolvem-se atividades artesanais de grande importância, no seu porto os navios de todas as nações pagam dividendos à Alfândega, através de suas prerrogativas de metrópole, de sede do Império com os grandes luxos e os grandes proventos. Todo esse desenvolvimento cria formas de utilização do escravo além, das causas primeiras que impulsionaram o tráfico. Na cidade variava também a forma de se conseguir um escravo, como veremos a seguir.

1.5. Como conseguir um escravo na cidade

"Diz João Manoel Gonçalves que tendo de abrir um escriptório de comiçeon de escravos na caza 101 da Rua dos Pescadores. Freg. de Santa Rita oferece por isso para seu fiador o proprietário Elias Fernando Drumond, a vista do que pede a V.as Sas lhes conceda a necessãria licença." (33)

"Quem quizer comprar, hum preto official de calafate, nação angola idade 28 anos, procure na Rua dos pescadores no canto da Candelãria." (34)

"Na Rua dos Barbonos n.º 61 ao chegar aos Arcos vende-se hum moleque muito próprio para aprender officio, por ser muito esperto, o qual faz todo o serviço de casa." (35)

Ao longo dos três séculos de trabalho escravo no Brasil as formas de se conseguir um escravo eram através de leilões públicos ou vendas privadas. Para os cativos recém-chegados ou após hipotecas, utilizava-se a venda através de leilões públicos.

"Tem lugar geralmente nos portos de importação e se inicia dez a quinze dias após o desembarque dos africanos e dura até esgotar-se a carga, o que pode demorar bastante. Quanto a demanda de mão-de-obra é forte, aproveita-se para vender em primeiro lugar os cativos mais difíceis de colocação. Guardam-se para o fim os mais bonitos do lote." (36)

Os preços de um escravo em leilão era estabelecido pelo lance mais alto. Entretanto, com relação as vendas privadas acredita-se que deveria existir um acordo prévio entre vendedor e comprador para fixar o preço do escravo. Este tipo de sistema estaria ligado ao desenvolvimento urbano onde uma



quantidade de compradores, precisava de alguns escravos para diferentes tarefas.

Desta maneira o preço do escravo na cidade varia de acordo com a sua especialização. Assim tornava-se uma atividade lucrativa comprar-se escravos "boçais para instruí-los em alguma arte ou ofício e depois vendê-los ou alugá-los.

Sobre o diferencial de aluguéis e preços de um escravo na cidade do Rio de Janeiro notou Eschewege: "No Rio de Janeiro, por exemplo, em meu tempo (1810-1821), pagava-se de aluguel a um escravo comum 300 réis diários, aos piores aprendizes 600 réis, aos mestres 1200 réis". (37)

Em 1837 segundo Burlamaqui, o jornal médio do negro de ofício era de 640 réis o dobro dos demais. Um escravo comum custava 400\$000, enquanto o preço do escravo oficial oscilava entre 500\$000 e 1000\$000 réis. (38)

Após a proibição do tráfico, em 1850, os leilões e as vendas públicas tendem a ser substituídas pelas vendas privadas. Entretanto com o aumento do tráfico inter provincial, que durou de 1851 até sua virtual abolição pela legislação das províncias importadoras em 1881, observamos que as vendas em leilões públicos não desaparecem completamente, como podemos ver num anúncio público no Jornal Diário do Rio de Janeiro de 1 de julho de 1854:

#### "Leilão de Escravos

Hoje sabbado 19 de julho, na Rua do Ouvidor nº 90, as 10 1/2 horas. J Bovis fará leilão na sua casa de diversos escravos de ambos os sexos e diferentes idades, sendo pretos, mucamas ditas de todo ser viço ditas com filhos, moleques negrinhas etc... Os Srs compradores os poderão examinar antes do leilão, os que forem desconhecidos darão signal de 100\$000 no acto de arrematarem o primeiro escravo. Todos os escravos são afiançados de boa saúde" (39)

O comércio de escravos foi um dos grandes negócios da cidade. Enquanto esse comércio foi legal, os escravos eram trazidos diretamente dos navios negreiros para a alfândega onde eram examinados e contratados. Após isso eles eram conduzidos em grupos para as casas de depósitos onde seriam alojados

e leiloados. Antes de 1824 o alojamento dos escravos era feito na Rua da Direita e Rua do Cano, bem no centro comercial e muito próximo a Alfândega.

Até a vinda da família real, eles desembarcavam e eram conduzidos pelas ruas da mesma maneira como viajavam, nus. Porém, o Príncipe Regente ordenou que eles fossem vestidos alegando que esta prática depunha contra a cidade e seus habitantes.

Com o aumento da população, associado ao aumento do comércio de escravos, tornava-se impossível a manutenção, nesse bairro comercial dos depósitos de escravos que davam a corte do Imperador uma péssima imagem junto aos visitantes europeus. Desde 1779 esta situação, que resultaria na transferência do mercado de escravos para o Valongo, já era descrita secretamente pelo Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil a seu sucessor:

"Havia... nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcassem no porto vindos da costa africana, entravam na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus. E porque essa espécie de gente, se não lhe é dada maiores instruções, é como qualquer bruto selvagem, eles faziam o que a natureza sugeria no meio da rua, onde ficavam sentados em algumas tábuas ali colocadas, causando não apenas a pior espécie de mau cheiro nessas ruas e cercanias, mas também oferecendo o espetáculo mais terrível que o olho humano pode testemunhar. Pessoas decentes não se atreviam a ir às ja nelas; os inexperientes aí conheciam o que não sabiam e não deveriam saber; e tudo isso era permitido sem qualquer restrição, e apenas para render o ganho absurdo que os mercadores de escravos, seus donos, obtinham por trazê-los à noite para os andares térreos ou despensas sob as casas em que viviam. Minha decisão foi a de que quando os escravos fossem desembarcados na alfândega, deveriam ser enviados em botes ao lugar chamado Valongo, que fica em um subúrbio da cidade, separado de todo contato e que aí as muitas lojas e armazéns deveriam ser utilizados para alojá-los". (40)

Assim, apesar das inúmeras reclamações dos comerciantes foi transferido para o Bairro do Valongo, o Mercado. Após

1824, os escravos recém chegados foram definitivamente afastados do centro comercial na Paróquia da Candelária para a Paróquia de Santa Rita. Resolvendo-se assim um problema meramente estético que agredia os olhos da população ... "O que os olhos não vêem o coração não sente!"

Muitas são as descrições contemporâneas de mercado do Valongo - atualmente Rua Camerino. Desta maneira descreve Debret:

" É na Rua do Valongo que se encontra, no Rio de Janeiro, o mercado de negros, verdadeiro entreposto onde são guardados os escravos chegados da África.

Às vezes pertencem a diversos proprietários e são diferenciados pela cor do pedaço de pano ou sarja que os envolve, ou pela forma de um chumaço de cabelo na cabeça inteiramente raspada (...)

Os ciganos traficantes de negros, verdadeiros negociantes de carne humana, não cedem em nada a seus confrades negociantes de cavalo; por isso deve-se tomar precaução e levar um cirurgião quando se quer escolher um negro nesses armazéns, a fim de fazer passar o escravo pelas provas e exames necessários." (41)

Segundo o <sup>depoimento do</sup> médico naturalista do navio prussiano Princesa Loisa, F.J.T. Meyen, escrita pouco antes da abolição do tráfico legal:

"Visitamos os Depósitos de escravos no Rio e encontramos muitos centenas praticamente nus, os cabelos quase todos cortados, e parecendo objetos medonhos. Estavam sentados em bancos baixos ou amontoados no chão, e sua aparência nos fez estremecer. A maioria daqueles que vimos era de crianças, e quase todos esses meninos e meninas tinham sido marcados com ferro quente no peito ou em outras partes do corpo. Devido à sujeira dos navios em que haviam sido trazidos e à má qualidade de sua dieta (carne salgada, toucinho e feijão), tinham sido atacados por doenças cutâneas, que a princípio apareciam em pequenas manchas e logo se transformavam em feridas extensas e corrosivas. Devido a fome e miséria, a pele havia perdido sua aparência preta e lustosa, e assim com as manchas das erupções esbranquiçadas e cabeças raspadas, com suas fisionomias estúpidas e pasmas, certamente pareciam criaturas que dificilmente alguém gostaria de

reconhecer como seu próximo. Para nosso espanto, encontramos no Rio pessoas reputadas pela cultura e humanidade que friamente nos asseguram que não deveríamos supor que os negros pertencem a raça humana. De acordo com esses princípios os escravos eram (como alardeavam as pessoas no Rio) tratados muito brandamente. Deve-se ter vivido o bastante para estar acostumado à sua miséria e degradação, para compreender tal maneira de falar (42)

Como podemos observar as doenças eram comuns nesse mercado e portanto, todos os escravos expostos deveriam ser cuidadosamente examinados pelos seus futuros senhores pois, qualquer escravo com defeito físico negociado, ao sair do armazém não mais poderia ser trocado. Sendo assim, esse cativo era submetido a mais uma série de vexames nesta sua adaptação a nova realidade. Seu corpo era apalpado, seus dentes examinados, faziam-no andar de um lado para outro, faziam-no pular.

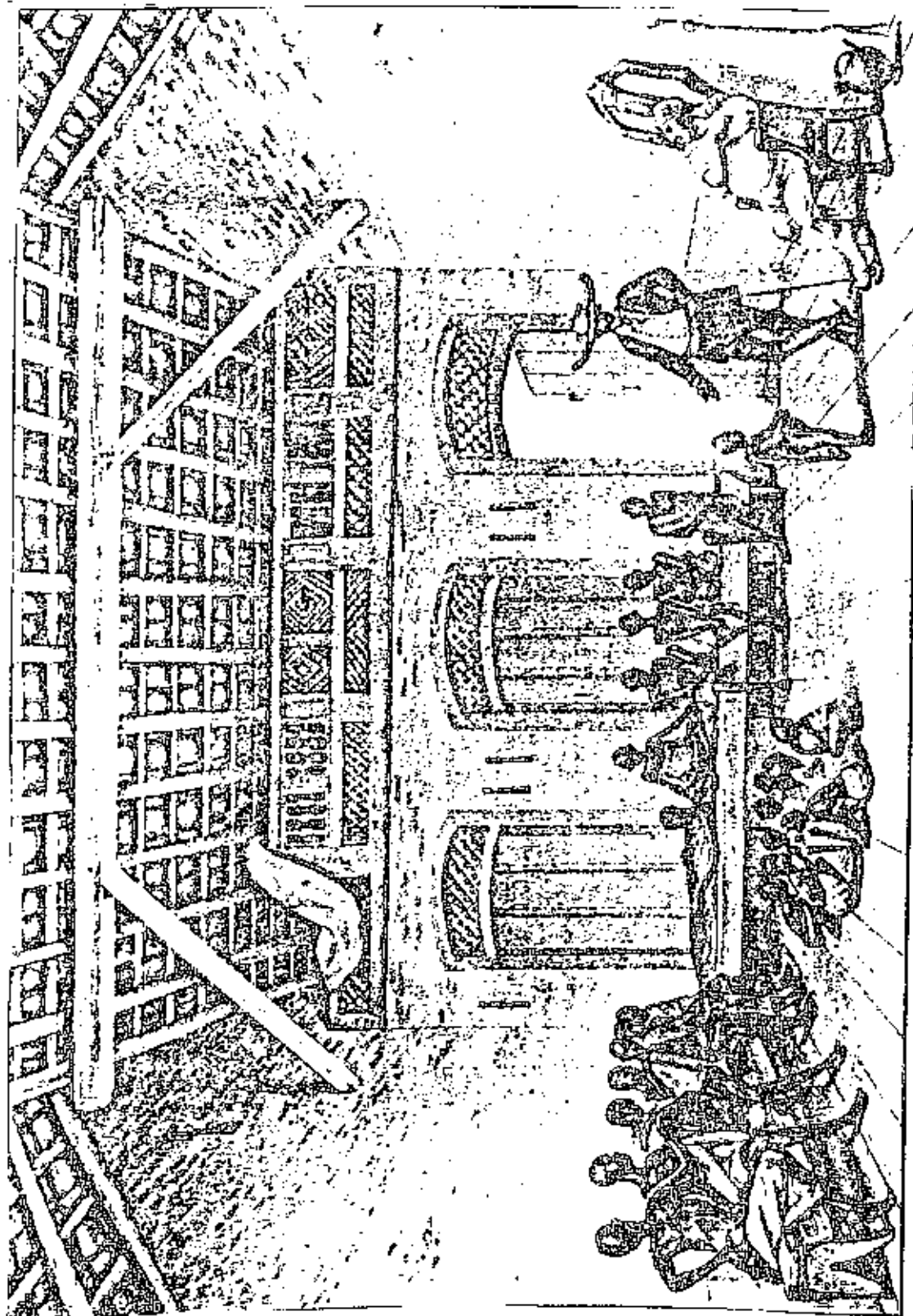
E o africano assustado, ainda sem perceber direito o que estava acontecendo era negociado, marcado à ferro com as iniciais do seu dono, transformado numa coisa. Enfim, era um escravo. Sua herança e a seus filhos era a escravidão.

As condições péssimas do tráfico, já exaustivamente descritas pelos estudiosos associado a avidez dos comerciantes, que movidos pela necessidade de lucros imediatos, levaram esses comerciantes a fazerem escassos investimentos nos locais de vendas, onde proliferava a sujeira e as mortes.

Eram mantidos no Distrito do Valongo, para atender a grande demanda, cemitérios para africanos recém-chegados. Esses cemitérios geravam por parte da população das redondezas inúmeras reclamações. Alegava-se que houvera um crescimento das habitações nessa área e o grande número de escravos mortos que eram indevidamente enterrados, pois esse trabalho era feito pelos escravos, que não se preocupavam em cavar valas profundas, ficando os corpos em decomposição à mostra quando ocorriam chuvas trazendo obviamente grande perigo de contaminação, além do insuportável odor.

GRAVURA 3

Mercado da Rua do Valongo.



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. op. cit. Introdução Tomo I, p.258

## GRAVURA 3

A gravura de Debret reproduz uma cena de venda de um mercado da Rua do Valongo que pelas disposições do armazém e simplicidade do mobiliário mostra tratar-se de um pequeno comerciante.

Durante todo o período da legalidade do tráfico e mesmo após a sua proibição, as denúncias eram feitas contra a falta de cuidado dos negociantes porém, não encontramos na documentação nenhuma resposta ou medida que punissem os culpados. Somente no final da escravidão na década de 80, quando se reacende a antiga discussão da escravidão pelos abolicionistas; quando o tráfico africano já desaparecera, quando a própria população escrava era infinitamente menor, quando enfim, o grupo envolvido no comércio de escravos era bem menor tanto em quantidade, quanto em importância econômico-social, observamos um cuidado maior das Comissões Sanitárias do Distrito de Santa Rita, onde se localizava o mercado, com as condições das casas onde se negociavam escravos:

"COMISSÃO SANITÁRIA DO 1º DISTRITO DA FREGUESIA  
DE SANTA RITA EM 22 DE JANEIRO DE 1880.

Ilmo Exmo Snr

Ao receber o offício de Va Ex com data de Hontem, dirigi-me imediatamente a caça da rua Estreita de S. Joaquim nº 32, onde são estabelecidos com negócios de comissões de escravos J. R. Peres Fernandes e Comp., pelo exame a que precedi verifiquei que eram então 12 escravos consignados dos quais, 7 do sexo masculino occupavam a sala e alcova do sotão e 5 do sexo feminino os aposentos do sobrado que a primeira eram mal acomodados a noite, recomendando que não deixassem mais de 5 escravos pernoitarem naquelles comodos; notei mais que todo o prédio precisava de pintura e que a latrina, ralo de aguas pluviais não se achavam com o devido asseio e o solo do quintal era demasiado humido ... "

(43)

No Valongo reuniam-se os negociantes de vários tipos. As autoridades faziam grande esforço para tentar, pelo menos legalmente, estabelecer regulamentos que incidissem sobre essas casas. Havia casas de consignação de compra e venda de escravos, as casas de leilão e os negociantes de bens, café etc.

Num período de repressão ao tráfico de escravos, os ingleses reclamavam do envolvimento de todos os homens de negócio com esse comércio, considerado ilegal, porém de difícil controle, pois as autoridades inglesas só podiam exercer sua



perseguição nos mares. O documento abaixo denuncia essa dificuldade de se conter esse comércio. Em carta datada de fevereiro de 1832 o cônsul britânico no Rio afirmava:

"Estou pesaroso pelo ensejo de advertir que a abolição do tráfico escravista tem poucas probabilidades de ser eficaz neste país. No meu entender, as penalidades atualmente em vigor realmente induziram muitos a abandonar o tráfico; mas os lucros crescentes advindos de uma importação fraudulenta excitaram a cupidez das pessoas, mais empreendedoras ou menos escrupulosas que os antigos traficantes; e apesar de não poder obter qualquer evidência positiva do fato, estou seguro, e acredito, que o Tratado da Abolição é frequentemente violado ..."

(44)

Era muito difícil, tornando-se quase impossível identificar todos os negócios do comércio de escravos. Por exemplo, era obrigatório um pedido de licença especificando o tipo de negócio que funcionaria no estabelecimento, que tipo de mercadoria seria vendida.

"Diz Frederico Guilherme, Janire e Com<sup>3</sup>, que elles supostamente querem continuar com sua caza de consignação leilões, vendendo no mínimo escravos ladinos, na rua do Ouvidor 84, continuando como Fiador o cidadão João Bernardo de Carvalho, do qual já existe o respectivo termo no Livro componente e como precisa de licença para o seu negócio por isso

...

5 de março de 1843 (45)

Entretanto existiam no mercado várias casas que vendiam escravos sem a devida licença. O problema é que muitos negociantes recebiam escravos para a própria plantação, com os quais eles negociavam café, algodão, açúcar etc... Geralmente, a casa de consignação continuava a receber os escravos para vendê-los com comissão até que fossem descobertos, ou forçados a tirar licença.



Fortanto existiam casas de comissões licenciadas especificamente para dedicarem-se a venda de escravos e outros valores. Outro tipo de casa de comissões era especificamente licenciada para vender e comprar escravos para uma terceira pessoa. Embora estas restrições não fossem obedecidas.

"Relação exact de todos os negociantes que comprão vendem, recebem a consignação escravos sem que estejam habilitados na forma da ley, nem pação direito algum a Nação..." (46)

No exemplo acima são citados na Freguesia do Sacramento 16 nomes, 10 estrangeiros e 6 nacionais; na Freguesia da Candelária 9 estrangeiros e 3 nacionais; na Freguesia de Santa Rita 2 estrangeiros e 2 nacionais; na Freguesia Santa Anna 1 Brasileiro; na Freguesia de São José 4 estrangeiros.

Tentando coibir o tráfico ilegal após 1850, o governo cria posturas rigorosas, que exigiam dos negociantes a comprovação da origem dos seus escravos, os quais deveriam ser registrados num livro que ficaria a disposição das autoridades para fiscalização.

"Ninguém poderá negociar em escravos sem ter para esse efeito armazém público em casa térrea ou loja apresentando fiadores idôneos que se responsabilizem pelos prejuízos que ocasionar, assignando termo nesta Camara de não comprar escravos nem os receber para vender, se não de pessoas reconhecidas como seus legítimos senhores, ou que apresentem pessoas estabelecidas que como taes os afiancem; como que mostrem igualmente que os ditos escravos chegaram a este império antes da proibição do tráfico de escravatura; obrigando-se a ter um livro, que será rubricado gratuitamente pelo fiscal respectivo, em que faça os assentos dos escravos que compra ou recebe para vender, declarando a data da compra ou o recebimento, o sexo, o nome da nação, prestimo, idade provável do escravo assim como qual quer signaes por que se faça conhecido, declarando igualmente quando, donde e como houve o vendedor; os quaes assentos serão assignados pelos vendedores, sendo pessoas reconhecidas ou por quem se responsabilise por elles não o sendo; e serão pa-

tentes ao fiscal, ou a qualquer autoridade policial que o exija. Os infractores soffrerão a pena de 8 dias de prisão e de 30\$00rs de multa, e nas reincidências a de 30 dias de prisão e 60\$000rs a multa, além das que incorrem pelo código" (47).

A riqueza de detalhes que nos oferece este documento, aponta para alguns aspectos importantes:

1º - Essa Postura data de 1854 e o seu rigor demonstra que a situação era de difícil controle, como poderemos constatar mais adiante.

2º - A necessidade de um local pré determinado para a venda dos escravos, facilitando a fiscalização.

3º - O cidadão precisaria além de sua palavra a apresentar um fiador comercialmente estabelecido e de residência conhecida, que se responsabilizasse pelos prejuízos. É muito interessante falar-se em prejuízos neste comércio que se sustentou pelos infinitos lucros proporcionados. Acreditamos que a Postura se referia ao confisco total das mercadorias e das multas que inflingiriam aos culpados. Dessa maneira o governo precavia-se da falta do pagamento das multas pelo infractor, que recairia sobre o fiador.

4º - É notória a preocupação com a procedência desses escravos, denunciando-se além da questão do tráfico africano, o comércio ilegal de escravos conseguidos através de roubos.

5º - É outro aspecto por demais interessante do documento, quando observa a preocupação do governo com os abusos de autoridade. E para isto ele prescreve que os livros deverão ser rubricados gratuitamente pelo fiscal respectivo.

6º - É mais uma vez a questão da punição, que duplica com relação as multas e mais que triplica com relação a prisão, denunciando que a reincidência era comum entre os comerciantes. No documento abaixo apresentamos um exemplo de um livro de matrícula.

Certifico que as folhas do livro 124 do livro competente se acha matriculado pelo Sr. Glicério Thaumaturgo da Silva morador da Rua do Riachuelo nº 188 os seguintes escravos:

Nº	Nome	Nat.	Idade	Cor	Ofício	Obj.
1	Frederico	Bras.	31	preta	-	-
2	Sandro	"	24	"	-	-
3	Mariano	"	25	parda	-	-
4	Luis	"	28	"	-	-
5	Ignes	"	50	preta	-	-
6	Faustina	"	18	"	-	-
7	Virgílio	"	35	"	-	-
8	Mariano	"	16	"	-	-
9	Serena	"	25	"	-	-
10	José	africano	1 ano e 4 m.	parda	-	-
11	Pedro	Bras.	28	"	-	-
12	Iracema	"	35	preta	-	-
13	Maria	"	50	"	-	-
14	José	africano	54	"	-	-
15	Hermerenciana	"	55	"	-	-
16	Matheus	"	55	"	-	-

(48)

Com a abolição e perseguição do tráfico após 1850 os escravos eram desembarcados em lugares escondidos, vendidos no desembarque ou então marchavam para o Valongo. Isso constituindo mais um penoso sacrifício para os cativos, já bastante enfraquecidos pela viagem.

Os barracos e depósitos desaparecem das praias do Rio de Janeiro. Mas o comércio continua. Nas lojas juntamente com o ladino ou crioulo, sendo negociado o africano e mesmo quase uma geração após ter sido abolida, ainda representa cerca de 9% do total da população escrava no Município do Rio de Janeiro e 15,4% da população total do país segundo dados da tabela abaixo:



TABELA 9:

ESCRAVOS DE NATURALIDADE AFRICANA E ESCRAVOS REGISTRADOS COMO TENDO 51 ANOS OU MAIS, 1872

	Total de escravos registra- dos	Escravos registra- dos de 51 anos e mais	Percenta- gem de 51 anos e mais	Africanos registra- dos
<b>Extremo Norte</b>				
Amazonas	1.545	87	5,6	13
Pará	31.537	2.362	7,5	552
Maranhão	74.598	7.786	10,4	1.741
	107.680	10.235	9,5	2.306
<b>Nordeste</b>				
Piauí	23.434	3.885	16,6	242
Ceará	31.975	2.014	6,3	99
Rio Grande do Norte	13.634	1.614	11,8	421
Paraíba	25.817	1.367	5,3	185
Pernambuco	106.236	9.472	8,9	3.084
Alagoas	36.124	2.402	6,6	2.377
Sergipe	33.064	3.012	9,1	1.395
Bahia	165.403	24.349	14,7	10.281
	435.687	48.115	11,0	18.084
<b>Oeste e Sul</b>				
Mato Grosso	7.054	928	13,1	360
Goiás	8.800	878	10,0	140
Paraná	15.250	830	7,4	738
Santa Catarina	11.249	1.332	8,7	1.128
Rio Grande do Sul	98.450	15.423	15,6	5.104
	140.803	19.391	13,8	7.470
<b>Centro-Sul</b>				
Minas Gerais	311.304	64.401	20,7	28.148
Espírito Santo	22.297	3.109	13,9	2.262
Rio de Janeiro	301.352	66.259	22,0	56.262
Município Neutro	47.084	4.656	9,9	10.973
São Paulo	174.622	20.512	11,7	13.055
	856.659	158.937	18,6	110.700
<b>Totais</b>	<b>1.540.829</b>	<b>236.678</b>	<b>15,4</b>	<b>138.560</b>

Fonte: Compilado de Directoria Geral da Estatística, Recenseamento da população, 1872, passim. in Conrard, Robert. últimos anos da escravidão no Brasil, p. 348.

Começamos a perceber uma sensível diminuição da popula



ção escrava do Rio de Janeiro nos períodos de 1864, 1874 e 1884. Observando que em 1887, portanto as vésperas da abolição, a população do Município que seria atingida com a Lei Áurea resumia-se apenas a 7.488 escravos:

TABELA 10: POPULAÇÃO ESCRAVA DO RIO DE JANEIRO

	1849	1864	1874	1884	1887
Rio de Janeiro	110.000	300.000	301.000	258.238	162.421
Município Neutro	78.855	100.000	47.084	32.103	7.488

Fonte: Perdigão Malheiro - A Escravidão pág. 198, Relatório do Ministério da Agricultura. Apud: Conrard, Robert - Os últimos anos da escravidão no Brasil. p. 346.

Esse declínio explicar-se-ia pela conjugação de fatores internos e externos ao Rio de Janeiro. Como fator de pressão externa observamos o grande tráfico inter-provincial, que atuando como um elemento garantidor do sistema através da reposição da mão de obra, forneceria ao mesmo tempo elementos para a sua destruição:

" O tráfico escravista interno não foi apenas um eco do passado. Foi também um instrumento de mudança. Desconhecido para maioria daqueles que nele tomaram parte, esse tráfico talvez tenha contribuído para acabar com a escravidão brasileira tanto quanto os grandes admiráveis esforços dos abolicionistas. Neste sentido, os próprios traficantes de escravos foram inimigos involuntários da escravidão." (49)

Acompanhando o desenvolvimento de novas áreas de produ

ção, transfere-se escravos fortes da lavoura decadente do Rio para a florescente lavoura paulista.

TABELA 11: Movimento da População Escrava no Rio de Janeiro  
(1877 - 1881)

Especificação	Anos				
	1877	1878	1879	1880	1881
Em 31 de dezembro de 1876					
Homens	21.401	20.811	20.073	19.317	18.173
Mulheres	20.841	20.570	20.147	19.833	19.112
Total	42.242	41.381	40.220	39.150	37.285
Vieram de Outros Municípios					
Homens	893	726	679	673	296
Mulheres	1.042	988	1.067	1.054	406
Total	1.935	1.714	1.746	1.727	702
Faleceram					
Homens	530	508	447	438	369
Mulheres	301	375	269	291	298
Total	831	883	716	729	667
Libertaram-se					
Homens	379	298	469	586	534
Mulheres	491	490	577	726	708
Total	870	788	1.046	1.312	1.242
Mudaram para Outros Municípios					
Homens	574	658	549	793	452
Mulheres	521	546	535	758	294
Total	1.095	1.204	1.084	1.551	746
Em 31 de dezembro de 1877					
Homens	20.811	20.073	19.317	18.173	17.114
Mulheres	20.570	20.147	19.833	19.112	18.218
Total	41.381	40.220	39.150	37.285	35.332

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório do Ministério dos Negócios do Império, apresentado à Assembleia Geral da 3ª Seção da 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Leão Velloso. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883. (Levantamento de M. B. Levy), in LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro. p. 442.

Além do tráfico, outro fator muito importante contri-  
buiu para o decréscimo da população escrava na cidade - a mor-  
talidade, as epidemias que proliferavam faziam suas vítimas en-  
tre os escravos. Baixa natalidade, alta mortalidade, transfe-  
rência de escravos para outras regiões - toda essa conjuntura  
propiciava uma maior adesão da cidade ao movimento abolicionis-  
ta. A escravidão na cidade estava condenada.

Assim, a História da escravidão que tivera seu palco i-  
nicial nos campos, assiste à partir de 1870 na capital do Impé-  
rio um reascender das discussões sobre o seu fim.

A princípio um movimento emancipacionista liderado pe-  
lo governo, que através de leis onde se percebia uma preocupa-  
ção maior com os proprietários do que com os escravos, ia hi-  
pocritamente garantindo a manutenção do sistema utilizando-se  
de medidas reformistas da instituição. É desta forma, que se  
coloca a Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco (1871), que ti-  
nha como finalidade explícita pelo próprio autor "reestabili-  
zar a vida econômica e social do país, reparar os danos causa-  
dos pela polêmica em torno da escravidão e revitalizar o crédi-  
to agrícola"; e a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe  
(1885) que representava uma abolição mediante indenização, um  
bom negócio para os proprietários que se livravam legalmente  
de escravos improdutivos e ainda recebiam indenizações superio-  
res ao valor real desse escravo no mercado.

\*Enfim "leis de proprietários de escravos para proprie-  
tários de escravos", tão criticada pelos abolicionistas que a-

través de André Rebouças (50) desde 1883 exigiam abolição sem indenização:

"-Abolição imediata e sem indenização... A escravidão é um cancro, ninguém paga o doente para fazer sua estirpação; quem padece de uma pústula ou tem um membro gangrenado, indeniza o cirurgião; o contrário não ocorre. No entanto um senhor de escravos mantém uma gangrena social e pretende dinheiro por sua eliminação"

Portanto, esse movimento emancipacionista caracterizou-se por uma atitude conciliatória do governo na eliminação lenta e gradual da escravidão, sem ameaçar os grandes proprietários.

O movimento abolicionista liderado pelos intelectuais da época, somente se organiza após 1880 exigindo a abolição, quando a escravidão como instituição e modo de produção apresentava-se ineficaz. A conjuntura era favorável aos ideais abolicionistas pois, um renovado liberalismo perpassava a sociedade brasileira desde o término da guerra do Paraguai, onde as debilidades estruturais do país tornaram-se evidentes. Movimentam-se os clubes ou sociedades, a primeira das quais foi a Sociedade Brasileira contra a escravidão, fundada por Joaquim Nabuco em 1880 no Rio de Janeiro; multiplicam-se as reuniões, o jornalismo pró-reformas denunciando a inércia do governo.

De um modo geral, o que houve antes de 1880 foi apenas opinião abolicionista cheia de eloquência porém, sem a articulação de um movimento de ação organizada. O pensamento anti-escravista dos anos 70 é cauteloso, o próprio Nabuco autor de discursos contundentes, pregava uma atitude prudente, uma melhoria das condições de vida dos escravos - "esse órfão do destino, esse enjeitado da humanidade que, antes de nascer es-



tremece sob o chicote vibrando nas costas da mãe" (51). Ressalta a necessidade de fazer-se a abolição na forma da lei, no Parlamento, não nos quilombos ou nas ruas.

Enquanto, pelas ruas da cidade as notícias dos debates, das leis chegam através dos jornais, das conversas nos cafés, dos disse-me-disses do povo que circula pelas esquinas e mercados. Desta maneira, o fim da escravidão é assistido mais de perto, mais intensamente pelo escravo da cidade do que pelo seu irmão do campo.

Qual seria a reação desses escravos a esse movimento abolicionista? Como se sentiria como alvo de tantas discussões; Infelizmente não possuímos os seus testemunhos e o que tentamos reproduzir através da pesquisa nas entre-linhas dos não ditos que a documentação oficial nos transmite, é a voz perdida no passado deste imenso grupo:

"Os escravos permaneceram mudos, exceto em raríssimas exceções; fato que se explica pela lógica do sistema escravagista: a maioria absoluta dos escravos e, muitos libertos, não sabiam ler e escrever. Nestas condições, a massa dos documentos disponíveis para a história da escravidão provém da administração metropolitana ou local, dos missionários, dos colonos e administradores; ou de viajantes e outros observadores ocasionais estranhos à sociedade escravagista" (52)

Conforme observamos na tabela abaixo, a população escrava alfabetizada em 1872 representava uma ínfima parte, não podemos perder de vista que isto denunciava também as condições precárias da alfabetização geral do país. Além dos escravos, a maioria das mulheres não tinha o direito à alfabetização. Enfim, o Brasil do século XIX era um país de analfabetos na sua quase maioria; ler e escrever era o

privilégio de uma minoria

TABELA 12

## ALFABETIZAÇÃO E ANALFABETISMO ENTRE ESCRAVOS ,1872

Província	Homens		Mulheres		Totais	
	Alfabe- tizados	Anal- fabetos	Alfabe- tizados	Anal- fabetos	Alfabe- tizados	Analfa- betos
<b>Extremo Norte</b>						
Amazonas	-	487	-	492	-	979
Pará	68	13840	21	13529	89	27369
Maranhão	51	36838	21	38029	72	74867
	119	51165	42	52050	161	103215
<b>Nordeste</b>						
Piauí	6	11939	-	11850	6	23789
Ceará	35	14906	12	16960	47	31866
Rio G. Norte	4	6567	3	6446	7	13013
Paraíba	26	10655	35	10810	61	21465
Pernambuco	105	49918	52	41953	157	88871
Alagoas	32	17881	21	17807	53	35688
Sergipe	-	10840	-	11783	-	22623
Bahia	49	89045	15	78715	64	167760
	257	208751	138	196324	395	405075
<b>Oeste e Sul</b>						
Mato Grosso	-	3632	-	3035	-	6667
Goiás	7	5365	-	5280	7	10645
Paraná	6	5500	2	5052	8	10552
Santa Catarina	26	8043	20	6895	46	14938
Rio G. Sul	63	35623	37	32068	100	67691
	102	58163	59	52330	161	110493
<b>Centro-Sul</b>						
Minas Gerais	99	199335	46	170979	145	370314
Espírito Santo	1	11858	-	10800	1	22658
Rio de Janeiro	79	162315	28	130215	107	292530
Município Neutro	220	24666	109	23944	329	48610
São Paulo	81	87959	23	68549	104	156508
	480	486133	206	404487	686	890620
<b>TOTAIS</b>	<b>958</b>	<b>804212</b>	<b>445</b>	<b>705191</b>	<b>1403</b>	<b>1509403</b>

Fonte: Recenseamento da população, XIX, 2. In:--CONRARD, Robert  
Últimos anos da escravidão no Brasil. p.358.

Os abolicionistas denunciavam a imoralidade e ilegalidade da escravidão; a ilegitimidade do direito de posse, sem a poio institucional, porquanto a Constituição não tinha uma palavra sobre escravos (53).

E os escravos? Segundo Gorender (54) "caberia a eles a tarefa de provocar o abalo decisivo no regime servil em apodrecimento". Para Conrad (55) "foi a decisão pessoal do escravo individual, multiplicada muitas vezes, que trouxe o rápido fim do cativo"; Clóvis Moura (56) acrescenta que, "na época da abolição os escravos já estavam psicologicamente convencidos da sua situação de exploração em maior ou menor grau, desobedecendo as ordens de seus senhores".

Essas afirmações poderiam levar a uma constatação errônea de que o escravo até então, não tinha consciência de sua situação, e que nunca agira de forma própria, que a abolição só ocorrera no momento em que ele resolvera agir. Não podemos descartar que os escravos renegaram o sistema e durante quase dois séculos e meio lutaram sozinhos. A partir da independência sua luta foi secundada pelos ingleses na perseguição ao tráfico. Colocaram-se contra o sistema de todas as formas possíveis (fugas, suicídios, roubos, assassinatos), aproveitaram-se de todas as brechas.

•Concordamos plenamente com Lana Lage (57) quando afirma: "... os horizontes dos escravos se ampliam nesses momentos de agitação política e social, é na segunda metade do século XIX que essa ampliação atinge limites máximos, ou seja quando o debate abolicionista ganha corpo e se transforma na questão essencial do Império. A medida em que o sistema entra em crise e a mão de obra escrava vai se configurando como inadequada ao desenvolvimento capitalista do país, a perspectiva de liberdade tome forma para o escravo, através da propaganda abolicionista e das próprias medidas e promessas governamentais. É na década de 80, quando a Campanha Abolicionista se define, é que

o escravo vai vislumbrar, para o seu ato de rebeldia um futuro diferente da marginalidade, uma vez que, agora seu comportamento divergente se acha legitimado dentro do próprio mundo dos brancos".

Sendo assim, o Movimento abolicionista reconhecendo o direito do escravo de negar o sistema, o encoraja direta ou in diretamente a abandonar seus donos sublevando-se contra o já decadente sistema.

Os escravos de uma cidade como o Rio de Janeiro, sede do Império e centro cultural do país, inserido numa estrutura típica de escravidão urbana, que lhe propiciava passar grande parte do seu tempo longe das vistas dos seus senhores. Trabalhando pelas ruas, docas e lojas esse escravo mantinha-se informado dos acontecimentos e as vezes conhecia alguns dos seus poucos "direitos", como por exemplo no caso das alforrias em que a Lei Rio Branco concedia o direito ao cativo de formar um pecúlio com o que lhe proviesse de doações, legados e heranças, e como o que, por consentimento do senhor, obtivesse do seu trabalho e de economias. Com este pecúlio o escravo poderia comprar sua liberdade, independente da vontade do senhor, desde que tivesse a quantia correspondente ao seu valor. Este pe cúlio poderia ficar nas mãos do senhor, ou com prévia autorização do juiz de Órfãos, ser recolhido às estações fiscais, na Caixa Economica, ou banco de depósitos. Assim após 1871, os escravos podiam requerer amigavelmente ou através de autoridade a sua emancipação.

Estas informações eram obtidas através de contatos com os diferentes grupos da sociedade, nas Irmandades de Negros, nas Corporações de Ofício, enfim, nas ruas da própria cidade.

Os escravos procuravam valer-se dessas informações para conseguir de alguma maneira sua liberdade, quer de forma legal, quer de forma ilegal.

Pela forma legal esses escravos tentavam conseguir a-

través dos processos de manumissões sua alforria. Na cidade e les contavam para alcançar a libertação com fatores tradicionais, como a chamada benevolência dos senhores, como resultado de bom comportamento; além de outros como por exemplo: a capacidade de trabalho, a habilidade em furtar, o auxílio das Irmandades de Negros - mas principalmente a esperteza do escravo em tirar proveito de todas essas condições em momentos favoráveis.

Entretanto faz-se necessário esclarecer que mesmo na cidade, a manumissão do escravo continua sendo um assunto essencialmente privado, que fazia parte dos direitos de propriedade, zelosamente guardados. O Estado como garantidor da propriedade, procurava interferir o menos possível, unicamente em caso de crise. Esse direito mantém-se até praticamente o fim da escravidão. Nas cartas de alforria observa-se esta característica extremamente ideológica da libertação, pois está sempre é apresentada como uma dádiva: "nunca se deixa de insistir preliminarmente na generosidade ou afeição pelo escravo, à sua fidelidade, que o torna elegível para a alforria" (58). Após 1871 não poderia haver legalmente a revogação da alforria por ingratidão uma vez dadas ou prometidas. Até essa lei eram consideradas faltas punidas com a perda da alforria, "a ingratidão grave ao doador em juízo, o ferir ou por as mãos nele com o fim de o injuriar ou desonrar, os prejuizos a ele causados, e mesmo a ameaça à sua vida ou mesmo o seu assassinato" (59).

Enquanto a alforria, que libertava o escravo não garantia ao negro a sua inserção no mundo do branco. O liberto continuaria incorrendo as restrições legais, além das raciais, como por exemplo a necessidade de um fiador, alguém que respondesse por ele, para que continuasse exercendo suas atividades:

"

Ao Procurador

Manoel Candido Vistorio, homem de cor preta, forro da nação Cabina, morador na Rua da Lapa nº 101 precisando de licença para andar ao ganho, vem mui respeitosa e humildemente pedir a V. Sª. se digne mandar dar, apresentando como seu fiador o Ilmo. Sr. Capitão de Fragata da Armada Nacional Manoel Luis Pereira da Silva ...

15 de março de 1875. (60) "

Todos esses elementos citados associados a uma conjuntura econômica de contestação a escravidão, gerava uma insegurança que refletia na queda do preço desse escravo e no aumento das alforrias.

Comprando sua liberdade com os ganhos conseguidos de todas as formas: roubando, escondendo seus ganhos reais, fazendo serviços extras ou recebendo-a no final da vida, prática muito comum dos proprietários, que devido ao envelhecimento ou invalidez alforriavam ou simplesmente abandonava, seus escravos livrando-se do curso do seu sustento. A Legislação de 1871 isso denunciava no momento em que prescrevia no artigo 6º, parágrafo 4 : "... Se estes os abandonarem por invalidez, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de Órfãos." (61)

Era comum na cidade negros inválidos ou incapazes para o trabalho pela velhice vivendo de esmolas. A lei denunciava esse fato que continuaria ocorrendo até os últimos momentos da estrutura que desmoronava:

"... e quando o irmão doente seja daquelles que se os Senhores os lançarão a peregrinar depois de os haverem desfructado em tempo de saude, e sem com paixão delles os deixarão morrer pelas Ruas, e Campos como infelizmente succede, terá a Irmandade humana Caza para recolhimento" (62).

Nos anos em que a Campanha Abolicionista atinge o seu auge - década de 80 observamos também um aumento nessas alforrias, que eram conseguidas através de contribuições em livro de ouro.

Além dos encaminhamentos legais representados pela alforria, os escravos utilizava-se das fugas como resposta a não aceitação do sistema. As fugas de escravos acompanharam toda a história da escravidão no Brasil.

As cidades representavam para os negros fujões o local apropriado para esconder-se abrigados no anonimato, confundidos com uma multidão de libertos. Os anúncios de jornais dos séculos XIX nos demonstram os gastos que eram obrigados os proprietários a desembolsar para capturar seus escravos fujões - recompensas, salários de policiais, dos caçadores de escravos, dos juizes, e especialmente nas cidades os honorários pagos pelos castigos e a cura ou alojamento na prisão local.

X Os relatórios da polícia do Império denunciavam que as prisões se tornavam reuniões de escravos fugidos e recapturados. Por exemplo em 1826, 922 escravos fugidos foram levados para a prisão do Rio de Janeiro para aguardarem os seus donos.

"Firmino, Nação Congo, que em 1833, fugiu da Rua do Sabão, nº 237, aqui no Rio, levou em huma orelha huma argola com huma meia lua pendurada.

Jornal do Comércio de 20 de março de 1833" (63)

Os morros perto do Rio sempre favoreceram os esconderijos de escravos. Tem-se notícia de quilombos no Catumbi, no Corcovado entre outros ...

Acreditamos que incentivados pelo movimento abolicionista, os escravos descontentes com seus senhores, sem a menor

possibilidade de comprar a sua liberdade fugissem do sistema, recebendo a notícia da abolição já em liberdade irregular.

Em síntese, nós vimos que para conseguir um escravo na cidade utilizavam-se os leilões públicos ou vendas privadas. Enquanto o tráfico fora legal as autoridades procuravam organizar o comércio. Após a sua ilegalidade e perseguição em 1850, buscaram-se formas possíveis para manter-se o abastecimento das áreas de maior necessidade transferindo-se escravos de uma região para outra. Portanto, a escravidão manteve-se no país principalmente pelo abastecimento constante de escravos africanos já que a reprodução natural desses escravos era mínima, não supriundo o mercado. Os escravos morriam e com eles a própria escravidão.

Assim a população escrava da cidade por todos os fatores descritos acima ia diminuindo entretanto, o comércio só desapareceria com a decretação da Lei Áurea, que tornava legal a liquidação de escravismo colonial que já começara a desmoronar-se desde a proibição do tráfico.

Até os últimos momentos a escravidão e a cidade do Rio de Janeiro conviveram intensamente, tornaram-se elementos interligados, inter-dependentes.

Uma imensa população escrava circulava pelas ruas da cidade sendo empregada nos estabelecimentos comerciais, que incentivados pela onda de crescimento desencadeados pela vinda da família real, desenvolvimento da lavoura cafeeira, ampliavam-se, ramificam-se.

A escravidão e a cidade adaptam-se uma a outra. As relações tradicionais modificam-se, o Estado tenta por ordem na casa. Criam-se posturas, organiza-se a repressão, os acordos efetuam-se à margem da lei. É necessário a convivência, é necessária a escravidão para a cidade, é necessário garantir o sistema.

É nessa conjuntura específica da cidade do Rio de Ja-



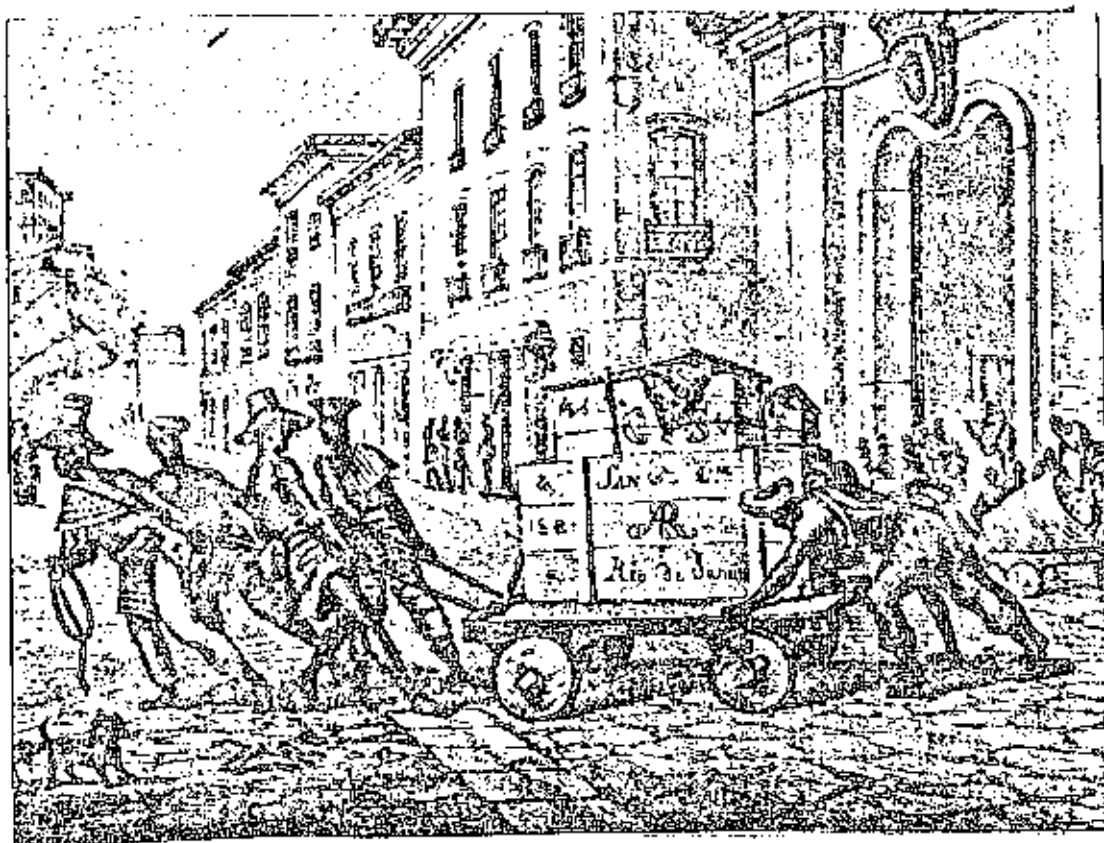
neiro que analisaremos o escravo ao ganho e o seu papel explicativo da escravidão urbana e contraditório do próprio sistema no qual estava inserido.

## I.6 A ESCRAVIDÃO URBANA - Iconografia

Na 1ª gravura Debret (64) via o negro de carro, nome que segundo o autor se dava as carruagens no Brasil. Esses carros ficavam próximo à alfândega a espera de serviços.

### GRAVURA 4

#### Negros de Carro



Fonte: DEBRET, J.B. Viagem pitoresca ao Brasil.

p.323

"...transportavam generos pesados e que também contribuía para aumentar a vida das ruas, consistia no uso de uma carreta tósca, com quatro rodas muito baixas... A esse veículo tão miseravelmente construído, dez ou doze negros se jungiam, arrastando os músculos retesados e cantando suas canções favoritas..." (65)

Na segunda gravura vemos o negro carregador de cangalhas. Tipo de negro de ganho muito comum na cidade, sendo considerado o mais eficiente serviço oferecido pelos negros no transporte de objetos pesados ou frágeis como pianos, espelhos. Sendo ainda utilizados para o transporte de pipas de aguardente. Pelo esforço desenvolvido esses negros ao longo de anos sofrem de deformidades irreversíveis nos membros inferiores. Sua vida útil era muito curta.

GRAVURA 5

Negros carregadores de cangalhas

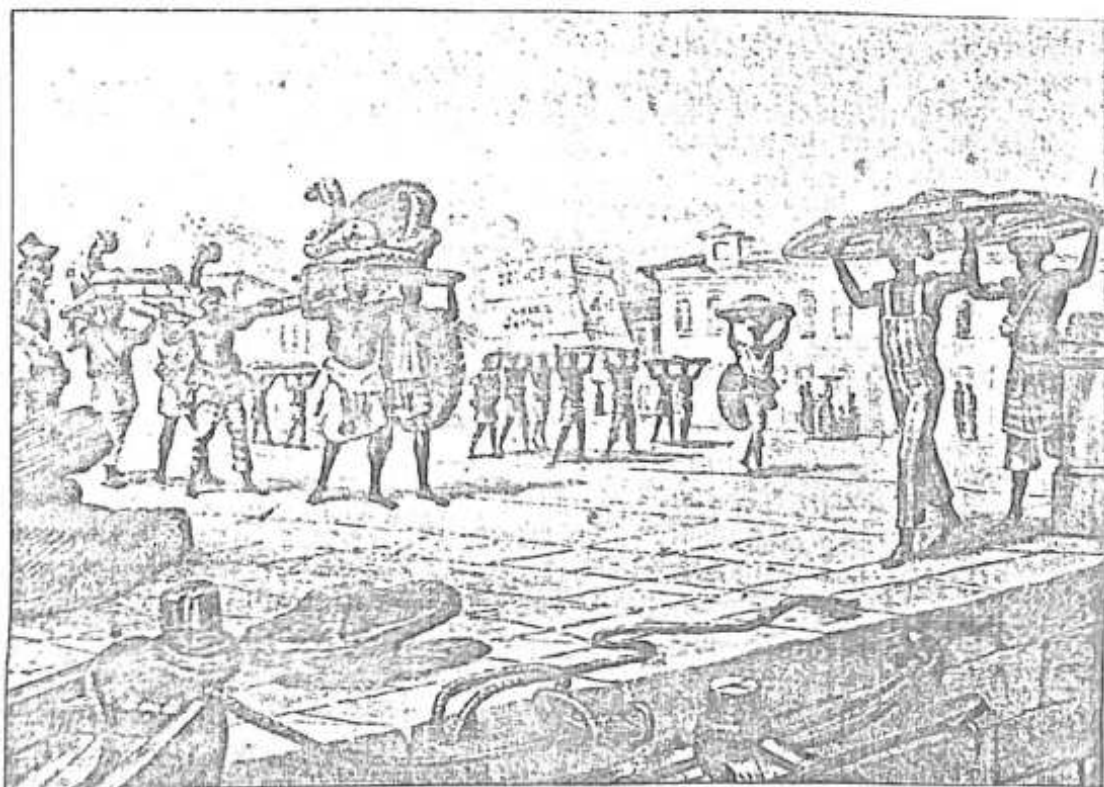


Fonte: DEBRET. ib.id. p.315

"Carregam objeto pesados pendurando-os por meio de um par de correias naqueles paus que colocam nos ombros de dois deles, levando-os em seguida, ao seu destino. No caso de carga mais pesada para um só par, juntam-se quatro, seis e até mais homens." (66)

## GRAVURA 6

Transporte de carruagens desmontadas



## GRAVURA 7

Transporte de café - vendedoras de café torrado



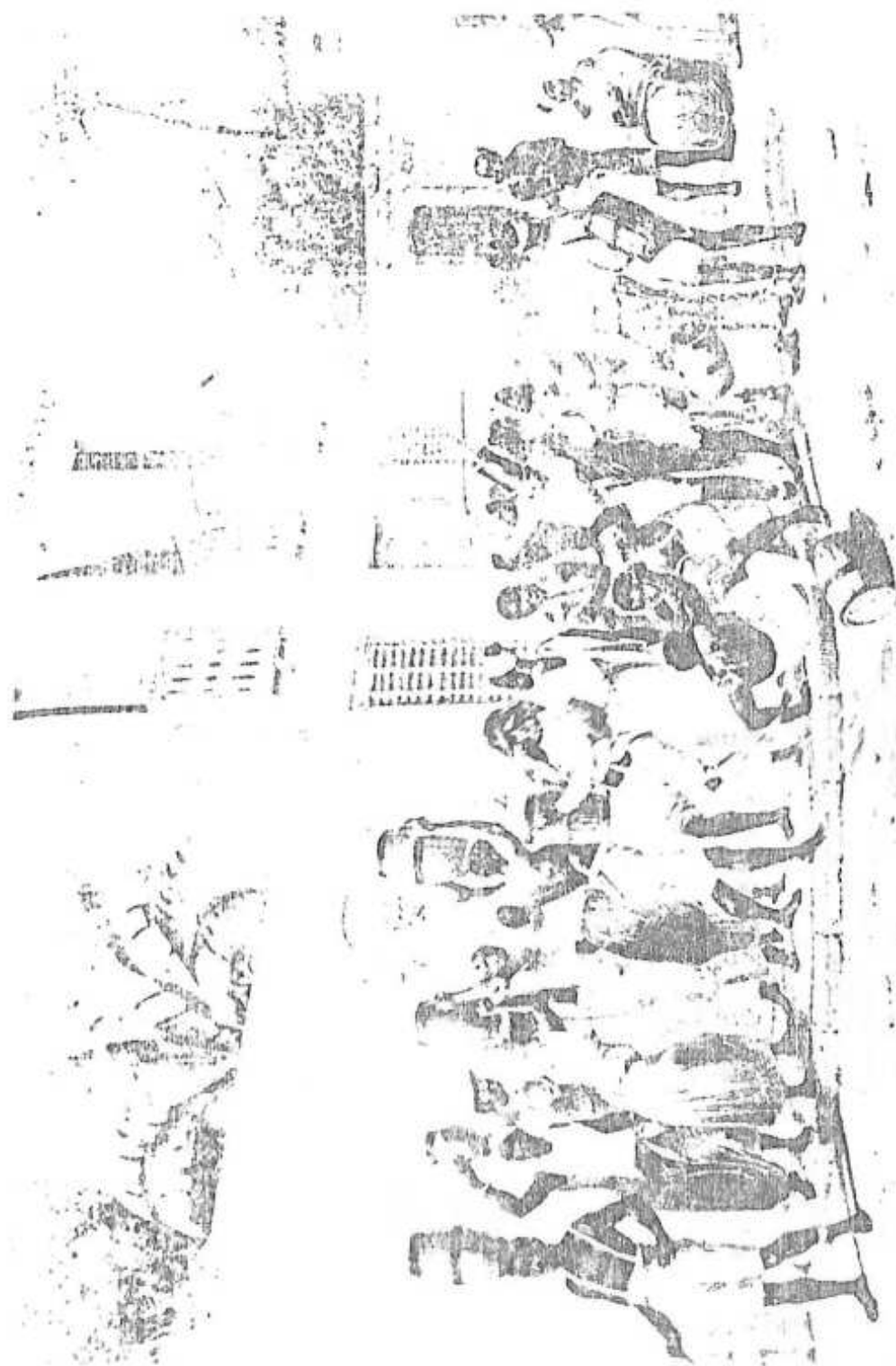
Fonte: DEBRET, J.B. Ib.id. p.139

Era motivo de muita estranheza para os estrangeiros, os hábitos que mantinham no Rio de Janeiro de se transportar tudo na cabeça de negros. Não se introduzia na cidade apesar do surto desenvolvimentista o uso de carros atrelados.

Deve se levar em conta o número de negros disponíveis e o lucro que esta atividade proporcionava ao proprietário e trazia ao negro maior liberdade de circulação e a possibilidade, ainda que remota de conseguir juntar algum pecúlio para comprar a sua liberdade.

## GRAVURA 8

## Carregadores de água



Fonte: RUGENDAS, João Mauricio. op. cit. Introdução. p.231

Nas fontes d'água da Cidade . aglomeravam<sup>se</sup> negros domé-  
ticos e de ganho que abasteciam as residências e casas de negó-  
cio. As brigas eram constantes, tanto que a polícia frequente-  
mente convocada para organizar as filas, ou desapartar brigas.

## GRAVURA 9

## Vendedor de Cesto



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Ibidem. p.221

O cesto e o negro fazem parte da vida da cidade. É no cesto que o negro ao ganho transporta as mercadorias, é no cesto que as negras livres levam seus pertences, é no cesto que o escravo doméstico fazia os mandados dos seus senhores.

Mercadoria muito procurada, faz do seu comércio uma atividade rendosa. Era comum na cidade observar-se negros de ganho ou mesmo negros livres dedicarem-se a tecelagem de cestos de vários tamanhos.

## GRAVURA 10

## Negro vendedor de aves



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Ibidem*. p.221

A necessidade de prover de alimentos a cidade, onde a população aumenta muito em pequeno espaço de tempo, exigia um grande número de negros que servisse de intermediários na distribuição. O consumo de aves era muito grande e fazia com que se trouxesse da Província de São Paulo. Eram preferidas pela população as que eram criadas nos bairros da cidade, pois as primeiras pela distância geralmente não sobreviviam e sendo por isso muito perigoso o seu consumo.

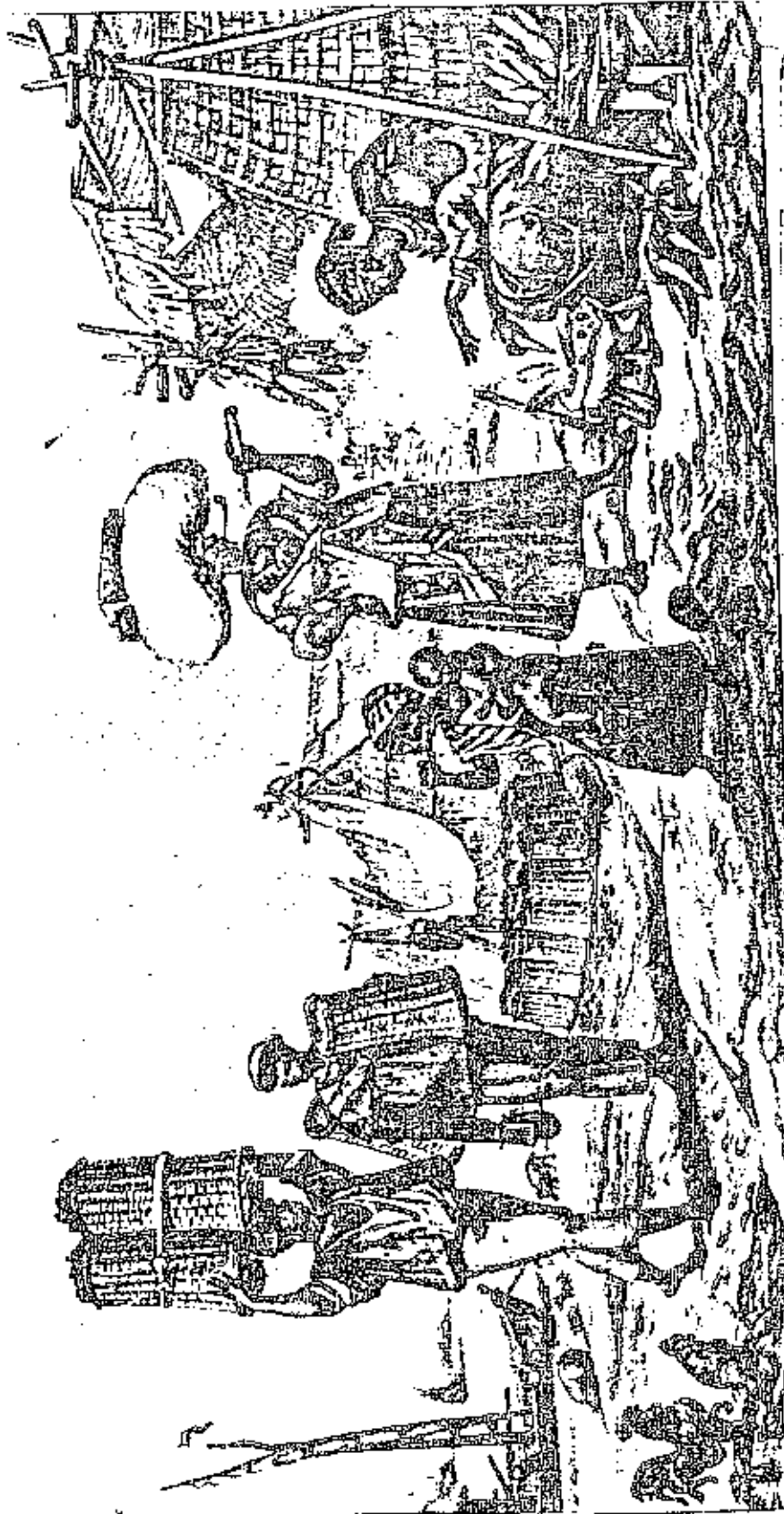
Na gravura vê-se dois tipos de vendedores de aves; um que pela proximidade dos locais de criação, simplesmente amarrava suas aves pelos pés e as pendura ao pescoço.

O mercado avícola localizava-se na Praia de D. Manoel.



GRAVURA 11

Negro vendedor de carvão - vendedoras de milho



Fonte: DEERET, Jean Baptiste. Ibidem. p.241

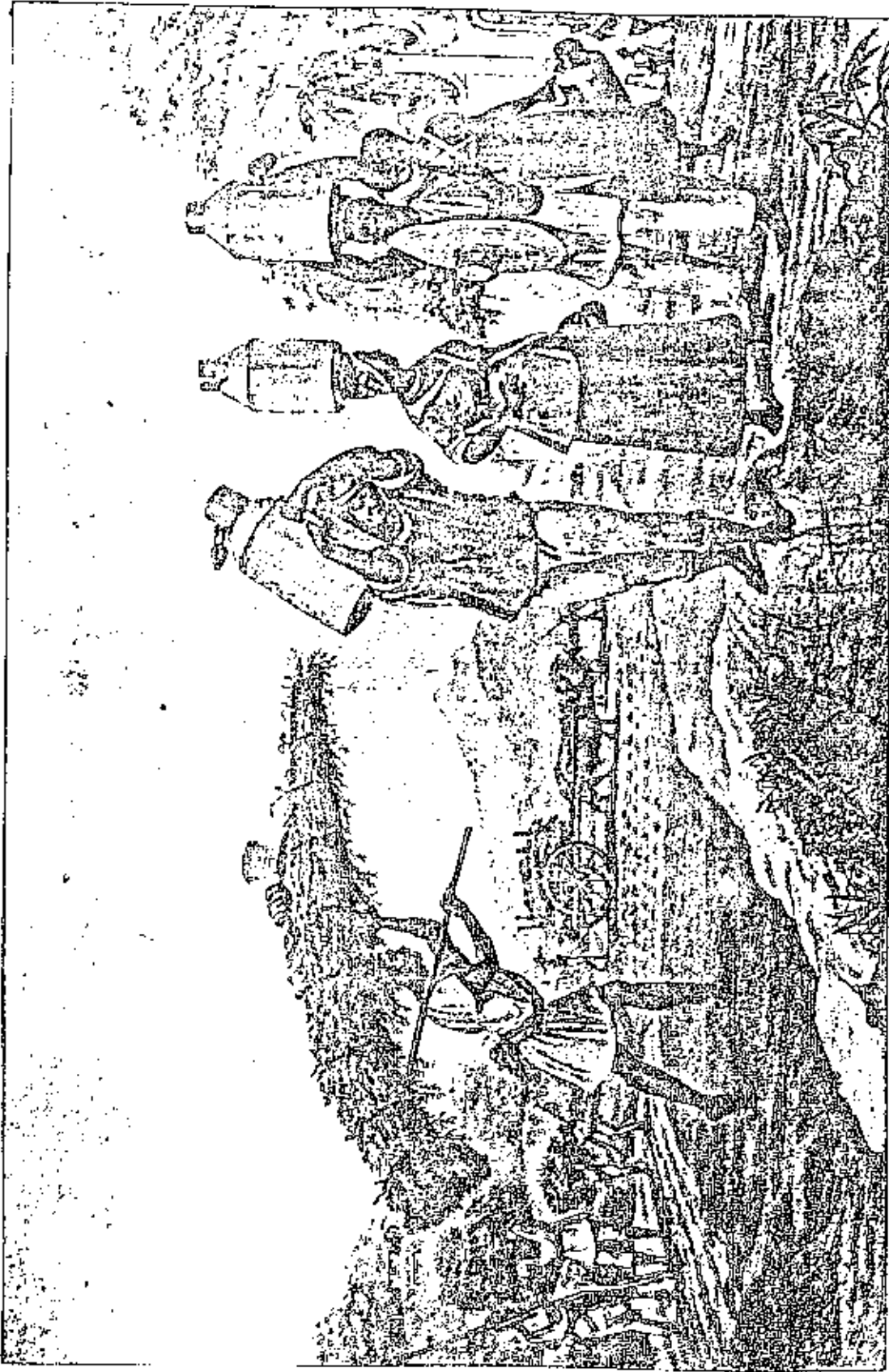
Vendia-se tudo na cidade, era samburá, carvão, milho, café torrado, capim, leite e para esses serviços escravos de aluguel, domésticos, de ganho eram utilizados.

De acordo com o tipo de vendas vemos negras enfeitadas com colares e turbantes como o caso das vendedoras de milho cozido, que na qualidade de negra livre já tinha o seu lugar no mercado, enquanto a outra pela simplicidade de seu roupão presume-se que seja uma escrava vendedora de milho. Ao fundo observa-se dois negros transportando cestos longos denominados jacás que eram utilizados como medida para a venda do carvão.

Esta cena se passa na Praia D. Manoel, ponto de desembarque de carvão. O carvão era muito utilizado na cidade. Chegava diariamente ao Rio de Janeiro grande quantidade de carvão de lenha, trazido do interior, ou a lombo de burro ou por água, meio mais econômico e rápido.

## GRAVURA 12

## Vendedores de capim e leite



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Ibidem*, p. 249

Tornou-se um excelente negócio cultivar o capim de Angola, levando-se em consideração o crescimento da cidade e que a maioria dos ricos negociantes inclusive os ingleses, moravam nos arredores, necessitando de forragens para os cavalos de tração das carruagens, dos cabriolés e de equitação diariamente em circulação na cidade. Esse capim era negociado nas ruas da cidade até as dez horas, continuando o comércio no mercado da praça do Capim.

Além do capim para alimentação dos animais, negociava-se na cidade o capim seco muito utilizado pelos tapeceiros que empregavam para encher colchões e travesseiros.

Outro tipo de negro vendedor característico da cidade era o negro vendedor de leite. Para aumentar sua renda era comum esses negros fraudarem o consumidor acrescentando água ao leite. Hábito que gerava grandes réclamações dos consumidores.

## GRAVURA 13

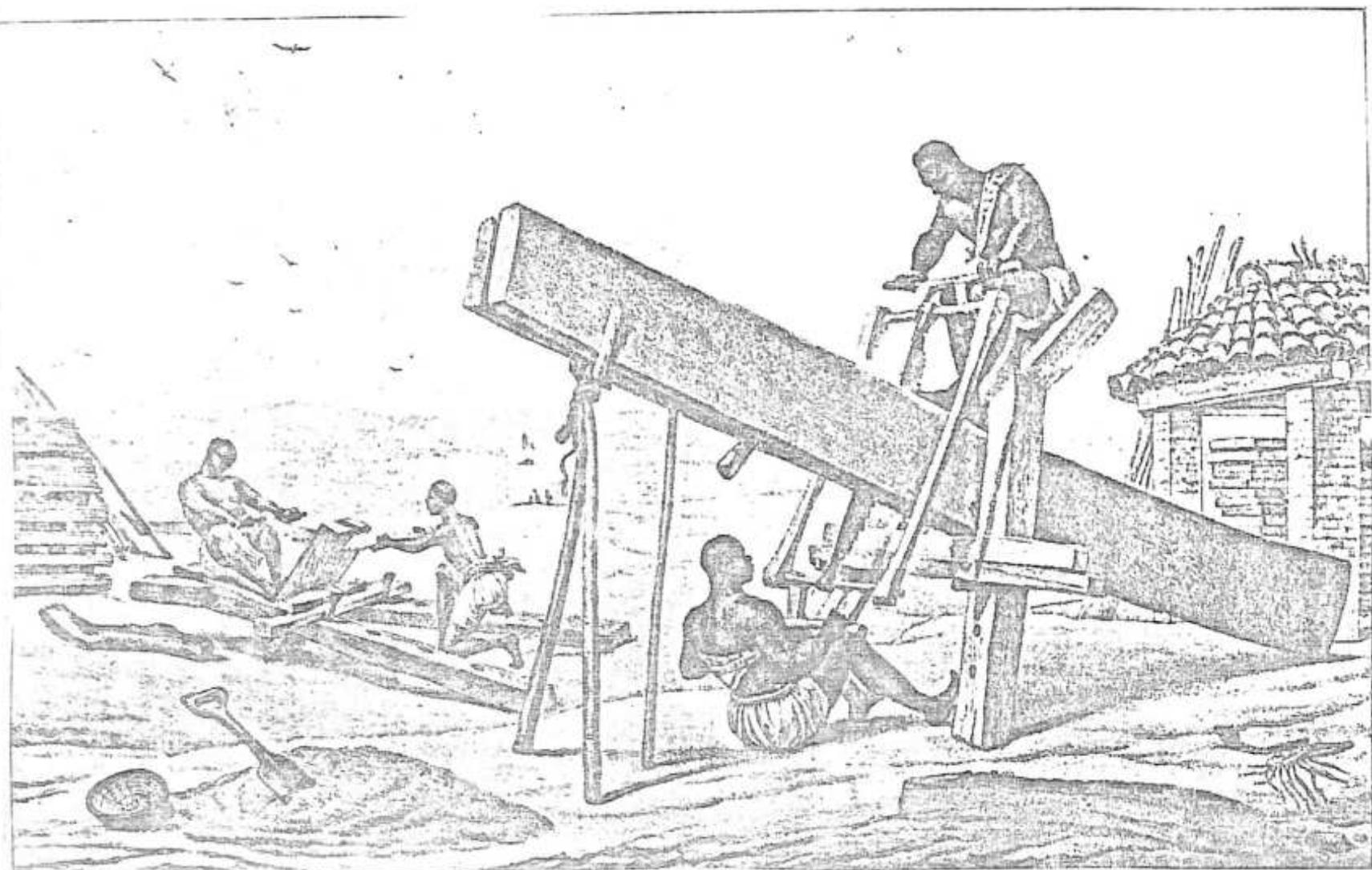
Vendedores de Samburás;  
Vendedores de Palmito



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Ibidem.* p. 240

A gravura apresenta dois negros de raça, um transportando o palmito que acabara de ser cortado para ser levado para a cidade. O outro leva para a cidade uma provisão de cesta de alça comprida de samburá, para ser negociado na cidade.

Negros serradores de tábua



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Ibidem.p. 238

As construções aumentam. É necessário abrigar uma população que cresce. Esta necessidade vence a oposição generalizada de inovações técnicas pelos proprietários, e determinou a adoção de processos mecânicos europeus cuja rapidez e economia multiplicam as construções. As freguesias se ampliam surgem "quase por encanto os mais lindos arrabaldes de Mata Porcos, Catumbi, Mata Cavalos, Catete e Botafogo, cresceu uma cidade nova à beira do novo caminho de São Cristóvão".

A gravura exemplifica uma serraria mecânica, onde se empregam o trabalho de negros robustos e musculosos.



## GRAVURA 15

## Negros vendedores de Angû

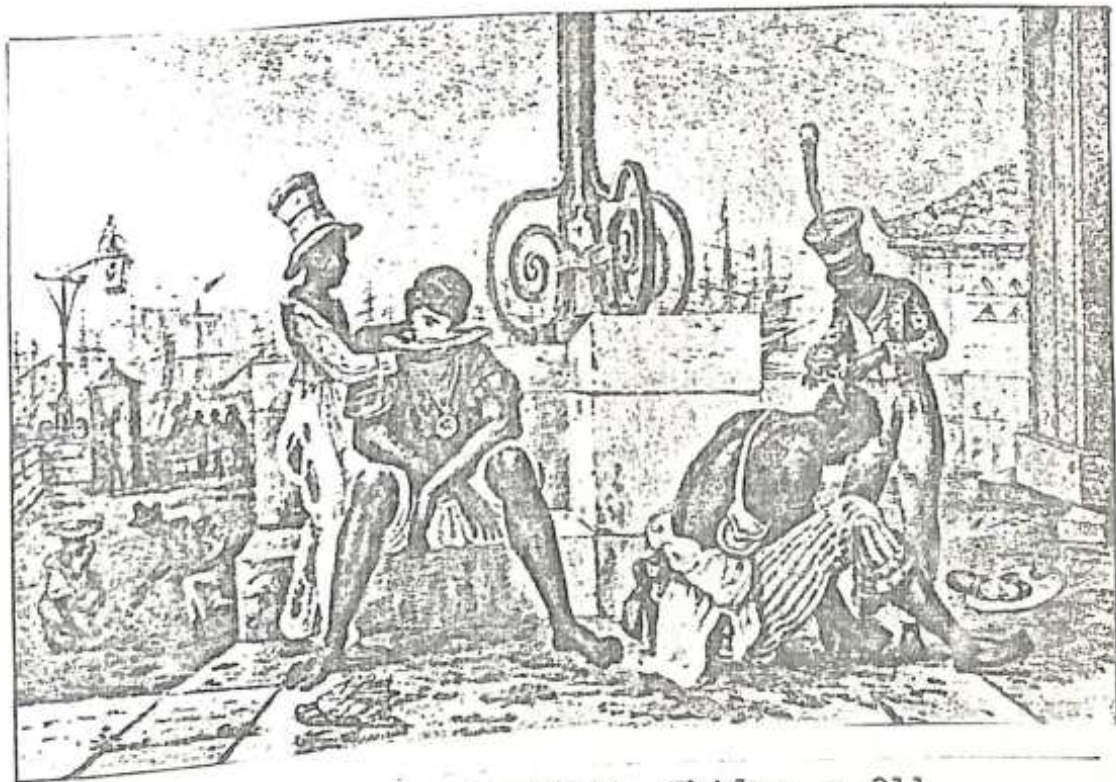


A cena se passa na Praia do Peixe, perto da Alfandega, local onde reúnem-se as negras ganhadeiras, escravas ou não vendedoras de Angû, que podem ser encontradas na praça ou em suas quitandas de verduras e frutas.

São seus fregueses diários os negros de ganho que podem comprar porções de acordo com o seu rendimento - 3 vinténs uma boa porção, 1 vintém a menor porção.

GRAVURA 16

## Negros barbeiros ambulantes



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Ibidem. p.211

A cena acontece nas proximidades do Largo do Palácio , perto do mercado de peixe. Nela vemos dois barbeiros ambulantes no desempenho de suas funções "com habilidade, consagram-se à faceirice dos negros de ambos os sexos. ... Compenetrados e sagazes vagueiam pelas praias nos portos de desembarque, pelos cais, nas ruas e praças públicas, ou em torno das grandes oficinas, certos de encontrar clientes entre os negros de ganho".

## GRAVURA 17

## Lojas de Barbeiros



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Ibidem. p.211

As lojas de barbeiros no Rio apresenta segundo Debret, o mesmo arranjo interior das lojas européias, com a diferença de que o oficial de barbeiro no Brasil é quase sempre negro ou pelo menos mulato. Além de aí se encontrar um hábil barbeiro, um cabelereiro exímio, pode-se também conseguir o serviço de um cirurgião familiarizado com o bisturi e um destro aplicador de sanguessugas.

A loja é ocupada por dois negros livres. Antigos escravos de ofício (escravos de aluguel empregados nas lojas dos oficiais e cujos senhores recebem semanalmente o seu ganho).

Debret os descreve como "antigos escravos de ofício de boa conduta e econômicos, conseguiram comprar a sua alforria"



(possibilidade legal que lhe devolveu a liberdade e lhes assinou o lugar de cidadãos, que ocupam honestamente na cidade)" . Podemos observar o caráter ideológico da alforria já citado, como prêmio, dádiva, benevolência do senhor, associado a destreza e habilidade de escravo. Entretanto, a sociedade não aceita totalmente este escravo que continua levando consigo a marca inconfundível de ser escravo, (negro é escravo e escravo é negro). Há uma infinidade de indícios nesse sentido a partir da própria nomenclatura. "Negro" tinha no uso diário o significado de escravo (fosse ele cabra, mulato ou pard0) e se aplicava até aos índios escravizados.

## O cirurgião negro



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Ibidem.* p.360

Na cidade no século XIX o atendimento médico era precário. O Estado procurava através do Hospital da Santa Casa de Misericórdia dar assistência a população pobre e aos escravos. Entretanto, era comum em todos os bairros a existência dos chamados "cirurgiões negros" que procuravam curar através de benzeduras, talismãs, ervas e principalmente a aplicação de ventosas. Faziam parte do dia a dia da cidade, na beira de ruas a presença desses curandeiros que rivalizavam com os médicos de cultura européia. Esses curandeiros eram de formação africana ou indígena.



## GRAVURA 19

## Refrescos no Largo do Palácio



Fonte: DEBRET, Jean Baptist. *Ibidem.* p.205

Finalmente, terminaremos estas amostragens com a gravura denominada por Debret, refresco no Largo do Palácio, que tão bem exemplifica, nos transportando para uma tarde na capital do Império. "No Largo do Palácio se reúne lá pelas 16 horas da tarde o pequeno capitalista, o comerciante, capitães de navios estrangeiros. A procura de consumidores de suas mercadorias juntam-se negros, escravos ou não, que vendem doces, quitutes e água tão necessário para o tipo de comida apimentada de acordo com o gosto da população.

Quando a noite chega os marinheiros começam a desembarcar de seus navios para passar algumas horas agradáveis na cidade. A noite o Largo do Palácio passa a ser frequentado tão somente pelas patrulhas militares."

- NOTAS DA PRIMEIRA PARTE

- ( 1 ) SANTOS, Francisco Noronha . As freguesias do Rio Antigo vistas por Noronha Santos. s.l., Edições O Cruzeiro , s. d.
- ( 2 ) CARONE, Edgar . O centro industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional . Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1978. p. 24.
- ( 3 ) SILVA, Antonio de Moraes . Dicionário da Língua Portuguesa . apud Edgar Carone, vide nota 2. p.24
- ( 4 ) LOBO, Eulália Maria Lahmeyer . op cit introdução. p. 115
- ( 5 ) EDMUNDO, Luiz . A corte de D. João no Rio de Janeiro . 3ª vol., 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Conquista , 1957. p. 597.
- ( 6 ) ALGRANT, Leila Mezan . op cit introdução . p. 28
- ( 7 ) SANTOS, Francisco Noronha . Chorographia do Distrito Federal . 3ª ed., Rio de Janeiro, Benjamin de Aguiar Editora, 1913.
- ( 8 ) Citado na Série de Estudos - PUC/RJ . A polícia na Corte e no D. F. . Rio de Janeiro, PUC Divisão de Intercâmbio e Edições, 1831/1930.
- ( 9 ) SPIX, J. B. e MARTIUS, C. F. P. Von . Viagem pelo Brasil 1817 - 1820 . 2ª Ed. São Paulo, Melhoramentos, 1961. 2 vol.
- (10) FREYRE, Gilberto . Casa Grande e Senzala . Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977.
- Como representantes da Escola tradicional nos EUA:  
FRANK, Tannembaum, Slave and Citizen, the negro in the Americas . New York, s. ed., 1946.

DONALD, Purson. Negroes in Brazil. Washington, 1959, Nova Editora Chicago, 1967; STANLEY, Elkins. Slavery, a problem in American institutional and intellectual life. Chicago, 1959.

- (11) Os revisionistas mais importantes: COSTA PINTO, L.A. O Negro no Rio de Janeiro. São Paulo, 1952; FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo, 1955; AZEVEDO, Thales de. As elites de cor. Um estudo da ascensão social. São Paulo, 1955; RAMOS, Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro, 1957; CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. Cor e mobilidade em Florianópolis. São Paulo, 1960; CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo, 1962; IANNI, Octavio. As metamorfoses do escravo. São Paulo, 1962; FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes, 2 vols. São Paulo, 1964; AZEVEDO, Thales de. Cultura e situação racial no Brasil. Rio de Janeiro, 1966; IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro, 1966; FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo, 1972.
- (12) GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Editora Ática, 1978. p.18
- (13) CARDOSO, Ciro Flamarion S. Artigo. Modo de produção escravista colonial na América. In: - América Colonial ensaios, organização Théo Santiago. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 1975.
- (14) GORENDER, Jacob. op. cit.
- (15) CARDOSO, Ciro Flamarion S. op. cit. p.130/131
- (16) Id. Ibid. p.121
- (17) Com relação aos movimentos de rebeldia negra citamos entre outros, os trabalhos de:
- GOULART, José Alípio. Da palmatória ao patíbulo. Rio de Janeiro, 1970. Da fuga ao suicídio. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.
- FREITAS, Décio. Palmares: a Guerra dos escravos. Porto Alegre, 1973.



- LUNA, Luís. O negro na luta contra a escravidão. 2.ed. Rio de Janeiro, Catedra/MEC, 1976.
- MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.
- RODRIGUES, José Honório. A rebeldia negra e a abolição. In: - História e historiografia. Petrópolis, Vozes, 1970.
- LIMA, Lana Lage da. Rebeldia negra e abolicionismo. Rio de Janeiro, Achiamê, 1981.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão. São Paulo, Ática, 1983.
- (18) WADE, Richard. Slavery in the cities the south 1820-1860. Londres, Oxford University Press, 1977. p.43  
Apud. ALGRANTE, Leila Mézan. op. cit. Introdução. p.51
- (19) COSTA, Emilia Viotti da. op. cit. Introdução. p.21
- (20) MATTOSO, Kátia Queirós. op. cit. Introdução. p. 110
- (21) WADE, Richard. op. cit. p.43
- (22) GOLDIN, Claudia D. Urban Slavery in the American South 1820-1860. Chicago, University of Chicago Press, 1976. p.127
- (23) ALGRANTI, Leila Mézan. op. cit. p.239
- (24) SOARES, Luis Carlos. A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1980. (cópia xerografada) p.319
- (25) GARCIA, Romulo. Burocracia e economia na primeira metade do século XIX. (A Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na Cidade do Rio de Janeiro: 1808-1850). Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1980. (cópia xerografada) p.132
- (26) NELSON, Thomas. Remarks on the Slavery and Slave trade of the Brasil. Londres, 1846. Apud. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850/1888. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978. p.3

- (27) KARRASCH, Mary. op. cit. Introdução. p.29
- (28) QUEIRÓS, Sueli. A abolição da escravidão. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. p.
- (29) GOULART, Maurício. A escravidão Africana no Brasil. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1976. p.272
- (30) JUNIOR, Manuel Diéguas. Etnias e cultura no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p.102/103
- (31) DEBRET, J.B. op. cit. Introdução.
- (32) CONRAD, Robert. Tumbeiros; o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. p.100
- (33) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6-1-57. p.76
- (34) Biblioteca Nacional. PR SOR 297
- (35) Biblioteca Nacional. PR SOR 290
- (36) CONRARD, Robert. Tumbeiros. op. cit. p.57
- (37) ESCHEWEGE, Apud. GORENDER, Jacob. Escravidismo colonial. Rio de Janeiro, Ática, 1978. p.453
- (38) BURLAMAQUI, Apud. GORENDER, Jacob. op. cit. p.454
- (39) CONRARD, Robert. op. cit. p.71
- (40) Id. Ibid. p.58
- (41) DEBRET, J. B. op. cit. -Introdução. p.258
- (42) MEYEN, F.J.T. apud. CONRARD, Robert. op. cit.: p.61  
CONRARD, Robert. ibid. p.98
- (43) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice
- (44) CONRARD, Robert. ibidem 32. p.212
- (45) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.45.  
Folha 21
- (46) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.45.  
Folha 65
- (47) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.59.
- (48) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.59.  
p.46
- (49) CONRARD, Robert. op. cit. p.212
- (50) REBOUÇAS, Apud SANTOS, Sidney, M.G. dos. André Rebouças e seu tempo. Rio de Janeiro, Liv. Brasileira, 1985. p. 469
- (51) NABUCO, Joaquim, apud. SANTOS, Sidney M.G. p. 465

- (52) CARDOSO, Ciro Flamarion S. A Afro-América: A escravidão no novo mundo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. p.7
- (53) NABUCO, Joaquim. In:- SANTOS, Sidney M.G. *ibid.* p.456
- (54) GORENDER, Jacob. *Ibid.* 13, p.571
- (55) CONRARD, Robert. *Ibid.* 29, p.336
- (56) MOURA, Clóvis. *op. cit.* p.56
- (57) LIMA, Lana Lage da Gama. *op. cit.* p.155
- (58) CUNHA, Manuela Carneiro. Negros e estrangeiros. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. p.49/50
- (59) *Id.* *Ibid.* p.52
- (60) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.55. p.4
- (61) CONRARD, Robert. *op. cit.* p.368
- (62) SCHRANO, Jólita. Devoção e escravidão. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978. vol. 357. p.94
- (63) FREYRE, Gilberto. Os escravos nos anúncios de jornais.
- (64) DEBRET, Jean Baptiste. *op. cit.* Introdução. p. 323
- (65) LUCCOCK, John. *op. cit.* Introdução. p.74
- (66) *Id.* *Ibid.* p.74

PARTE II

O ESCRAVO AO GANHO

UMA NOVA FACE DA ESCRAVIDÃO

II.1. O Que Era Ser Um Escravo ao Ganho?

"Aluga-se hum preto muito boa figura, muito bom bo lieiro e optimo cozinheiro do ordinário de hua caza, na Rua da Quitanda nº 57 ou 44."

Jornal do Comércio, 1 de outubro de 1827. (1)

"Diz D. Maria Roza Havien de Barros, viúva de Custódio Havien de Barros, residente na Praia do Saccó dos Alferes, nº 114 que pretende ter ao ganho até o fim do começo anno, seus escravos José da Nação Congo e Manoel da Nação Benguela e como não pôde fazer sem licença.

Pede a V. S<sup>a</sup>.

os respectivos alvaras"

10 de janeiro de 1849. (2)

Conforme observamos nos exemplos da documentação acima, encontramos na cidade do Rio de Janeiro o escravo de aluguel e escravo de ganho, que erradamente são citados como sinônimos.

O que seria um escravo de ganho? Poderíamos dizer utilizando uma linguagem atual, que era um autônomo pois, esse escravo deveria com seu trabalho prover o seu sustento e ainda levar para o proprietário parte do rendimento de sua jornada. Alugando o seu serviço a um outro, esse escravo deveria retornar ao fim do dia ou da semana levando uma quantia pré-determinada. Ao senhor não importava como o escravo conseguiria aquele dinheiro, nem se havia ultrapassado o limite determinado. Esta atitude estimulava atos ilegais, pois os escravos de ganho quando não conseguiam completar o valor da jornada devida apelavam para os furtos. Todo o excedente pertencia ao esca-



vo e o senhor respeitava essa regra, embora não existisse nenhuma lei que a garantisse.

São numerosos os relatos sobre roubos efetuados por negros de ganho que contavam com a colaboração de negociantes ilegais que lucravam muito comprando os frutos desses roubos. Conta-nos Debret:

" Um comerciante francês à sua chegada ao Rio; foi obrigado a retirar da Alfândega uma partida de chapéus de feltro; organizou por isso uma fila numerosa de negros de ganho cada um dos quais carregava à cabeça um cesto cheio de uma quantidade igual de mercadoria. Acompanhando sem grande desconfiança a marcha da coluna monótona, só percebeu ao chegar em casa a ausência de um dos carregadores". (3)

Os negociantes já conhecedores dessa situação, tinham por hábito quando contratavam grande número de negros carregadores, encarregar um fiscal de acompanhar o transporte das mercadorias para evitar os constantes roubos.

Esse sistema de ganho vinha de encontro tanto aos interesses dos escravos, que viam uma perspectiva mesmo que longínqua de liberdade; quanto dos senhores que se livraram do custo do sustento do seu escravo, dos gastos que impunha a tarefa da fiscalização, além da possibilidade de conseguir uma renda líquida. Todas essas circunstâncias garantiam uma grande lucratividade, tornando-se um bom negócio colocar um ou mais escravos ao ganho pela cidade.

Entretanto é importante ressaltar que o sistema de ganho não pode ser visto como um presente do senhor, uma dádiva ao escravo pois, como descreveram Spix e Martius (4) em 1817, num período um pouco anterior ao nosso estudo mas que reflete muito bem a realidade vivenciada pelo escravo de ganho na cidade

de do Rio de Janeiro enquanto durou a escravidão:

" Na cidade é tristíssima a condição dos que são obrigados a ganhar diariamente uma certa quantia ' (uns 240 réis) para seus senhores; são considera - dos como capital vivo em ação e, como os seus se - nhores querem recuperar dentro de um prazo o capi - tal e juros empregado, não os poupam".

Essa condição de exploração pode ser observada também através da literatura do século XIX, como por exemplo no Cor - tiço de Aluísio de Azevedo (5):

"...Bertoleza também trabalhava forte; a sua qui - tanda era a mais bem afreguesada do Bairro. De ma - nhã vendia angú, e à noite peixe frito e iscas de fígado; pagava de jornal ao seu dono vinte mil ré - is por mês, e apesar disso tinha a parte quase que o necessário para a alforria ..."

Seu senhor comia-lhe a pele do corpo! Não era brinquedo para a pobre mulher ter de escarrar pr'a lí, todos os meses...

Para poder continuar ao ganho, o escravo deveria sob a pena de castigo, não faltar com o pagamento da quantia imposta pelo senhor. Quantia esta, considerada pelo próprio escravo ' como um direito do proprietário: -" Ele como meu senhor exigia o jornal, exigia o que era seu..."(6)

Enquanto isso, o escravo de aluguel tinha seus servi - ços oferecidos pelo seu proprietário, que estabelecia o tipo ' de trabalho e as condições de pagamento. Era comum entre os proprietários ensinar alguma arte ou ofício aumentando assim , a jornada recebida pelo aluguel desse escravo.

O sistema de aluguel não era específico da cidade. Já o encontramos nos primórdios da escravidão colonial, o emprego do aluguel de escravos nas pequenas propriedades, no período das colheitas quando havia uma necessidade de mão-de-obra acima das possibilidades de compra dos proprietários.

No seu livro, Libby (7) faz um interessante estudo sobre a utilização de escravo de aluguel, numa empresa de extração de minério inglesa - a Cia StJohn D'El Rey em Morro Velho que apresentava uma racionalidade capitalista. Afirma o autor:

"O sistema de aluguel, dá ao trabalho escravo um dos atributos clássicos do trabalho livre: a mobilidade individual. Assim na medida em que se criaram estas grandes concentrações produtivas, o aluguel tornava possível a utilização da mão-de-obra escrava nas localidades onde ela era mais procurada, sem que o dono do escravo tivesse de deslocar-se junto com sua propriedade escrava. Ao mesmo tempo, o dono recebia pagamento em contrato de pelo menos um ano e o arrendário se comprometia a manter o escravo".

Ele apresenta como uma de suas propostas básicas de trabalho a diminuição de distância qualitativa entre o trabalho escravo e o trabalho livre que sugere que este é de alguma forma superior àquele, e que o trabalho escravo teria representado um entrave à industrialização das sociedades escravagistas.

Na medida em que a partir das experiências de uma determinada realidade - Morro Velho - que lhe possibilitou a constatação de uma tese com a qual nós concordamos plenamente, que se refere as transformações sofridas pelo sistema escravagista na sua adaptação a diferentes realidades socio-econômicas. A utilização do escravo como mão-de-obra em atividades



complexas e rentáveis, desmistificando a teoria que emprestava ao escravo uma incapacidade para desenvolvê-las.

A associação do trabalho escravo e capital estrangeiro numa empresa com características capitalistas, apresentava uma brutal contradição dentro do sistema escravista tradicional. Portanto, podemos constatar no século XIX, principalmente à partir de 1850, ocorrem transformações evidentes nas relações escravistas na medida em que o "fator capital se modernizava o fator trabalho se ajustava a esta modernização" (8)

Também, foram a partir dessas premissas teóricas, que organizamos nossa pesquisa como relação ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro numa estrutura escravista. O sistema de ganho apresenta-se como uma contradição, como uma nova face da escravidão. O ganhador ou ganhadeira tornam-se figuras comuns e imprescindíveis numa época em que a cidade crescia, proporcionando um entra e sai de mercadoria, necessitando de mão-de-obra que a transportasse, vendesse, manufaturasse.

Na cidade apesar da manutenção do elemento definidor de escravidão - o sentido da propriedade absoluta, da coisificação do escravo - as relações se transformam. O escravo sai das senzalas e vai para as ruas, sua presença é necessária, é temida, é desprezada.

O sistema de ganho apresenta-se como uma característica da cidade como um momento de transição dentro da estrutura escravista tradicional. É uma brecha fornecida pela própria ideologia dominante de menosprezo ao trabalho.

## II.2. Desprezo, Necessidade, Medo - A Ideologia Escravista.

Vivendo numa estrutura escravista o trabalho manual se configura como sinônimo de escravidão. Associado a uma desvalorização do trabalho, evidenciado pela ideologia escravista, aumentava na proporção direta dos estabelecimentos comerciais e manufatureiros a importância da figura do negro de ganho.

"Esse negro de ganho como animal de carga transitava pelas ruas mal cheirosas e esburacadas da cidade conduzindo cargas das mais variadas procedências. Desde pessoas transportadas em cadeirinhas, ao café do porto para os navios, até excrementos dos sobrados para serem jogados nas praias" (9)

Era uma característica da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, que tanto espantava e horrorizava aos visitantes estrangeiros, a presença em todos os logradouros públicos de negros atléticos e semi-nús disputando os serviços; e mostravam-se surpresos ao constatarem como uma cidade controlada pelo poder do branco pudesse depender tanto do trabalhador negro.

Do escravo, do seu trabalho dependiam todas as atividades desenvolvidas no Brasil e logicamente as cidades não escapavam dessa regra. Com a eloquência que lhe era peculiar Nabuco(10) assim descreveu a importância do trabalhador negro no desenvolvimento do país:

"Há trezentos anos que o africano tem sido o prin-

principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Onde ele não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com ' que surpreendem aos seus primeiros descobridores. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo, que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar"

Com relação a ideologia escravista de menosprezo ao trabalho manual, coisa de negro, e o papel do negro de ganho na vida da cidade os cronistas Debret e Ewbank nos apresentam dois relatos que muito bem exemplificam como a sociedade da época estava contaminada por essa mentalidade; conta-nos Debret (11) um dos seus vizinhos chegou em casa, certo dia, dignamente seguido por um negro cujo enorme cesto continha um lápis cera para lacrar e duas penas. Relata-nos Ewbank (12) que um jovem de boa família, de dezoito anos, foi convencido a honrar um importante estabelecimento comercial com seus serviços de escritório de firma. Certa vez, um dos sócios entregou-lhe um pacote não duas vezes maior do que uma carta e pediu-lhe que o levasse a outra firma vizinha. O jovem olhou o pacotinho, olhou o comerciante; segurou o pacote entre o polegar e o indicador, tornou a olhar para o comerciante e o pacote, meditou um momento, saiu pela porta afóra e depois de dar alguns passos, chamou um negro que atrás dele levou o pacote ao destinatário.

A mentalidade escravista envilecia tanto o trabalho manual que o homem livre se sentiria humilhado e desprezado se fosse visto na rua com o mais ínfimo pacote na mão. Reforçando



este sentido dado a certos trabalhos que para pintar a pobreza de um homem livre, dizia-se que ele não tinha ninguém para ir buscar um balde d'agua ou um feixe de lenha. (13)

Ter escravos representava um desejo de toda população, não sendo apenas coisa de gente rica. Todos os artesãos sem exceção tinham pelo menos um escravo. Padres, militares, taverneiros, funcionários, pequenos, médios e grandes negociantes e alugadores de escravos, todos investiam no escravismo. E, nessa ideologia reinante não ter pelo menos um escravo era prova de extrema mendicidade. Até ex-escravos e mesmo escravos tornavam-se vítimas e autores do sistema - na contradição extrema de escravo-senhor. O caso de Estevão Jesus, liberto, ilustra essa situação quando requereu por um decreto que seu antigo senhor lhe reembolsasse 173\$400 réis pelo valor de um escravo que possuía no tempo de seu cativo. Exigia-se além do preço do escravo, a quantia referente aos jornais de que o senhor havia usufruído (14). Outro exemplo pode ser encontrado nas irmandades de Negros, todas possuidoras de escravos, uma vez que esse era o costume aceito por todos; essas irmandades recebiam os escravos como doação ou pagamentos de dívidas.

Portanto, o escravo era uma mão-de-obra essencial numa cidade contaminada pela ideologia escravista.

Na documentação consultada encontramos vários pedidos de licenças para escravos exercerem as mais variadas profissões. Justificavam-se esses pedidos pela dificuldade de encontrar-se homens livres que se dignassem a exercê-las:

"Pelo Regimento do Cirurgião Mor do Reino não se acha aconselhada a proibição de exame de escravos, p<sup>a</sup> que possam sangrar, lançar ventosas e sanguessu<sup>g</sup>gas e tirar dentes. Por isso admitti a exames o preto Vicente escravo de Anacleto José Coelho. Não achei nova razão para pelo meu juízo deixar de assim o obrar, quando considerando, que vivendo em

hum paiz, onde os homens ingenuos, livres e libertos se negarão ao exercício de muitas occupaões ; de modo que não ha sufficiente número de sujeitos' melhor peritos, para occorrer a necessidade públi - ca..."

Arquivo Geral da Cidade (15)

Esses escravos na cidade são como os viu Ewbank (16) carpinteiros, calceteiros, impressores, vendedores e espalhados de maneira geral em todas as atividades mecânicas assim, surgin do designações de locais que caracterizavam-se pelo agrupamento de escravos que desenvolviam uma determinada especialidade como por exemplo a Rua Ferradores (atual rua da Alfândega), a praia' dos Sapateiros (Praia do Flamengo).

'É importante ressaltar que tanto o escravo de ganho, ' quanto o escravo de aluguel continuavam a pertencer a alguém , que ditava qual deveria ser a sua sorte! Desta forma o tipo de trabalho destinado ao escravo oscilava de acordo com a demanda' de mão-de-obra. 'A qualquer momento, atendendo aos interesses ' do mercado, os seus senhores poderiam retirá-los do ganho, vendê-los para o campo ou alugá-los para fins domésticos ou industriais.' Quando os mercadores começaram a usar carroças e cavalos na década de 1850 os escravos protestaram por que representavam uma perda. Receavam desta forma, serem vendidos para as plantações.

Essa situação gerava grande insegurança nesses escra - vos que, procuravam de qualquer maneira garantir a sua atividade através da lucratividade que poderiam oferecer aos seus se - nhores. Sendo assim bastante compreensível a grande concorrência que existia entre esses escravos tornando-os inimigos entre si. Os casos de crimes de escravos citados por Algrantí, por Karrash, pelos cronistas e pela documentação consultada demonstram que a maioria dos crimes ocorridos na cidade eram co



metidos contra os escravos e libertos pelos próprios escravos. O que caracterizavam esses crimes eram os pequenos furtos, brigas violentas, pancadarias, arruaças ocasionadas por bebedeiras.

Portanto, qualquer pessoa escrava ou não, que ameaçasse o seu ganho era alvo de ódios e vinganças. E bem a propósito o relato de Luccock (17)

"As pessoas que vivem dos produtos de pequenos serviços eventuais, e muito especialmente do ofício de carregadores, tem-se na conta de serem os únicos que possuam o privilégio de executar tudo quanto apareça dentro das suas respectivas especialidades, mostrando-se enormemente ressentidas com qualquer intromissão com seus empregados e ganhos. Essa foi uma das minhas primeiras lições recebidas no país. No momento em que retirava as minhas bagagens de bordo, endendi de carregar nas minhas próprias mãos um bacamarte de baioneta envolvido numa capa de lã. Não tinha ido longe, quando um senhor inteiramente desconhecido para mim fêz-me parar, pedindo que entregasse o que eu estava carregando a um dos servos, acrescentando que não era direito privar os pretos do seu ganha-pão e que isso fazendo eu incorreria em grave risco. Mais tarde ele me explicou assegurando que até contra ofensas imaginárias a gente das classes mais baixas às vezes exercia vinganças mais sérias;"

A cidade sente-se ameaçada. Apesar da concorrência que dividia os escravos em busca de serviços, o medo de uma rebelião era constante. As notícias de rebeliões de escravos refletem-se através das medidas rigorosas criadas na Legislação Provincial, como por exemplo podemos citar a onda de pavor, que após insurreições baianas e particularmente, as revoltas dos nagôs em 1826, 1828 e 1830 e dos Malês em 1835 provocou o Decreto de 14 de dezembro de 1830 - que estabelecia medidas po

liciais a serem tomadas na Bahia, em relação aos africanos forros ou escravos. No Código Criminal de 1831, o artigo 113 do Capítulo IV definia como crime de insurreição a reunião de 20 ou mais escravos para lutarem pela liberdade por meio da força. Prescrevia para os líderes a pena de morte, pena média de galés perpétuas e pena mínima de galés por 15 anos. Os escravos liderados seriam punidos com um número de açoites estabelecido pelo juiz no tribunal. O artigo 114 estendia as sentenças do anterior aos homens livres que liderassem escravos insurretos, e o artigo 115 punia com penas de 20, 12 e 8 anos de prisão com trabalho - graus máximo, médio e mínimo, respectivamente - as pessoas livres culpadas de ajudar, exilar ou aconselhar escravos a insurgirem-se, fornecendo-lhes armas, munições ou outros meios para os mesmos fins (18).

No trabalho de Reis (19) sobre a história do levante dos Malês, ele nos demonstra que apesar do pavor criado em todo o país por essas rebeliões na Bahia, o rigor das penas que a Legislação infligia aos acusados procurava evitar a perda da propriedade. Afirma o autor:

"Ao contrário de outras sociedades escravistas, onde o Estado punia mais severamente os escravos rebeldes e indenizava seus senhores, no Brasil optou-se por outra estratégia. Aqui, os proprietários tiveram seus interesses preservados de outra maneira. Os escravos eram açoitados e logo em seguida devolvidos ao serviço. Só os líderes recebiam penas de morte ou prisão. Neste caso a lei não permitia concessões à economia dos senhores por se tratar de uma questão de segurança e manutenção da própria ordem escravocrata."

Em resposta à tentativa de insurreição, foi promulgada a Lei nº 4 de 10 de junho de 1835, punindo com a pena de morte

os escravos que matassem ou ferissem gravemente a seus senhores, ou a alguém de sua família, assim como feitores ou administradores.

Todas essas medidas discriminatórias foram tomadas ainda sob o efeito do medo. Eram as mais rigorosas de que se tem notícias e perduraram cerca de 40 anos, já que só foram revogadas na resolução de 28 de junho de 1872. Elas traziam em si, um convite à emigração voluntária ou não, no caso dos libertos africanos. No Rio de Janeiro a Assembléia Provincial pede em 1835 que se impeça o desembarque de escravos na Bahia e de libertos de qualquer lugar.

O objetivo era tornar o mais insuportável possível a vida do liberto africano a ponto de obrigá-lo a emigrar. Um correspondente inglês do Foreign Office comenta a propósito dessas medidas: "após a última rebelião dos negros na Bahia uma espécie de lei dos estrangeiros foi decretada pelos poderes legislativos dessa província, dando ao governo provincial o poder de mandar embora do país os africanos libertos, a qualquer momento e em qualquer quantidade, se isso for julgado necessário à segurança pública" (20)

E mesmo os escravos ladinos da Bahia eram considerados suspeitos e por decisão da justiça em 18 de março de 1835 é exigida folha corrida que orientasse da "suspeita de serem envolvidos na última insurreição daquela cidade". Mesmo escravos acompanhados dos senhores, só podiam desembarcar no Rio de Janeiro apresentando essa folha. Um mês mais tarde, a medida é abrandada, limitando a exigência "aos africanos maiores principalmente Minas" que se vem vender na corte, "e jamais extensiva a crianças, mulheres, crioulos e pardos que não constam tenha tido parte naquela insurreição" (21)

Tentava-se evitar a contaminação dos escravos da cidade do Rio de Janeiro pelas idéias dos rebeldes pois, para os contemporâneos o escravo urbano, deixado a maior parte do tem-



po a si mesmo, vendendo livremente nas ruas ou alugando ou sublocando quartos independentes, eram considerados um perigo que a imprevidência de toda população urbana que vivia às suas custas estava fomentando.

Apesar de todos os fantasmas de rebeliões, não encontramos na documentação qualquer referência a movimentos coletivos e organizados contra o sistema, feito pelos escravos na cidade do Rio de Janeiro. Como se explicaria isso? Além da questão específica da disputa que por vezes tornava o relacionamento entre escravo e seu senhor mais ameno do que entre dois escravos ou entre um escravo e um liberto, como afirma Queirós.(22)

O que caracterizou a luta dos escravos no Brasil foi O Quilombo. Os quilombos refletiam a rebeldia negra, entretanto não tiveram força para destruir o sistema, embora desestabilizasse-o.

Nas cidades encontramos na sua periferia aquilo que Freitas (23) chamou de Quilombos de serviços:

"Os negros saíam destes quilombos suburbanos para prestar serviços nos centros urbanos, fazendo-se passar por libertos, o que todos sabiam não ser verdade. Estes escravos trabalhavam como assalariados e chegaram a representar no Rio e em Salvador uma importante força de trabalho. Apesar da sua notoriedade, estes quilombos eram em geral tolerados. Não apenas porque suplementavam a força de trabalho escravo, como porque todos os policiais e soldados, temiam penetrar naquelas comunidades. Volta e meia as autoridades empreendiam batidas nesses quilombos mas sem resultados decisivos, eles voltavam a se reconstruir rapidamente. Os primeiros subúrbios dos maiores centros urbanos brasileiros foram nada mais nada menos que quilombos".

Na cidade do Rio de Janeiro encontramos todos os fatores que possibilitariam movimentos de rebeliões escravas, tais como: uma grande população escrava, constantemente aumentada por novas levadas de africanos até 1850, e depois de ladinos de outras regiões trazidos pelo tráfico inter-provincial; uma certa flexibilidade de circulação ocasionando uma fraqueza das forças de controle.

Entretanto, apesar de todos esses elementos não conheceu na sua história levantes organizados de escravos, semelhantes ao Levante dos Malês em 1835. O que marcou a negação dos escravos cariocas ao sistema, foi um posicionamento individual.

Além da grande heterogeneidade étnica da população escrava, existiam as divisões sociais pois, encontramos negros em diferentes situações - que de uma forma consciente ou inconsciente apoiavam o grupo dominante.

Surge no ambiente urbano uma instituição peculiar da escravidão brasileira - a Irmandade de Negros - uma forma de organização coletiva que, no entanto não se mobiliza contra a escravidão como um todo. Desempenhando um papel ambíguo na história da escravidão, fornecia aos negros uma identidade étnica, possibilitando a compra da liberdade, apresentava aos escravos a oportunidade do conhecimento dos seus poucos direitos. Agia em relação ao problema do cativo muito mais num sentido individual, do que geral ou coletivo:

"Todas as vezes que qualquer Irmão ou Irmã desta Irmandade que por seus bons serviços alcançar carta de alforria e liberdade de seu senhor, e houver quem a queira encontrar, e o 1º Irmão não tiver com q' correr pleito pº a dita sua liberdade e se valer da Irmandade darlheão os Irmãos todo o adjutorio q' pº a tal liberdade for necesº e juntante a todo o escravo que por mau cativo, e crueldade de seus senhores se quizer por em Liberdade"

(24)



Reconhecendo a escravidão e o direito do senhor, não se posiciona contra ele e sim reforça-o no momento em que aceita e reproduz a idéia da liberdade como um prêmio daquele que como bom escravo a mereceu. Esse auxílio não era gratuito:

"Havendo algum irmão captivo q'se queira libertar, a Irmandade lhe assistira com o preciso para se libertar dando primeiro hum fiador a Irmandade que se obrigue pelo tempo q' se juntarem satisfazer a dita Irmandade o que desembolçar ... (25)

Por outro lado, ilustra a capacidade do sistema de dividir os escravos e desencorajá-los na luta contra os dominadores. "A Irmandade atua como um anti-quilombo" (26), mesmo nos momentos mais importantes da Campanha Abolicionista não percebeu-se a participação das Irmandades, atitude bastante compreensível para uma irmandade que vivia da escravidão. Não podemos nos esquecer que as Irmandades compunham-se de negros forros, de escravos usados como domésticos, artesãos, artistas, soldados e no ganho. Os irmãos eram em sua maioria forros que possuíam escravos explorados ao ganho. Portanto, numa situação de "negros senhores de escravos" comprometidos com o próprio sistema.

Os negros dividiam-se nas Irmandades segundo o maior ou menor enriquecimento. Rivalizavam-se crioulos e africanos, abismos étnicos, sociais, econômicos separavam esses escravos na cidade.

Apesar dessa situação a população convivia com o medo, na expectativa de uma rebelião que nunca chegou a existir. Não se tem notícias de que seus escravos tenham marchado coletivamente contra o sistema.

O negro rebelava-se contra a escravidão, contra a sua

miséria com atitudes individuais. Agredia os agentes causadores de sua situação. Agredia seus senhores fisicamente ou através de feitiçarias, que pelas reclamações e perseguições refletiam o pavor do branco dos efeitos da magia do negro - a "peste chamava gangau d'África, que a população chamava feitiçaria e que nada mais era do que envenenamento".(27)

Além das feitiçarias era comum na cidade os ferimentos e até as mortes praticadas pelos negros escravos ou não, que recorriam a capoeira, a navalha, a faca como armas de defesa contra a polícia, de vingança contra brancos intolerantes e até mesmo contra negros.

Exigia-se uma atuação mais rigorosa da polícia, uma ação mais vigorosa contra esses elementos considerados perigosos como se pode observar numa representação dirigida ao Ministério da Guerra em 26 de fevereiro de 1821 pela Comissão Militar, no sentido de desenvolver uma ação mais vigorosa da polícia contra escravos e negros desabusados:

"visto que pela falta de castigos de açoites, únicos que os atemorisa e aterrã, se estão perpetrando mortes e ferimentos como tem acontecido a poucos dias, que se tem feito seis mortes pelos referidos capoeiras e muitos ferimentos de facadas..." a Comissão recomendava que, em vez de se prender os escravos desordeiros, como se eles fossem sensíveis à pena de prisão, como os brancos - e dessas prisões resultava "damno a seos senhores que eram obrigados a pagar as despesas da cadeia - a polícia submetesse sempre os pretos apanhados em desordem, ou com alguma faca ou instrumento suspeito, a castigos de açoites que pudessem concorrer para a emenda dos negros". (28)

A cidade previne-se através da elaboração de posturas e mais posturas que controlavam os negros escravos ou não por



toda parte:

" Desde 8 de dezembro de 1823 que uma portaria de Clemente Ferreira França mandava que o brigadeiro-chefe do corpo de polícia da capital do Império fizesse reforçar as patrulhas nos largos e açougues de sorte a evitar o ajuntamento de negros capoeiras. E desde 1821 que um edital de 26 de fevereiro mandava que os açougues e tavernas se fechassem às dez horas da noite a fim de evitar ajuntamentos. Em 1825, outro edital, este do Intendente-Geral da Polícia da Corte do Brasil, Francisco Alberto Teixeira do Aragão, declarava que os escravos poderiam ser apalpados a qualquer hora do dia ou da noite, desde que lhes era proibido, sob pena de açoites, o uso de qualquer arma: não só o uso de qualquer arma de defeza como trazerem paos. Era também proibido ao escravo não só a eles como a todo negro ou homem de cor - estar parado nas esquinas sem motivos manifestos e até dar assobios ou qualquer outro signal" (29)

Desta forma o papel do feitor cabia ao Estado, que procuraria manter a ordem disciplinando a circulação desse negros. Punindo com o mesmo chicote e com a prisão no Calabouço aos infratores das diversas posturas que se multiplicavam na relação direta do crescimento da cidade, do aumento da população escrava. A população enquadrada nas posturas era constituída por:

Negros e mulatos libertos,  
 escravos de ganho,  
 escravos de aluguel,  
 escravos domésticos encarregados de  
 pequenos serviços para seus senhores,  
 negro fujão que na cidade via a possibilidade  
 de burlar a fiscalização. Enfim, negros escravos  
 ou não que disputavam acirradamente o mercado en-

tre si.

\*Todo negro era um suspeito. É muito interessante como a força de uma estrutura atravessa o seu tempo pois, atualmente a mesma atitude continua refletindo-se na mentalidade da população: numa batida policial em qualquer local do Rio de Janeiro, sempre o negro, mal vestido ou não, é inquirido como suspeito em potencial. Na ideologia herdada da escravidão o negro continua sendo visto como uma mão-de-obra necessária, um elemento inferior, uma ameaça à população.



II:3 LICENÇAS: O CAMINHO PARA O GANHO

"A Câmara Municipal desta mui Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro desejando promover quanto couber em sua alçada o bem público promovendo e mantendo a tranquilidade, segurança e comodidade de seus concidadãos (...)

- Art.1º - Em todos os juizes de Paz do Império haverá hum livro de matrícula de todos os escravos existentes, ou que d'ora em diante nascerem, com declaração dos nomes, naturalidade, idades, estados, occupaões e signaes característicos dos escravos e bem assim dos nomes e residencias dos senhores.
- Art.2º - Esta matrícula deverá ficar feita e concluída dentro de 60 dias, depois de publicados as posturas.
- Art.5º - Ninguém poderá ter escravos ao ganho sem tirar licença da Câmara Municipal, recebendo com a licença uma chapa de metal numerada, a qual deverá andar sempre com o ganhador em lugar visível. O que for encontrado aganhar sem a chapa, sofrerá 8 dias de Calabouço, sendo escravo, e sendo livre 8 dias de cadeia.
- Art.6º - Todo escravo que for encontrado das 7 horas em diante sem escripto de seu senhor, datado do mesmo dia, no qual declara o fim a que vae, sofrerá 8 dias de prisão, dando-se parte do senhor.
- Art.14º- Fica prohibido aos senhores de escravos o consentirem que elles morem sobre si, a pretexto de quitandarem, ou por qualquer outro; os transgressores serão punidos com 5 a 15 dias de prisão e multa de 10 a 30\$ e os escravos castigados com açoites e trarão por 1 ano ferro ao pescoço, penas estas que serão dobradas havendo reincidências.
- Art.31º- (sobre a Praça do Mercado) Fica prohibido andarem pretas de ganho dentro da praça, e os escravos que alli forem mandados por seus senhores fazer compras, não deverão se demorar além do tempo necessário para effectua-las e fiscal os mandara dispersar." (31)

O Estado procurava seguir os passos desses escravos. As punições garantiam além de uma arrecadação devido as multas, possibilitavam também a utilização destes escravos a serviço do governo, revertendo para a penitenciária o produto desses serviços, enquanto o senhor indenizava as despesas com vestuário, alimentação e tratamento dos escravos. Tanto que, no relatório do chefe de polícia do ano de 1871, há referências à queixas de senhores por encontrarem nas ruas, a serviço de estabelecimento, escravos seus aí recolhidos, bem como a fugas de escravos empregados em serviços externos. (32) Sendo assim o Calabouço, prisão de escravos, constituía uma fonte de renda para a Casa de Correção.

Desta forma, o caminho legal para o ganho era conseguido através de um pedido por escrito a Câmara Municipal, no qual o proprietário ou seu procurador legal identificava-se, dizia seu endereço e o número de escravos que gostaria de colocar ao ganho, assim como o nome, origem e profissão dos escravos interessados. Como podemos ver nos exemplos abaixo.

Ilmº Sr.

Leonídia Amália Rodrigues, subdita brasileira, quer trazer um seu escravo a vender fazendas, de vara e cavado e canquilharia pelas ruas desta cidade e seus arredores como o não pode fazer sem licença.

Pede a VS.

Mandem o respectivo

Alvara de licença

10 de outubro de 1840 (33)

Ilmº Srs.

Amâncio Pires Gomes morador a rua Rio Comprido nº 4 quer licença para trazer ao ganho os seus escravos de nome Adão, Alberto, Cassiano Honorato, José, Jacinto, Iraquiel - minas; e Macário, Pedro, Geriaco, Cesar, Simão, Sancho, Tobias da não nagô.

Pedem a VS.

Mandem os respectivos

Alvaras de licenças.

28 de março de 1866. (34)

Após esse pedido escrito, recebia a licença, mediante pagamento do alvará e da chapa com o número que o escravo deveria portar. Esta chapa garantia ao escravo e ao proprietário a legalidade da situação: RECIBO DE PAGAMENTO.



## "ILMª CÂMARA MUNICIPAL DA CORTE

Alvará 1\$000  
Chapa \$280

O Sr. Miguel Fernandes Ramos morador a rua da Assembléia nº 65, Freguesia Sacramento pagou a quantia de um mil e duzentos e oitenta réis pela licença para seu escravo Joaquim de nação affricana andar ao ganho no corrente anno de 1872, com a chapa nº 667.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1872  
(35)

Quando acontecia dos escravos perderem suas chapas era preocupação imediata do proprietário retirar uma 2ª via:

"Diz João José de Proença, morador em Jacarepaguá, que tendo os seus escravos ao ganho José Nação Reboló e Ignácio Moçambique que aconteceu a perderem as chapas José a de nº 1890, Ignácio a de nº 2041 e como o suppte quer continuar a trazê-los ao ganho por isso.

P.V.S.S. se dignem mandar que se conceda outros.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1944.  
(36)

O proprietário procurava manter atualizadas essas licenças evitando assim, o prejuízo da prisão do seu escravo, que deixaria de lhe proporcionar parte da renda de sua jornada, além dos custos de sua libertação, pois ao escravo na condição de não cidadão não cabia esses pagamentos.

"Diz José Antonio dos Santos Xavier que tendo licenças para seus escravos poderem vender peixe esta terminou em dezembro como prova com os documentos juntos e tendo o escravo continuado naquelle exercício, em consequência do suppte ter até fevereiro tempo para renovar a licença acontece que encontrando o Sr. Fiscal com o guarda Albino José Ignácio no dia 18 de corrente com o escravo do suppte., o prenderão e o depositarão no Depósito público sem atten

der o tempo que ainda permite a Câmara.

O suppte. pede a V.Sª queirão mandar relaxar da prisão em que se acha o mencionado escravo Luiz - assim como exep<sup>t</sup>a-lo da respectiva multa...

dezembro de 1842" (37)

Observamos na documentação um número bem pequeno de pedidos de licenças para escravo ao ganho, no período anterior a 1820. A partir dessa data os pedidos vão aumentando de ano para ano, na medida em que a cidade se desenvolve, a população aumenta, os serviços multiplicam-se e o papel do escravo de ganho como mão-de-obra amplia-se.

Não encontramos nas licenças analisadas pedidos oficiais para colocação de crianças ao ganho pelas ruas da cidade. Também não encontramos nas posturas relativas a escravidão, nada que proibisse ou facilitasse o seu emprego. Conjecturamos, que isto poderia ser explicado pela relativa liberdade de circulação e do tipo de responsabilidade que este trabalho exigia. Nos jornais encontramos referências a venda e aluguel de crianças escravas nos anúncios, que ofereciam e ressaltavam a capacidade do moleque aprender algum tipo de ofício, ou ainda para serem utilizados em serviços de recados ou domésticos.

"Aluga-se hum moleque, que sabe trabalhar em typographia na qualidade de batedor quem o pretender dirigir-se a rua dos pescadores."

Jornal do Commercio 1827 (38)

"Na Rua dos Barbonos nº 61, ao chegar aos Arcos, vende-se hum moleque muito próprio para aprender officio, por ser muito esperto, o qual faz todo o serviço de casa."

Jornal do Commercio: 10 de outubro ' de 1827. (39)

Desta maneira, observou-se que os mais jovens estavam o-

cupados principalmente no serviço de casa. Aí sob os olhos vigilantes do senhor, o escravo recebia as primeiras lições de ser escravo. Com o passar do tempo - e da idade. A maioria dos homens deixava a casa para o trabalho de rua, enquanto as mulheres permaneciam. (40)

Observou-se também nessas licenças, uma superioridade da população masculina. Preferia-se o escravo masculino para maioria dos serviços de ganho, enquanto que a população escrava feminina dedicava-se aos serviços domésticos, vendas de alimentos como quitutes, café, refrescos, peixes.

Nesse pequeno comércio de rua as ganhadeiras juntamente com as negras livres, exerciam um verdadeiro monopólio. Organizavam-se em feiras livres chamadas quitandas, ou oferecendo seus quitutés de casa em casa:

"Como é fácil de compreender, faz-se no Rio de Janeiro, durante o excessivo calor do verão, grande consumo de bebidas refrescantes, principalmente do econômico aluã, com arroz macerado e açucarado, nectar da classe baixa. Vem em seguida a lima, o limão doce e a caixa de açúcar... Essa substância refrescante, indispensável durante os meses de setembro, janeiro e fevereiro são vendidas nas ruas da capital por uma multidão de vendedoras em sua maioria escravas de pequenos capitalistas ou negras livres". (41)

Vimos também, com a ajuda dessa licença, que com o passar dos anos e principalmente entre 1860 e 1870, um crescimento da quantidade de pedidos feitos por um mesmo senhor para colocar ao ganho seus escravos. O número de licenças eram em média 3 escravos, entretanto após 1860 começa a aparecer na documentação os pedidos para colocar ao ganho 9, 17, 46 - numa média de 24 escravos por senhor. Comprovando-se assim a lucratividade do negócio. Numa época em que a lavoura cafeeira do Vale do Paraíba começa a entrar em decadência, onde a proibição do tráfico impedia a entrada de novos escravos e o desenvolvimento da vida urbana oferecia alternativas de utilização dessa mão-de-obra. E, como observou Tollenare para Pernambuco, mas que muito bem se pode aplicar para o Rio de Janeiro: "Um ho -



mem que colocava no ganho ou no aluguel 20 bons escravos podia viver muito à vontade". (42)

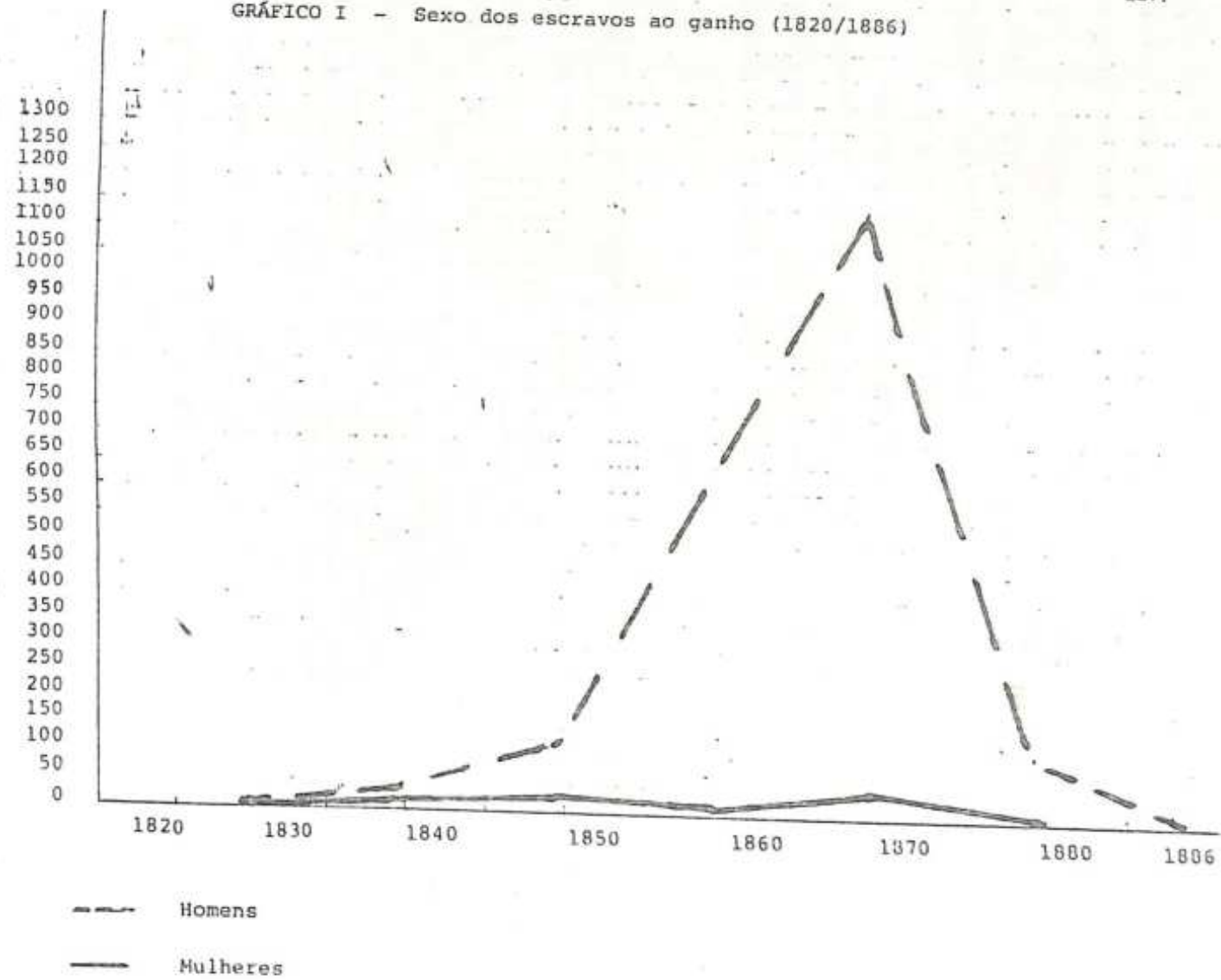
Recuperando o capital investido num escravo após 3 a - nos de trabalho produtivo, o sistema de ganho apresentava-se ' então como um bom investimento em época de prosperidade econô - mica, quando aumentava o mercado de trabalho dos ganhadores, ou mesmo em época de crise, continuava a compensar pois, na medi - da em que os proprietários se eximiam do sustento dos seus es - cravos com a alimentação, vestimentas, tratamentos médicos, en - fim, com a própria fiscalização. Na cidade esse escravo era n ma responsabilidade do governo.

Predominaram também nessas licenças os negros das Na - ções Congo, Cabinda, Benguela e após 1863 o crioulo.

Da análise dessas licenças, auxiliado pelos anúncios ' de jornais e censos, comprovamos a existência de negros de ga - nhos nos setores vitais da economia da cidade. Comprovamos ' também, a superioridade masculina nesses serviços.(v.gráfico I)

Um novo tipo de dependência entre senhores e escravos ' garantiria a sobrevivência do escravo ao ganho numa estrutura ' que se transformava. Na qual os valores individuais sobrepu - nham-se ao do grupo. A sobrevivência do escravo no ganho, de - penderia de sua habilidade individual de lidar com o sistema , tirando proveito de todas as situações.

GRÁFICO I - Sexo dos escravos ao ganho (1820/1886)



## II.4 SOBREVIVER É PRECISO

Como viver na situação de escravo ao ganho na cidade do Rio de Janeiro? Através dos relatos dos cronistas e apoiados na documentação, poderíamos pintar se tivéssemos essa habilidade o dia a dia na vida de um negro ao ganho. O que faremos através de uma descrição.

A cidade amanhece.  
 Aos poucos eles vão chegando,  
 usam calções de algodão barato,  
 estão descalços como todo escravo deve andar.  
 São negros de diferentes etnias.  
 São ladinos, são crioulos.  
 Se localizam nas esquinas, nos portos  
 nas portas das lojas. \*  
 Se atropelam na disputa de um freguês.  
 As brigas são constantes,  
 policiais são chamados a intervir.  
 O Calabouço sempre lotado reflete essa situação.  
 A preocupação de juntar o valor da diária  
 devida ao seu senhor fomenta essa disputa.  
 O trabalho é incessante, mal dá tempo para comer,  
 Mesmo assim as solidariedades acontecem,  
 nas ruas da cidade os contatos são inevitáveis.  
 É o branco pobre, é o liberto, é o escravo doméstico,  
 são os próprios policiais.  
 Quando a noite chega é obrigado a se recolher,  
 ou se dirigindo à casa de seu senhor,  
 ou a algum quartinho sublocado ilegalmente.

A escravidão tem sido estudada ora observando-se a exploração do escravo sob uma ótica de total violência, onde ele aparece na condição de vítima, que se vê obrigado a sublevar-se contra o sistema fugindo ou revoltando-se ora enfocando o aspecto totalmente paternalista do sistema.

Faz-se necessário repensar a questão da escravidão, encarando o escravo não apenas como mão-de-obra, mas sim como parte real e ativa da sociedade e desta maneira, na existência constante da interação entre os vários grupos que faziam parte desta realidade (senhores, libertos, escravos, brancos, pobres que numa convivência diária, criaram, ajustaram e reconheceram seus papéis sociais.



Na cidade, muito mais do que no campo, houve uma adaptação da escravidão ao novo ambiente. Pois não podemos pensar na escravidão como um modelo fechado. O sistema escravista não é uma abstração, mas uma realidade histórica rica e contraditória, como aliás todas as realidades.

Apesar de tudo que os afastava e opunha, senhores e escravos tiveram que encontrar um acordo sistêmico. E, quando desprezamos este aspecto da realidade, acabamos por perder alguns nexos importantes para a compreensão desta mesma realidade.

No Brasil como em qualquer outra parte da América, quer seja nos campos ou nas cidades, sempre existiram acordos não revelados, enfim os escravos segundo Silva (43), "negociavam" mais do que lutaram abertamente. Esta afirmação, pode ser facilmente comprovada, pelo simples exame de participação quantitativa da população escrava no Brasil, em comparação com a branca livre e dominante. Percebe-se que além do tempo histórico inegável das revoltas, existiu um tempo de longa duração das normalidades. O escravo enfrentava o sistema muitas vezes com as armas oferecidas pelo próprio sistema - o corpo-mole, o boicote. Relativamente poucos assassinaram seus senhores, ou participaram de rebeliões, enquanto a maioria por estratégia, invenção ou sorte ia vivendo. Acreditamos que seria impossível manter o sistema apenas pela repressão; não haveria feitos bastante para controlar um número tão grande de escravos. Era através de acordos implícitos nas relações que se mantinha o sistema.

O sistema de ganho introduzido na cidade exemplifica perfeitamente essa linha de pensamento. A escravidão através da forma do ganho adaptava-se as condições da cidade, onde era comum necessitar-se de trabalhadores para serviços provisórios que duravam um dia, ou mesmo algumas horas.

Devido ao próprio esquema de trabalho, os escravos de ganho ou aluguel, passava a maior parte do seu tempo longe das vistas do seu senhor, chegando mesmo alguns a morar sozinhos.

Desta forma podemos constatar que nas cidades, as relações transformam-se, observam-se novas estratégias de convivência, denunciado pelo próprio rigor que se impunha nas Posturas



como por exemplo, no seu Artigo 14 do Código de Posturas já citado (vide p.121).

Embora existindo o rigor da legislação a sua applicabilidade é discutível na medida em que interessava ao proprietário permitir que o seu escravo residisse sozinho, em qualquer cantinho no centro comercial. Isto fazia parte de um acordo de interesse mútuo entre proprietário e escravo. Para isso, faziam-se pedidos a Câmara Municipal, precavendo-se desta forma do risco de ver seu escravo preso, das multas e garantindo o recebimento da cota que lhes cabia do seu trabalho.

Antonio Lopes querendo que seu escravo José Crioulo continue no serviço de ganho e não podendo fazê-lo sem nova licença.

Vem pedir a V. S<sup>a</sup>. favorável deferimento at-  
tender que o supp<sup>te</sup> mora no princípio de Inhaúma número 5 e que passou uma autorização a seu escravo para morar na rua Formosa da Cidade Nova...

20 de maio de 1855 (44)

Essas autorizações dadas aos escravos para residirem fora das vistas dos seus senhores, eram motivos de constantes reclamações à Secretaria de Polícia pela população moradora do Centro.

"SECRETARIA DE POLÍCIA DA CORTE, 19/3/1860

Existe n'esta Cidade um grande número de casas alugadas diretamente a escravos, ou à pessoas livres que parcialmente as sublocão a escravos.

Os males resultantes de um tal procedimento tão notorios, ninguem ignorando que essas casas, além de serem valha-couto de escravos fugidos e malfeitores e mesmo de ratoeiros livres, tornão-se verdadeiras espeluncas, onde predominão o vicio e a imoralidade de baixo de mil formas differentes.

Urgente seria pois reprimir severamente semelhante abuso, proibindo se alugar ou sublocar qualquer casa, ou parte d'ella à escravos ainda mesmo munidos de autorização dos senhores para esse fim, e, em virtude do disposto no Art 5869 do Regulamento nº 120 de 31-1-1842 represento a V. Sª a necessidade de ser esta medida convertida em Postura" (45)

Além da questão da moradia, outro aspecto muito importante apresenta-se no sistema de ganho, como exemplo da sua especificidade e do acordo não estabelecido legalmente, porém existindo de fato entre as partes interessadas - que era o próprio ganho.

A escravidão como sistema econômico e social, transforma o escravo em simples mercadoria, em objeto e objeto não possui bens. Tudo o que o escravo possuía pertence ao senhor, inclusive ele próprio. Sendo assim, abre uma brecha no momento em que se permite a esse escravo a posse de bens, reconhecida ou não, pois na lei escravista aplicada ao Brasil o pecúlio só seria garantido muito tardiamente, em 1871, na chamada Lei do Ventre Livre. Mas a praxe consuetudinária cedo admitiu a propriedade individual do escravo, por ajuste com o senhor, quer no caso do escravo ao ganho ou, no caso dos usufrutos de lotes de terra concedidos nos estabelecimentos agrícolas.

Alguns autores apontaram para essa contradição em seus trabalhos, como podemos ver nos exemplos abaixo;

(...) "O sistema de aluguel permitia não somente maior flexibilidade à instituição, mas trazia também uma série de problemas para a cidade. Os escravos alugavam o seu próprio tempo e força de trabalho sem intermediário, e viviam em liberdade." Wade (46)



Freitas (47) observava que (...) "o mais perigoso não era a virtual compra da liberdade pelo excedente do seu trabalho, mas a existência de relações não escravistas de produção, na qual ele próprio vendia sua força de trabalho e ficava com parte do ganho".

(...) "Os escravos que conseguem obter o dinheiro da alforria são aqueles homens ou mulheres, que exercem ofícios cujo salário é dividido com o senhor". Queirós (48)

No seu trabalho, Soares (49) destaca que "em circunstâncias históricas diversas, os mesmos indivíduos podem estar imersos em tipos de relações de produções diversas". Podemos analisar a questão do escravo ao ganho, em alguns dos seus aspectos, seguindo esta ótica.

Cardoso (50) baseando-se num estudo de Lepkowski (51), estuda um fenômeno secundário no interior das "plantations", onde observou o desenvolvimento de atividades agrícolas e a criação de pequenos animais pelos escravos em lotes de terras concedidos pelos senhores. Os escravos desenvolveram essas atividades em seu próprio benefício e dispunham de um tempo semanal, para este trabalho. Muitas vezes os escravos vendiam num mercado local, ou a seus próprios senhores os produtos dessas atividades de subsistência, podendo com isto, formar um pecúlio. Este fenômeno foi definido por Lepkowski, e reiterado por Cardoso, como uma brecha camponesa no sistema escravista. Cumpria, apesar de sua importância secundária em relação ao escravismo dominante, um papel muito importante no quadro do sistema, relacionado a minimização do custo de manutenção e à reprodução da força de trabalho escravo, mesmo quando, em momentos de concentração maciça dos fatores de produção na agricultura de exportação, dava-se a redução das áreas de cultivo e de pequena criação de subsistência realizados pelos escravos.

Trazendo novamente, um exemplo de um acordo entre dominantes e dominados. Tendo para os proprietários um caráter revogável, objetivando a diminuição das fugas, ligando-se os escravos a terra; enquanto para os escravos representaria uma melhora na sua alimentação, além da possibilidade de um pecúlio.

Se é possível falar na existência de uma brecha camponesa, numa área onde o sistema desenvolve suas atividades fundamentais, isto é, na "plantation", o que representaria o ganho dos escravos nas cidades? Poderíamos considerá-lo um salário? Essa contradição desenvolvida pela transformação das relações senhor-escravo, propiciada pelo crescimento da cidade do Rio de Janeiro, objeto de nosso estudo, pelas condições já descritas, poderia ser considerado-uma brecha assalariada? O que representaria um salário?

Esta questão é bastante complexa, pois envolve uma problemática de utilização de conceitos, de terminologia. Escravidão e salário se excluem mutuamente. Salário representaria o que o trabalhador recebe em troca de sua força de trabalho. Segundo Marx (52), a condição essencial para que exista o salário é necessário que o trabalhador seja livre:

(...) "Para que esta relação persista, é preciso que o proprietário da força de trabalho não venha jamais senão por um período determinado, porque se a vender em bloco, de uma vez para sempre, ele se venderá a si mesmo e, de livre que era, se fará escravo, de mercador passará a ser mercadoria".

Sendo assim, o escravo não se pertencia, formalmente se inviabiliza a questão do salário. Porém de fato, historicamente o que comprovamos na cidade do Rio de Janeiro, é o escravo ao ganho vendendo sua força de trabalho a uma terceira pesoa que não era seu proprietário, discutindo o seu valor, rece



bendo por ele uma quantia pré-estabelecida em dinheiro, da qual ele deveria organizar o seu sustento. Esse trabalho era empregado num tempo limitado. A não posse de sua pessoa deveria significar que a remuneração recebida pelo seu trabalho não lhe pertencia, o que na realidade não acontecia. Ao proprietário cabia uma parcela desta remuneração, o restante era do escravo. Portanto, o excedente consideramos que poderia ser uma forma de salário.

Não podemos exagerar quanto ao valor deste ganho. E que estes escravos gozavam de uma vida folgada, onde haveria o pleno emprego e um bom pagamento. Pois, a realidade era outra, ao senhor interessava a lucratividade do emprego deste escravo. O senhor preocupava-se em estipular uma renda diária de acordo com suas forças. Por exemplo um cangueiro na época de Debret, "deveria levar ao seu senhor, sob pena de castigo, de 48 a 64 vinténs ou seja de 960 a 1.280 réis. Como transporte mais simples e curto, feito por dois homens, pagava-se de 16 a 20 vinténs, cada negro recebendo a metade dessa quantia, cada cangueiro precisaria conduzir de 6 a 8 volumes de peso descomunal por dia somente para ganhar a renda devida ao dono dele. E ainda devia obter um excedente para atender as suas despesas (compreendendo-se dessa maneira a grande incidência de roubos cometidos pelos escravos ao ganho).

É lógico que o negro tinha uma possibilidade maior em comparação com os demais de utilizar-se das condições oferecidas pelo próprio sistema para conseguir sua liberdade. Entretanto isto não ocorria com a facilidade que apontam os viajantes europeus, que através de uma ótica preconceituosa, culpavam os negros ao ganho pelas dificuldades em obter a liberdade devido aos péssimos hábitos de gastar tudo em bebidas e em peças de roupas vistosas. Afirmava Koster que "negro de ganho" que recebia de seu amo o sábado livre poderia sustentar-se com decência, levar uma vida relativamente agradável e ainda com -

prar sua liberdade em 10 anos; porém, que a tentação de gastar loucamente era tão poderosa que faz esse povo desviar-se dos seus propósitos". (35)

A situação não seria tão simples assim, pois sabemos que pelo esforço desenvolvido, um cangueiro teria uma vida útil de no máximo dez anos, logo ele deveria trabalhar toda a sua vida útil, para no final continuar a trabalhar ou a mendigar para prover o seu sustento. Desta forma não é de admirar que preferisse gastar os magros vinténs nos pequenos luxos que aos olhos dos homens livres pareceriam manifestações de inconstância e imprevidência. Além disso, o próprio proprietário pelo lucro que este escravo lhe estava proporcionando, apresentava dificuldades para o seu acesso a alforria.

Acreditamos, que esta brecha assalariada no sistema escravista apresentar-se-ia como um dos aspectos que tomou o escravismo colonial para atender as situações específicas de cada região. O escravo ao ganho não definiria o sistema escravista, nem fora o seu ponto de sustentação. O seu desaparecimento não comprometia o sistema como um todo.

Era através do ganho que o escravo na cidade conseguia sobreviver. Este sistema não foi uma característica apenas da cidade do Rio de Janeiro, encontramos exemplos desse tipo de escravos em todas as cidades brasileiras, onde existiu grande concentração de população livre e escrava - Recife, Salvador, entre outras. Pretendemos desenvolver um projeto de estudo primeiramente nas cidades do Brasil, e depois tentaremos levantar as características homogêneas ou heterogêneas do sistema nas cidades americanas definidas pelo escravismo. Discordamos em parte com da Costa (54) quando afirma:

"... a historiografia sobre a escravidão evidencia que os estudiosos não conseguem decidir sobre "



a produtividade do sistema, sobre a natureza das relações senhor-escravo ou sobre a qualidade das condições de vida do escravo em seus próprios países, um estudo explicitamente comparativo poderia somente ser arbitrário. Muito pouco seria obtido com a articulação da controvérsia nestes termos. Parece mais proveitoso, no presente estudar a escravidão no Brasil no período colonial até o período moderno. A comparação entre a escravidão brasileira e a norte americana permanecerá implícita, servindo como instrumento heurístico, ajudando-nos a pensar sobre os problemas da escravidão no Brasil".

Pois acreditamos que o método comparativo como dizia Marc Bloch (55)

"Ao considerar-se uma série única, num sistema social, o historiador corre sempre o risco de atribuir um valor explicativo muito exagerado a certos fatos que na realidade são de alcance medíocre. Tornando a encontrar, num sistema próximo, um desenvolvimento semelhante, mas sem a presença do que antes supôs serem causas, será mais fácil eliminar as falsas causas e conservar as verdadeiras, aquelas que, por toda parte, se encontram na raiz dos mesmos efeitos ..."

Os estudos comparativos das sociedades americanas tem fornecido um enriquecimento dos métodos que segundo Cardoso (56) "... evitaria falsas polêmicas através de uma maior precisão dos conceitos. Citando como exemplo o trabalho de Genovesse que mostra a expressão tratamento dos escravos, usando de maneira diferenciada pelos historiadores como: 1º) condições cotidianas de vida - comida, roupa, alojamento, duração do dia de trabalho, etc; 2º) condições de vida no sentido geral - segurança familiar, possibilidade de acesso a vida social e reli

giosa até certo ponto autônoma; 3ª) acesso à liberdade e a cidadania. Muitas vezes um autor critica outro quanto as suas idéias sobre o tratamento dos escravos simplesmente porque cada um deles se situa num nível distinto e, portanto, fala de coisas bastante diferentes entre si."

É nesta linha de pensamento que colocamos essa dissertação sobre o escravo de ganho, como uma primeira abordagem de estudo da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, através de um de seus aspectos característicos, para futuras pesquisas da escravidão urbana nas cidades brasileiras e americanas de um modo geral.

Sendo assim, podemos concluir, que para sobreviver na Cidade, o negro de ganho negociava mais do que enfrentava o sistema. No jogo de interesses senhores e escravos cediam: ao proprietário como contrapartida do recebimento da diária e da isenção do sustento, a perda do controle direto sob o seu escravo. Enquanto isso, o escravo em troca da liberdade de circulação e da possibilidade de compra da alforria, mesmo que remota impunha-se a perda de sua identidade cultural, a divisão do seu grupo pela rivalidade da conquista da diária que garantia o seu sustento; ele passa a fazer parte do sistema que o explorava. Mesmo sem o saber, escravos e senhores fornecem elementos de transformação das relações escravistas tradicionais.

Não se pode falar do escravo de ganho como um grupo homogêneo. Existia entre esses escravos uma hierarquia que estava relacionada ao tipo de carregamento, ao ganho recebido, além das diferenças étnicas e culturais já apontadas.

Os anúncios de jornais e licenças revelaram a existência de escravos de vários níveis de especialização na cidade do Rio de Janeiro. O negro de ganho aparece principalmente nas funções de carregadores, estivadores do porto, remadores e vendedores.

O negro de ganho aparece em funções manuais sem especialização como carregadores e remadores e semi-especializado como vendedores ambulantes, barbeiros e cirurgiões.

Mesmo os negros carregadores, não podem ser enquadrados no mesmo nível, pois diferenciavam-se pelos produtos que transportasse, possuindo maior ou menor status. Assim sendo, temos o negro carregador de lixo e excremento, que ocupava o lugar mais baixo, sendo portanto considerado o mais vil dos serviços, destinados a prisioneiros ou negros boçais. Esse tipo de carregador era imprescindível na cidade que não possuía um sistema de esgotos que suportasse o seu crescimento.

Desta maneira, descrevia Charles Ribeyrroles (57)

"O escoamento das águas pluviais e naturais opera-se no Rio de dois modos: pelo declive das ruas ao ar livre, ou pelos canos subterrâneos.

Os canais de esgoto, divididos por quarteirões, são em número de quatro e despejam-se dois no mar e dois nos manguês da Cidade Nova... Os canos são mal conservados. Os tubos oxidam-se e entopem-se. Os escoadores não dão vazão ou transbordam, quando desaba uma dessas trombas d'água diluvianas que de verão inundam a cidade. Enfim, as valas, retendo as águas, tornam-se focos de infecção, o ar se intoxica e irrompem epidemias. O esgoto mata a cidade, em vez de sanear...

Águas servidas, matérias fecais, imundices de toda a casta permanecem com os deuses lares. Não existem fossas, porém barrís. A certas horas carroças com tonel fétido, a caminho das praias. Quanto ao resto ... lá se vai para omar à cabeça dos negros, como se fora um cesto de laranjas. É o que se chama o serviço dos tigres".

Outro tipo de carregador que chamava atenção pelas vestimentas ornamentadas, eram os carregadores de cadeirinhas, tão utilizados na cidade:



"Nestes palanquins uma espécie de liteira, construídos como um trono, com cortinas pretas de ambos os lados e no teto um remate dourado, sentam-se mulheres confortavelmente como em espreguiçadeiras. Quando elas não vão de carro, fazem-se transportar dessa maneira por dois negros" (58)

Os aguadeiros ou carregadores de água faziam parte do cotidiano da cidade:

"a água é distribuída em grandes pipas, pelos negros, e em regra custa a pipa 30 a 40 réis: mas às vezes na estação cálida, quando não é bastante acumulada pela chuva na bacia do pé do Corcovado e da nascente que ali existe, ela custa 200 e até 300 réis em papel. Quando sucede semelhante infelicidade que torna artigo de luxo esta principal necessidade humana, os negros acotovelam-se na fonte principal da cidade, à porfia de encherem mais depressa e mais frequentemente que possam às pipas; naturalmente então é raro que não haja conflito. Por isso sempre existe ali uma forte guarda. Alguns policiais munidos de duas varas passeiam constantemente ao longo do chafariz, pondo em ordem os negros, metendo-os em forma, de acordo com a ordem de chegada" (59). (vide gravura nº 8)

Faziam parte ainda desses negros carregadores, os negros de ganho que trabalhavam na Alfândega, eram os que mais recebiam, fazendo o serviço entre os armazéns e o porto, carregavam navios. Negros jovens e robustos que transportavam todas as mercadorias que chegavam e saíam do Rio de Janeiro.

Finalmente temos os negros de ganho que desempenhavam uma tarefa semi-especializada como os vendedores ambulantes. Vendia-se de tudo na cidade, era samburai, carvão milho, café torrado, capim, leite, cestos e outros utensílios de palha (vi

de gravuras número 8, 9, 10, 11, 12, 14, 18).

Para regular essas vendas e diminuir um pouco os conflitos, surge entre esses escravos ao ganho, uma espécie de instituição sem caráter legal, porém de aceitação de fato, como uma regra interna de convivência - Os Cantos, que reuniam trabalhadores libertos e escravos por etnias ou ocupações. Os cantos tinham o nome do local da cidade onde se reuniam seus ganhadores. Possuindo também uma importante função no auxílio mútuo para a alforria de seus membros, por exemplo, cita-se o caso dos carregadores de café, escravos da nação Mina, que de tinham o monopólio desse serviço, que através de uma organização de empréstimos semanais, adiantavam dinheiro para alforria um dos outros (60).

Infelizmente pouco conseguimos levantar na documentação pesquisada sobre o funcionamento interno dessa instituição no Rio de Janeiro, a não ser algumas citações. No seu trabalho Reis (61), traça algumas características do funcionamento dos Cantos na cidade de Salvador, que acreditamos tivesse alguma semelhança com os Cantos desenvolvidos pelos negros de ganho nas ruas do Rio de Janeiro. Afirma o Autor que

"cada um tinha um líder que se chamava capitão do Canto... Na Bahia, o capitão do Canto intermediava a relação do ganhador com o contratador: acertava serviços, estabelecia preços. Não sabemos ao certo se pegava peso como os outros. Também desconhecemos o que era exigido destes homens... Havia eleição para o cargo de capitão, mas ignoramos suas regras..."

Assim como variava a função do negro de ganho, variava também a cota devida aos seus proprietários de acordo com a ocupação, idade, sexo, saúde. Criou-se uma lógica que pudesse



viabilizar o sistema:

"um carregador de cadeiras pagava 400 réis por dia em 1847, seguido de outros carregadores e estivadores que pagavam 320 réis, escrava lavadeira 240 réis" (62).

Observou-se também, que estes escravos para conseguir pagar ao seu proprietário e viver um pouco melhor, exerciam dupla função. Era comum, segundo a ótica dos cronistas, negros carregadores tecendo palhas, preparando rosários, enfeites, fabricando correntes de arame para prender papagaio, esteira e chapéus de palha, enquanto, aguardavam fregueses. Pois, segundo Burlamaque o jornal médio de um escrava seria em 1837 de 320 réis diários, dos quais metade pelo menos seria necessário para o seu sustento (63).

Sobreviver na cidade, desfrutar de uma certa liberdade no cativeiro, impunha ao negro ao ganho uma verdadeira luta contra doenças freqüentes devido as más condições de vida, alimentação inadequada, habitações precárias.

Os escravos sub-locavam quartinhos sem ventilação e úmidos ou, então seus proprietários que viviam no 1º ou 2º andar das velhas casas coloniais reservavam para seus escravos os piores cômodos, a parte de baixo, geralmente lojas térreas ou porões, sem divisões, sem a menor privacidade. Eram espécies de armazéns, verdadeiras senzalas urbanas onde se aglomeravam os escravos, geralmente dormindo no chão ou sobre esteiras.

No Rio de Janeiro pelas condições de terrenos próximos ao nível do mar, com pequenos declives para o escoamento das águas das grandes chuvas que constantemente se precipitavam sobre ela, associadas a quase inexistência de obras de engenharia que corrigissem os efeitos dessa situação. Desta forma ,



nesses cortiços proliferavam mosquitos, sujeira, doenças epidêmicas.

Toda essa situação fazia dos negros ao ganho suas vítimas, verdadeiros burros de carga, carregadores de todos os tipos de mercadorias, transportando pesos insuportáveis que lhes arqueavam as pernas, quebravam-lhe as virilhas, marcavam-lhes as cabeças com as famosas coroas descritas nos anúncios de jornais da época, pelo uso de carregar peso : tabuleiros, tijolos, areia, "tigres", pipa com água. (vide gravuras número 6, 7, 9, 10, 11, 18)

Os anúncios de jornais consultados, fazem uma denúncia involuntária do estado de saúde dos escravos da cidade; das constantes contaminações da população e da grande mortalidade dos escravos. Através dos anúncios de negros fugidos, compra e venda de escravos, pode-se fazer um balanço das inúmeras doenças que sofriam os negros na cidade: como a erisipela, os efeitos do raquitismo, a bexiga, o escorbuto, os furúnculos, o virus venéreo, a sarna, a elefantíase, os bichos de pé.

Segundo os dados do Relatório da Diretoria de Saúde Pública (64) algumas epidemias dizimaram principalmente a população escrava; como por exemplo, em 1850 a de febre amarela que fez 4.160 vítimas; em 1855 a de cólera-morbo, com 4.828 vítimas; em 1857 e 1860 a de febre amarela; em 1865 a de varíola e em 1867 e 1868 novamente a cólera-morbo. Portanto as epidemias faziam grande número de mortes na populações que viviam aglomeradas nos cortiços caracterizados pelas condições precárias de higiene. Encontramos essa situação principalmente nas seguintes freguesias urbanas: "Santana ocupava o primeiro lugar, sendo seguida na ordem de proporção por Santa Rita, Santo Antônio, Glória, São José e Espírito Santo. Foram consideradas moléstias dependentes das condições endêmicas eólicas, as febres de infecção, tísica, pulmonar, tuberculose e moléstia tubo-gastro-intestinal" (65)

TABELA 13: Número de Cortiços e sua População (1868)

PARÓQUIAS	CORTIÇOS	QUARTOS	HABITANTES
Santana	154	2.661	6.458
Santo Antonio	69	1.587	3.558
Santa Rita	50	1.043	2.763
Glória	107	1.133	2.376
São José	44	929	2.022
Espírito Santo	65	758	1.018
Engenho Velho	42	458	769
Lagoa	45	268	733
Sacramento	31	491	693
São Cristóvão	35	343	639
Candelária	-	-	-

Fonte: Ministério dos Negócios do Império. Relatório do Ministro dos Negócios do Império, apresentado à Assembléa Geral da 1ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministério e Secretaria de Estados dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, Imp Nacional 1869. Levantamento de Maria Barbra Levy. Apud - LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, p. 440.

A quem caberia a responsabilidade de cuidar desses negros? Era comum na cidade do Rio de Janeiro, os senhores abandonarem seus escravos considerados imprestáveis por doenças ou aleijões, que viviam de esmolas.

Mais uma vez podemos constatar as diferenças que se impõem à escravidão urbana em comparação com a rural. Na cidade, um escravo doente não era responsabilidade apenas do proprietário pois, ele convivia nas ruas, era um perigo para a população



que pressionava o Estado. Desta maneira, existia na cidade a Santa Casa da Misericórdia, que através da arrecadação da receita de prédios de sua propriedade, de forros, de contribuições, de loterias, de legados, de atas da renda pública, de taxas de doentes ábastados e do serviço funerário, prestava serviços médicos aos escravos e a população pobre de um modo geral.

Era comum também, na cidade a presença dos chamados "cirurgiões negros" (vide gravura número 17), que eram encontrados em todos os bairros. Esses curandeiros utilizavam ervas, benzeduras, talismãs, aplicações de ventosas nos seus tratamentos. Negros Cirurgiões rivalizavam com a medicina importada da Europa, gozando de grande prestígio entre os negros, escravos ou não, e até mesmo entre a população branca-pobre.

Portanto para sobreviver na cidade era necessário que o escravo ao ganho entrasse em acordo com o senhor, que vivesse numa competição diária para conseguir o serviço que lhe garantisse o ganho - uma contradição da estrutura escravista tradicional, uma brecha que denunciava transformação da escravidão como sistema. As condições precárias de habitação, de alimentação, as epidemias e o fim do tráfico negreiro contribuíram para a diminuição da população de cor.

Assim, na cidade a escravidão modifica-se em alguns dos seus aspectos, surgindo uma nova forma de exploração vinculada a ampliação da sua função mercantil.

A fim de completar o estudo do escravo ao ganho é necessário analisar também o seu proprietário o que faremos no capítulo seguinte.

NOTAS DA II PARTE

- (1) Biblioteca Nacional. PR SOR vol.1 a 7.
- (2) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.44. p.105.
- (3) DEBRET, Jean Baptiste. op. cit. Introdução. Tomo 1, p.324
- (4) SPIX e MARTIUS. op. cit. Parte I.
- (5) AZEVEDO, Aluísio. O cortiço. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s.d. p.19/20
- (6) Id. Ibid. p.20
- (7) LIBBY, Douglas Cole. Escravo e capital estrangeiro no Brasil; O caso de Morro Velho. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1984. p.144
- (8) Id. Ibid. p.144
- (9) FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos, decadência do Patrimônio Rural e Urbano e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro, Ed. Liv. J. Olympio, 1977. 2vols. p.500
- (10) NABUCO, Joaquim. apud Décio de Freitas. O escravismo brasileiro. 2.ed. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1982. p.10
- (11) DEBRET, Jean Baptiste. op. cit. Introdução. p.159
- (12) EWBANK, Thomas. op. cit. Introdução. p.180
- (13) SAINT, Hilaire. op. cit. Introdução. p.48
- (14) ALGRANT, Leila Mezan. op. cit. Introdução. p.128
- (15) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.23. p.92
- (16) EWBANK, Thomas. op. cit. Introdução. p.188
- (17) LUCCOCK, John. op. cit. Introdução. p.75
- (18) REIS, João José. Rebeldia escrava, o levante dos Malês. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. p.254
- (19) Id. Ibid. p.254
- (20) CUNHA, Manuela Carneiro da. op. cit. Parte I. p.76
- (21) Id. Ibid. p.73
- (22) MATTOSO, Katia Queirós. op. cit. Introdução. p.118
- (23) FREITAS, Décio. op. cit. p.41
- (24) SCARANO, Julita. op. cit. Parte I. p.86



- (25) Id. Ibid. p.86
- (26) LIBBY, Douglas Cole. op. cit. p.54
- (27) FREYRE, Gilberto. op. cit. p.510
- (28) Id. Ibid. p.520
- (29) Id. Ibid. p.521
- (30) PECHMAN, Sergio e FRITSCH, Lilian. A Reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: - Cultura e Cidades, ANPUH, REVISTA DE HISTÓRIA, nº 8 e 9, São Paulo, 1985. p.147/148
- (31) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.28
- (32) LIMA, Lana Lage da Gama. op. cit. Parte I. p.22
- (33) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.44.
- (34) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.44.
- (35) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.59. p.60
- (36) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.45. p.54
- (37) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.45. p.50
- (38) Biblioteca Nacional. PR SOR 290
- (39) Biblioteca Nacional. PR SOR 287
- (40) REIS, João José. op. cit. p.202
- (41) DEBRET, Jean Baptiste. p.296
- (42) TOLLENARE, Louis François de. Notas dominicais (Parte relativa a Pernambuco. Recife, Jornal do Recife, 1905. p.143, apud. Gorender, Jacob. op. cit. Parte I, p.453.
- (43) SILVA, Eduardo. Nem zumbi, nem Pai João. Artigo Caderno B, Jornal do Brasil, 18/8/85.
- (44) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.55.
- (45) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.59.
- (46) WADE, Richard. apud. ALGRANTI, Leila Mezan. op. cit. In - trodução. p.52
- (47) FREITAS, Décio. Ibid. p.52
- (48) QUEIRÓS, Katia Mattoso. op. cit. Introdução. p. 188.
- (49) SOARES, Luís Carlos. op. cit. Parte I. p.
- (50) CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1982.



- (51) LEPKOWSKI, Tadeusz. Tomo I, Casa de las Americas, 1968. p. 59/60. apud. CARDOSO, Ciro Flamarion S. Ibid. p.133
- (52) MARX, L. Das kapital, livro primeiro, p.182, apud. GOREN - DER, Jacob. op. cit. p.85
- (53) KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo , Companhia Editora Nacional, 1942. p.509
- (54) COSTA, Emília Viotti da. op. cit. Introdução.p.235
- (55) BLOCH, Marc. El método comparativo en História. In:- CARDOSO, Ciro Flamarion S. op. cit. p.61
- (56) CARDOSO, Ciro Flamarion S. op. cit. p.100
- (57) RIBEYRROLES, Charles. op. cit. Introdução. p.188
- (58) EBEL, Ernst. op. cit. Introdução. p.39
- (59) SEIDLER, Carl. op. cit. Introdução. p.52
- (60) CUNHA, Manuela Carneiro. op. cit. Parte I. p.34
- (61) REIS, João José. op. cit. p.202
- (62) Id. Ibid. p.198
- (63) CUNHA, Manuela Carneiro. op. cit. p.33
- (64) LOBO, Eulália Lahmeyer. op. cit. Introdução, vol. I. p. 258/259
- (65) Id. Ibid. p.258

PARTE III

O GRUPO SOCIAL QUE EXPLORAVA

O ESCRAVO AO GANHO

SENHOR OU SENHORA DE ESCRAVO AO GANHO - Condições de Vida

Na pesquisa realizada estudamos 1.805 licenças de escravos ao ganho, que se constitui na totalidade dos documentos desse tipo existente no Arquivo Geral do Rio de Janeiro. É preciso salientar que no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional, seção de manuscritos não encontramos referências específicas a esse tipo de licenças. Não há meio de avaliar o universo quantitativo das licenças concedidas. Não podemos portanto, estabelecer a percentagem da nossa amostra em relação a totalidade das licenças para escravos ao ganho.

De qualquer forma a amostra permite algumas considerações gerais.

Qual seria a composição social do grupo que explorava o negro de ganho? A documentação compulsada apesar de suas limitações oferece alguns indícios. De um modo geral, as licenças fornecem dados sobre sexo, nacionalidade, residência, estado civil quanto as mulheres, e em alguns casos a profissão.

As licenças consultadas mostram que a grande maioria dos proprietários de escravos ao ganho era de nacionalidade brasileira. Quanto aos estrangeiros só figuram os portugueses.

Predominam os homens em todo o período estudado, e quando apareciam proprietárias mulheres havia a justificativa de serem viúvas e, portanto, cabeças de casal. Como se pode observar na tabela abaixo:



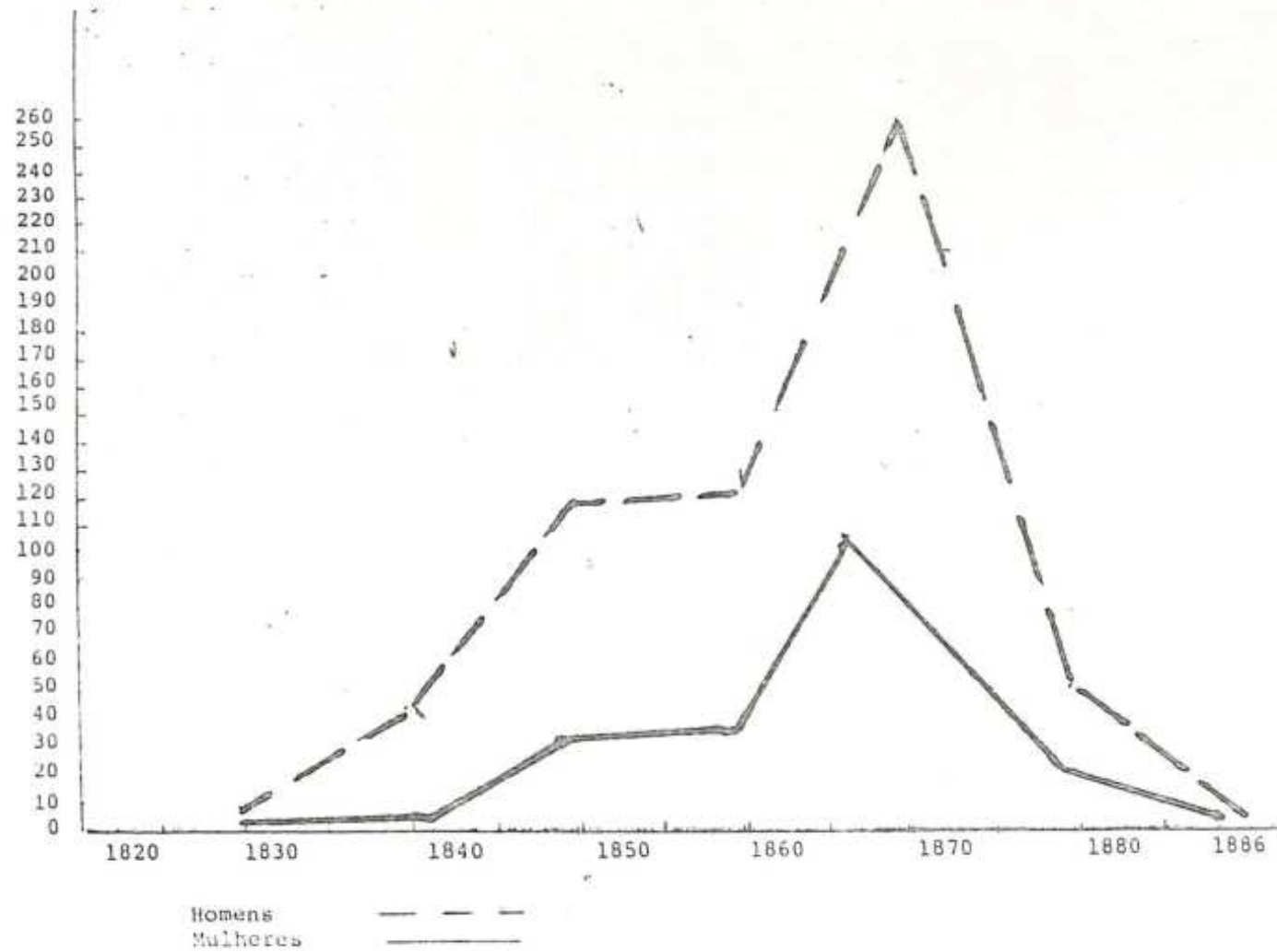
TABELA 14: Sexo do Proprietário do Escravo ao Ganho  
(1820-1886)

Anos	Nº de licenças	Nº de Proprietários	sexo	
			MASC.	FEM.
1820/1829	19	9	9	-
1830/1839	51	48	40	8
1840/1849	151	147	119	30
1850/1859	162	154	120	31
1860/1869	1.292	354	253	103
1870/1879	120	70	50	20
1880/1886	20	15	10	5
TOTAL	1.805	797	604	193

Fonte: Arquivo Geral do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos .  
Códices: 6.1.25, 6.1.29, 6.1.32, 33, 34, 36, 38, 6.1.43,  
44, 45, 46, 47, 6.1.54, 55, 56, 57, 58, 59, 6.1.60, 61.

Para melhor visualizarmos - posição entre proprietári  
os adultos do sexo masculino e feminino no período estudado ,  
organizamos o gráfico abaixo:

GRÁFICO II - Proprietário do sexo masculino e feminino (1820/1886)



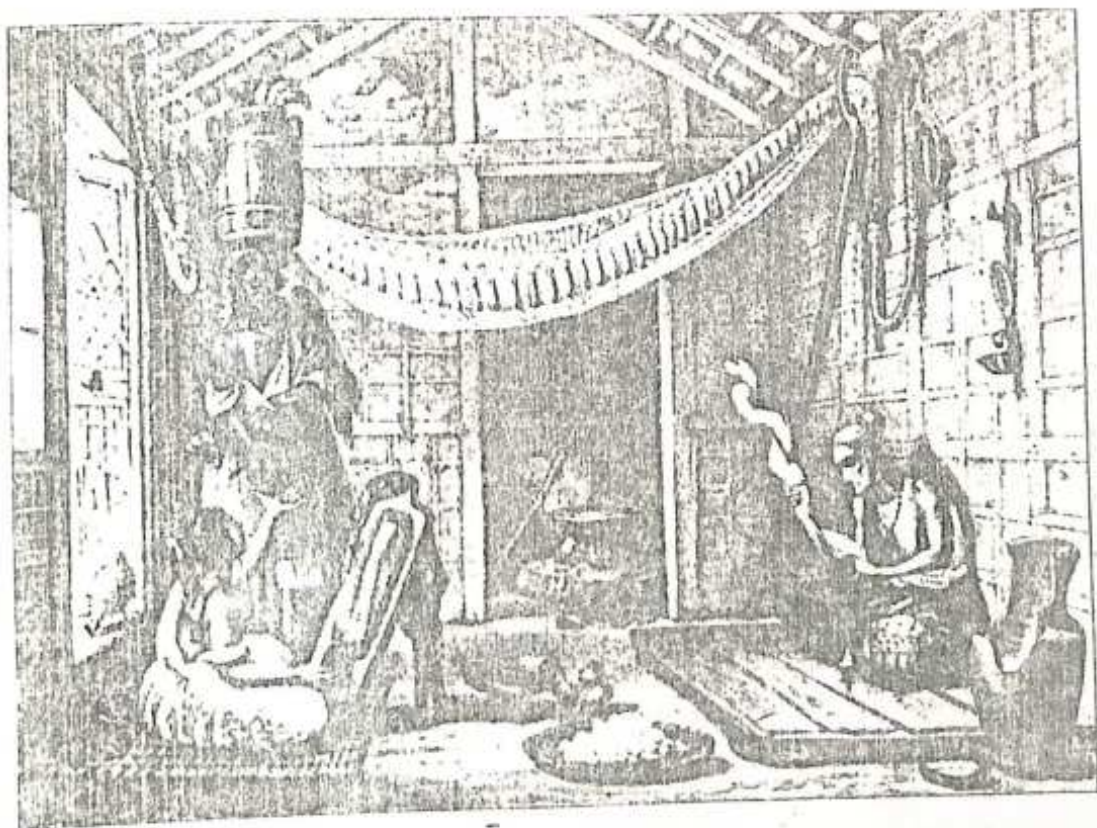


As viúvas recebiam escravos ao ganho de espólios dos maridos e muitas vezes estes representavam sua única fonte de sobrevivência, como se pode observar nos exemplos abaixo citados:

"Diz Agostinha Moreira, viúva, moradora da Rua do sabão, que tendo sido hoje presa por ordem do senhor fiscal de Santana sua única escrava que possui Maria Cabina por ella ter deitado circus, no Largo da Cadeia Nova, lugar este que por ignorar assim o fes, não pode a supp<sup>te</sup> pagar a multa imposta por ser pobre por isso recorre a V. S. para entregar a referida escrava dispensando de pagar a multa" (1)

"Diz D. Maria Julia Sampaio Teixeira que tendo de por ao ganho o seu escravo Elias mina, quer a sup<sup>p<sup>te</sup></sup> como estando em fase cabeça de casal de seo ' finado marido fazer qu'elle continue no mesmo ser<sup>v</sup> viço e não podendo fazer sem licença. A declaran<sup>te</sup> te é brasileira e moradora na Rua do Catete n<sup>o</sup> ' 140, Fregueſia da Glória." (2)

GRAVURA 20: Viúva pobre no interior de sua casa.



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste, op cit Introdução. p. 304

A gravura exemplifica a situação acima descrita tecendo os seguintes comentários: A imagem apresenta o interior da casa de uma viúva pobre, que ficou no mundo unicamente com sua filha e uma escrava velha. Afirma o artista "ter escolhido o momento do regresso da negra, que entregava à sua ama o lucro do dia, do qual retirou o necessário para aquisição de uma penca de bananas destinada à ceia frugal de todos os habitantes da casa" (3).

Nos anúncios de escravos fugidos dos Jornais do Comércio e Diário do Rio de Janeiro durante o período analisado, havia referências que indicavam a exploração excessiva de escravos de proprietários que viviam exclusivamente do trabalho des-



sa mão-de-obra, o que acreditamos justamente motivava as fugas. Como podemos ver no exemplo abaixo que o moleque Antonio, nação Caçange, que em 1833 foge para a Bahia, a proprietária <sup>d<sup>ca</sup></sup> no anúncio:

"Sua sra. he pobre, e não possui mais cousa alguma, pede por caridade às autoridades a quem compete dar passaportes, matrículas e visitas às embarcações, fação as precisas diligencias afim de que os ladrões desta Côrte e das Provincias não furtem descaradamente os escravos..." (4).

Frequentemente eram descritas as tarefas diárias de um escravo que, pelo fato de desempenhar múltiplas atividades, pressupõe-se trata-se de escravos de senhores pobres ou remediados, e permite avaliar o grau de exploração vigente: cozinheiros que eram também carpinas; sapateiros e pescadores; cozinheiro e caiador, lavadeira e vendeira de rua. Além das deformações profissionais das mãos, dos pés, do andar, do corpo inteiro, amplamente descritos nesses anúncios:

"Maria nação Benguella, 40 anos, baixa cabeça chata de tanto carregar peso, já tremia; e quando andava era cambando" (5).

Observamos que os proprietários que solicitavam pequeno número de licenças, habitavam as freguesias centrais onde predominavam as moradias mais populares inclusive cortiços. Enquanto que os proprietários de um grande número de escravos residiam em bairros considerados de elite tais como Glória, Botafogo. Só esporadicamente encontram-se referências a morado-

res de subúrbios. Neste caso, o proprietário solicitava simultaneamente autorização para seus escravos residirem por conta própria, argumentando a distância e o custo do transporte.

Como já referimos, a informação sobre a atividade profissional do proprietário era esporádico. Entretanto, observamos a referência a bacharel, militar (principalmente sargento), comerciante, padre, funcionário público. No caso das viúvas elas geralmente não tinham profissão.

Podemos tentar recorrer a estatística de profissões para ter uma idéia de sua distribuição espacial no Rio de Janeiro como se pode observar na tabela abaixo:

TABELA 15

## Profissões nas Freguesias Urbanas - 1970/71

Profissões	Santana	Sacramento	Sta.Rita	S.José	Glória	Sto.Antonio	E.Velho	Lagoa	Candelária	E.Santo	S.Crist.	Total
Eclesiásticos	22	23	53	195	24	13	14	39	1	6	9	464
Militares	1284	65	1292	630	1296	68	171	632	...	52	34	5534
Empregados Públicos	684	287	263	294	233	356	155	128	12	324	167	2923
Profissão literária	361	351	117	363	334	423	127	189	176	220	167	22784
Comerciantes	2144	4150	2939	2423	1390	1311	425	609	4512	526	607	21003
Proprietários	190	110	95	161	245	114	106	109	15	105	125	1315
Lavradores	24	29	8	11	13	10	78	137	4	34	52	460
Pescadores	36	5	64	40	21	3	...	83	...	4	143	449
Marítimos	87	17	474	237	44	8	9	13	14	57	30	1190
Manufaturas, Artes e ofícios	6163	6570	4643	5392	3539	3531	1222	1193	764	2702	813	36531
Agências	224	205	179	216	51	314	324	66	47	75	471	2672
Serviço Doméstico	4123	1618	3674	1150	333	861	2672	2715	211	2977	1297	21736
Sem profissão conhecida	12536	6511	5265	5726	6631	6506	4641	2849	1361	1974	3447	53447
Capitalistas	22	25	8	66	25	39	16	19	14	4	3	241

Fonte: LOPO, Eulália Maria Lahameyer, op. cit. Introdução pp.366,370,378,382,384,391,392.



Os eclesiásticos moravam na sua maioria em São José, os militares em Santa Rita, Glória e Santana: os empregados públicos em Santana, e as pessoas de profissão literária (bachareis) nas freguesias de Santo Antônio, São José, Santana, Glória; enquanto os comerciantes predominavam nas freguesias de Sacramento, Candelária e Glória.

Nota-se portanto, que o escravo ao ganho dava possibilidade de suprir a subsistência ou complementar a renda de categorias sociais intermediárias cuja existência era extremamente difícil no sistema escravista na sua forma original. Entre os proprietários não encontramos a presença de altas patentes militares ou a hierarquia superior da igreja.

No entanto, é preciso salientar que a categoria de proprietário de escravos ao ganho era tão heterogênea quanto os seus escravos, havia grandes e pequenos proprietários que não se organizavam para fazer frente aos abusos da intervenção do Estado, que desobedecia aos direitos de propriedade em nome do bom funcionamento da cidade. A legislação através de suas posturas limitava o direito de propriedade na cidade, a preocupação era assegurar proteção ao morador. Assim, observa-se que a legislação urbanística desenvolvida em todo o século XIX, tinha como finalidade melhoramentos urbanos e controle de inúmeras atividades privadas cujo funcionamento colocava em risco o interesse comum (6).

A existência de escravos ao ganho nas ruas, nos mercados, na alfândega, em outros locais, agredia e ameaçava a população. A falta de controle por parte do proprietário fortalecia a atuação do Estado. Os protestos nos jornais e nos processos dirigidos a Câmara eram constantes, porém de caráter individual. Frequentemente o Estado confiscava indevidamente escravos ao ganho, alegando irregularidades não comprovadas e utilizando essa mão-de-obra para os serviços públicos, cobrando taxas de manutenção e multas dos proprietários.

Os pedidos de esclarecimentos sobre prisões de escravos ao ganho eram constantes, como podemos ver no exemplo abaixo:

"Ilmo Sr Juiz de Paz do Distrito de Santa Rita

Diz Miguel Francisco Borges, que se faz preciso que o depositário geral do município que lhe em forme o motivo da prisão de João Caçange, escravo de Miguel Francisco Borgesprehendido pelo guarda Fiscal de Sta. Ritta pelo guarda Antonio (...) o dia mez e anno da apreensão.

6 de abril de 1840" (7)

Após uma série de pedidos de esclarecimentos sobre o paradeiro de escravos apreendidos responde o fiscal do Distrito de Santa Rita:

" 3 de julho de 1841

Ilmo Snr<sup>s</sup>

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Sas. a revelação dos escravos que encontrei com licenças e sem ellas; nomes moradia de senhes. nos das chapas que s' acham recolhidos a prisão de Calabouço:

- Dionísio Moçambique - escravo de Joaquim Eleutério M. morador a Rua do Livramento nº 77, Chapa nº 2110.
- João. escravo de José de Souza Pedrosa morador no Morro do Livramento, Chapa nº 1632.
- Diogo Cabina escravo de José Lopes dos Santos morador na Travessa do Matogrosso nº 1, Chapa 540.
- Pedro Moçambique, escravo de D. Joanina de Jesus.
- Proença não continha a licença, nem o nº da caza, Chapa 2018.
- Sabino Guilherme, escravo de Custódio José Soares, morador a rua S. Francisco da Prainha nº 101, Chapa 1992.
- Daniel Angola, escravo de Antonio Rodrigues, mo-

- rador na praia do Valongo nº 8, Chapa 1984
- Antonio moçambique escravo de Luiz Cardoso, morador no Beco do Proposito nº 3, Chapa 1932.
  - Matheus Congo, escravo de Manoel Paes Azevedo morador no Largo do Capim, nº 81, Chapa 2234.
  - Jonas da nação mina, escravo de Manoel Travasso da Costa, morador na Praia da Saúde 98, Chapa 197.
  - João Congo escravo de José Maria de Nogueira, morador Rua União 2, Chapa 2130.
  - José escravo de Marcelimo Correia Homem morador da Rua do Livramento 51, Chapa 2246.
  - Claudio crioulo, escravo de José Pereira.
  - Antonio Angola escravo de Bernardo de Francisco.
  - Manoel Moçambique de fulano Carril.
  - José Calabar escravo de José Pedro.
  - Francisco Benguella, escravo de João Domingos"
- (8).

O proprietário de escravo ao ganho era fraco perante o Estado devido a sua origem social e a necessidade de recorrer ao governo para controlar, fiscalizar e punir o seu escravo.

Essa prática foi registrada na documentação da polícia, pelo código de Posturas, pelos cronistas que visitaram o Rio de Janeiro. Entre estes, figura Alexander Caldecheugh (9) que esteve na cidade entre 1811 e 1821 que afirmava:

"... o senhor vai ao juiz da polícia, registra o crime e obtém uma ordem para punição no pelourinho público pela qual ele paga as chicotadas por sentença".

Porém é, mais uma vez Debret (10) que com a riqueza de detalhes de um observador sensível, um artista primoroso assim descreve e pinta a aplicação do castigo do açoite:

"a necessidade de manter a disciplina entre uma numerosa população negra levou o legislador português a mencionar no código penal a pena do açoite, aplicável a todo o escravo negro culpado de falta grave: deserção, roubo, ferimento, brigas etc...

Nessa circunstância o senhor requer a aplicação da lei e obtém uma autorização do intendente da polícia, que lhe dá o direito de determinar, de acordo com a natureza do delito, o número de chicotadas que exige, de 50 até 200. O máximo da pena é administrado em duas vezes com um dia de intervalo; o termo médio é o mais empregado. É por conseguinte, de uso no Rio e nas Grandes cidades do Império, que o senhor que deseja castigar o negro o faça conduzir por um soldado de polícia ao calabouço, para ser preso com a apresentação da autorização legal em que se inscrevem o nome do delinquente e o número de chicotadas que deverá receber.

Por isso todos os dias, entre 9 e 10 horas da manhã, pode-se ver sair a fila de negros a serem punidos; eles vão presos pelos braços, de dois em dois, e conduzidos sob escolta da polícia até o local designado para o castigo, pois existem em todas as praças mais frequentadas da cidade pelourinhos erguidos com o intuito de exhibir os castigos que são em seguida devolvidos a prisão...

A lei permite ainda que o senhor deixe o escravo na prisão mediante o pagamento de uma pensão de dois vinténs por dia, ou para puni-lo ainda mais ou para esperar o momento de vendê-lo..."

(vide gravura 21)

Observamos que a partir de 1860 aumenta o número de pedidos de licença feitos por um mesmo senhor, o que confirma a hipótese da lucratividade desse investimento dada a recuperação do capital aplicado na compra e no treinamento do escravo permitindo a sua reaplicação.

É preciso salientar, que na década de 1860 o preço do escravo se eleva devido a escassez decorrente da proibição do tráfico, das restrições ao comércio inter provincial, da não existência de política de reprodução, e da alta mortalidade. Torna-se portanto, menos lucrativo o emprego do escravo comum



na lavoura, porém permanece remunerador o escravo treinado de aluguel ou ao ganho. Visto que, a expansão econômica mais acelerada à partir dessa época aumenta a procura de trabalhadores, como podemos ver nos exemplos abaixo:

"preto bom cozinheiro de forno e fogão e faz doces" oferecido a 35\$000 mensais (11)

"por 20\$000 mensaes aluga-se uma preta, que sabe lavar, cozinhar e vender quitanda" (12)

Preços bastante elevados considerando-se que no meado do século XIX, e mesmo anos depois, uma boa casa assobradada é alugada no centro do Rio de Janeiro a 60\$000 réis. A valorização no mercado do trabalho escravo, reflete-se nas elevadas cifras que o preço de um escravo atinge no ano de 1878:

"vende-se um carpinteiro, por 1:000\$; uma preta por 500\$; um moleque por 1:500\$; pardinhas prendadas e pretas de 1:200\$ a 1:700\$" (13)

Deve-se recordar que o proprietário não custeava o sustento dessas últimas categorias de escravos. Essa característica é muito importante, pois o preço dos gêneros alimentícios consumidos pelos escravos sofre elevações decorrentes das crises de 1857, 1864 durante a guerra do Paraguai e na crise de 1875 (14).

Enquanto o escravo do campo torna-se cada vez mais anti-econômico, inclusive em decorrência da decadência da lavoura do café do vale do Paraíba, o escravo de aluguel e de ganho



passa a ser relativamente mais lucrativo.

Como podemos ver nos exemplos abaixo multiplos pedidos feitos por um mesmo senhor para colocar escravos ao ganho na praça do Rio:

"Diz o Sarg<sup>to</sup> Mor Antonio José de Brito cidadão brasileiro, morador na Freguesia da Glória, que elle suppte precisa licença para por no ganho hum escravo preto de nome Fernando de Nação..." (15)

No mesmo ano (1860) este proprietário requer licenças para mais oito escravos ao ganho.

"D. Maria Thereza dos Prazeres Ponto, brasileira, moradora a Rua dos Arcos n<sup>o</sup> 44, que ella precisa de licença para trazer ao ganho os dez escravos a margem anotados..."

Rio de Janeiro 24 de maio de 1864"

No mesmo ano essa senhora re'quer licença para colocar ao ganho mais 46 escravos na praça (16).

"Diz Manoel José Spinola Bittencourt morador a Rua do Lavradio 16 que precisa que a Ilma Camara lhe conseda licença para os seus escravos abaixo denominados andarem ganhando com cesto na rua durante o corrente anno assim.

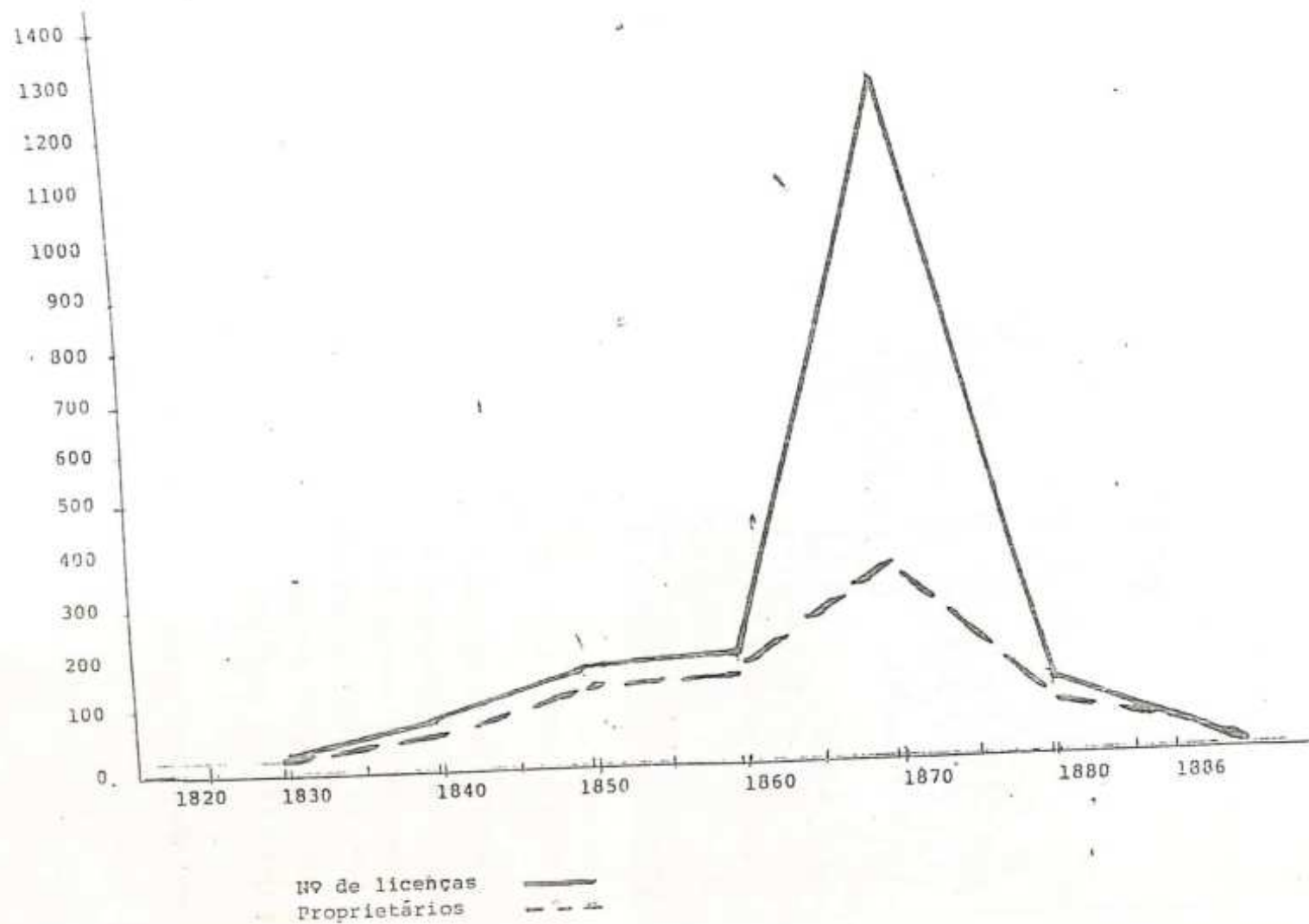
Rio de Janeiro 31 de janeiro de 1868.

- |              |         |                  |         |
|--------------|---------|------------------|---------|
| 1. Abrahan   | Africa  | 13. João R.      | Crioulo |
| 2. Antonio   | Crioulo | 14. José         | Mina    |
| 3. Benedito  | Mina    | 15. Jose Pequeno | Mina    |
| 4. Clemente  | Mina    | 16. Julio        | Mina    |
| 5. Eduardo   | Crioulo | 17. Justino      | Mina    |
| 6. Fraderico | Mina    | 18. Leoncio      | Mina    |

7. Gregório	Mina	19. Luis Crioulo
8. Guilherme	Mina	20. Miguel Crioulo
9. Horácio	Mina	21. Pedro Crioulo
10. Jaco	Mina	22. Samuel Crioulo
11. Jacob	Crioulo	23. Teodoro Crioulo (17)
12. João	Crioulo	

O gráfico abaixo nos permite realçar a concentração de licenças na década de 60 e a desproporção entre essas licenças e o número de proprietário.

GRÁFICO III - Relação proprietários e nº de licenças 1820/1886





FONTE: DEBRET. Jean Baptista. op. cit. Introdução p.357

Essas execuções públicas, são restabelecidas a partir do desenvolvimento da cidade, onde a população escrava se concentrava. Portanto a partir de 1821 essas rigorosas punições eram executadas em pleno centro do Rio. Após 1829 transferem-se para um lugar mais reservado, à porta da prisão do Castelo, que substitui a do Calabouço, demolida com a construção do Arsenal do Exército.

A punição por açoitamento só seria proibida em 1886, já nos últimos momentos da escravidão.



É importante acrescentar que o proprietário quando rico, costumava ter escravos para os serviços domésticos, escravos de casa, e escravos para os serviços de rua que poderiam ser ao ganho ou simplesmente para recados, compras, encomendas e vendas. Como se pode ver no anúncio abaixo:

"Vende-se huma preta de bons costumes, muito agil para todo o serviço de huma casa, em 16 annos de idade e sempre tem sido criada sem sahir à rua" (18)

Os anúncios de venda ou aluguel indicavam a determinação de escravo de casa ou sobrado, escravo de rua.

Esta situação acima descrita refere-se aos proprietários abastados, que viviam nos sobrados ou nas chácaras e que procuravam desta maneira evitar que os escravos que serviam diretamente a família entrasse em contato com os perigosos vícios da rua.

Com a degradação desses sobrados urbanos após a segunda metade do século XIX, quando a população aumenta observou-se o abandono do centro por esse grupo mais abastado em busca de locais mais aprazíveis. Entretanto, o emprego de escravos ao ganho aumentava, engrossando a população que habitaria esses antigos sobrados, transformando-os em cortiços. Após 1868 vimos esses cortiços proliferando nas freguesias urbanas (vide tabela nº 45), tornando-se alvo das críticas e preocupações das autoridades. Culminado com o projeto da formação de uma Comissão de Melhoramentos da Cidade em 1874, que tinha como principal objetivo a eliminação dos cortiços existentes, considerados focos geradores de epidemias e imoralidades.

Homens e mulheres, ricos, remediados e pobres todos exploravam essa nova face da escravidão. Ela criava uma brecha



na estrutura polarizada da sociedade escravista tradicional, dando origem a uma camada de renda média de proprietários de escravos ao ganho e propiciando treinamento de mão-de-obra que serviria de transição para o trabalho livre.

na estrutura polarizada da sociedade escravista tradicional, dando origem a uma camada de renda média de proprietários de escravos ao ganho e propiciando treinamento de mão-de-obra que serviria de transição para o trabalho livre.

- NOTAS DA TERCEIRA PARTE

- ( 1 ) Arquivo Geral do Rio de Janeiro, código 6.1.45
- ( 2 ) Arquivo Geral do Rio de Janeiro, código 6.1.45
- ( 3 ) DEBRET, Jean Baptiste op cit Introdução, p.256.
- ( 4 ) FREYRE, Gilberto . O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX . São Paulo , Cia Ed. Nacional, 1979. p. 29.
- ( 5 ) id, ibid. p 31.
- ( 6 ) PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. op cit Parte II, p. 148.
- ( 7 ) Arquivo Geral do Rio de Janeiro, código 6.1.43, p. 44.
- ( 8 ) Arquivo Geral do Rio de Janeiro, código 6.1.43, p. 23.
- ( 9 ) CALDECHEUG, Alexander . Travels in South America during the years 1819/1821, apud Algranti, Leila Mezan op cit Introdução, p. 143.
- (10) DEBRET, Jean Baptiste. op cit Introdução, p. 304.
- (11) Jornal do Comércio - 14/12/1864.
- (12) Jornal do Comércio - 14/12/1864.
- (13) Jornal do Comércio - 10/12/1878.
- (14) LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. op.cit Introdução, vol I, p.p. 128/129.
- (15) Arquivo Geral do Rio de Janeiro, código 6.1.50.
- (16) Arquivo Geral do Rio de Janeiro, código 6.1.45.
- (17) Arquivo Geral do Rio de Janeiro, código 6.1.56.
- (18) Diário do Rio de Janeiro 28/1/1821. Biblioteca Nacional PR SOR 298.



- CONCLUSÕES

Concluimos que, a escravidão ao ganho foi contraditória do sistema escravista como um todo, porém não contribuiu para a sua derrubada pela forma revolucionária.

O escravo ao ganho utilizando-se de formas individuais de contestação ao sistema e a miséria que este lhe impunha; negando a escravidão a todo momento através de roubos, fugas, agressões, assassinatos, bebedeiras, lutava pela sobrevivência. Essa forma de luta igualava negros, escravos ou não e ao mesmo tempo os dividia.

A disputa de serviços, a competição muitas vezes transformava-os em inimigos, desta forma toda a insatisfação do escravo se direcionava, nem sempre, para o senhor que lhe exigia uma parte considerável do seu ganho, não para o sistema que o explorava, mas para o companheiro que lhe tirava o freguês. Comprovando-se essa situação pelas constantes intervenções da polícia para apartar ou organizar a grande competição dos negros de ganho - mortes, pancadarias, vinganças, faziam parte da crônica policial da época.

Uma série de fatores propiciaram a desarticulação de qualquer movimento coletivo do negro contra o sistema na cidade do Rio de Janeiro. Além dos fatores acima citados, contribuiu também para isso as Irmandades de Negros que desmobilizavam os escravos, resolviam individualmente seus problemas, davam assistência aos necessitados e auxílio financeiro para a compra da liberdade através de empréstimos. As Irmandades não questionavam o sistema, mesmo nos momentos de maior efervescên-



cia do abolicionismo, pois estavam plenamente integradas nele, os irmãos viviam da exploração do trabalho dos escravos ao ganho ou aluguel.

Essa nova face da escravidão impõe ao proprietário limitações ao seu poder, refletidas através do controle exercido pelo Estado, pois o escravo ao ganho quando transpunha os limites da casa deixava de ser apenas uma propriedade privada, tornava-se também uma propriedade pública. As posturas intervêm no direito de propriedade disciplinando as relações entre escravos e senhores, garantindo o que se entendia como sendo "interesse público".

A escravidão ao ganho propiciou elementos de transição para o capitalismo, favorecendo o surgimento de uma mão de obra treinada, de uma classe de proprietários de renda média e de formas intermediárias de "salário".

A escravidão ao ganho também favoreceu a expansão econômica do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, na medida em que era lucrativa numa fase de elevação de preços do escravo e do alimento possibilitando a reaplicação do capital investido nesse escravo.

O nosso trabalho demonstra a variedade de profissões exercidas pelos escravos, desmentindo as frequentes afirmativas de incompatibilidade entre escravo e tecnologia.

Finalmente, acreditamos ter evidenciado através de nossa pesquisa a importância da escravidão urbana e sua influência no tipo de sociedade que surgiu após a abolição.

O sistema de ganho que caracterizou a escravidão na cidade, desenvolvendo aspectos totalmente contraditórios, não foi um elemento definidor do sistema, pois o que marcou a escravidão no Brasil, na América de um modo geral, foi a escravidão rural.

O desaparecimento do escravo ao ganho não comprometeria a base do sistema, entretanto, numa estrutura escravista



marcada pelo trabalho agrícola, cujas cidades representavam os agentes distribuidores, produtores, importadores e exportadores - está claro que esta cidade deveria ser escravista, o contrário representaria uma contradição e um enfraquecimento da estrutura. A escravidão foi o fator que uniu o país de ponta a ponta. A partir do momento em que algumas regiões começaram a descartar o trabalho escravo, a adesão ao movimento abolicionista foi imediata.

Pensamos a escravidão como um tempo de longa duração, responsável por toda organização social e econômica da Colônia e do Império, deixando suas marcas também na República. A abolição não significou uma transição para o trabalho livre na sua expressão maior, pela insuficiência da oferta de trabalho para atender a demanda. A derrocada legal do escravismo colonial representada pela Lei Áurea, significando o fim do escravo como instituição, porém subsistem formas de trabalho compulsório na definição de Kloosterboer (1):

"Chamemos trabalho compulsório aquele do qual o trabalhador não puder retirar-se se assim o desejar ficar sujeito a punições, e ou para o qual tiver sido recrutado sem o seu consentimento voluntário para tal. O motivo para a imposição desse trabalho, outrossim, deve ser a obtenção do lucro..."

Denunciando a permanência das estruturas econômicas e sociais - libertou-se o escravo mas, não o trabalho, que continuaria a ser sinônimo de escravidão e que, segundo da Costa (2):

(...) "Talvez a mais importante de todas as influências e a menos estudada seja a que derivou não propriamente da tradição africana, mas das condições sociais criadas com o sistema escravista. A

existência de dominadores e dominados numa relação de senhores e escravos propiciou situações particulares, específicas marcando a mentalidade nacional. Um dos efeitos mais típicos dessa situação foi a 'desmoralização do trabalho.

(...) A sociedade não se organiza em termos de co-  
operação, mas de espoliação".

Esperamos, que nesta primeira abordagem do nosso estudo, tenhamos contribuído de alguma maneira para a compreensão da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, oferecendo algum subsídio para os estudiosos da questão; para aqueles que pretendam continuar revendo posturas que encaram a escravidão voltada apenas para o campo. Enfim, para aqueles que pretendam aprofundar suas pesquisas nos aspectos que a historiografia de um modo geral tem considerado peculiares.

Num país como o Brasil, localizado em diversas latitudes, com diferentes atividades econômicas e que adotou a escravidão como sistema sócio-econômico, que garantia a produção e reprodução de bens exportáveis, consumíveis e de serviço, era indispensável que esta se adaptasse as várias formas de atividades desenvolvidas no país por mais de três séculos, acompanhando a própria História do Brasil - o escravo no engenho, na pecuária, na mineração, no café, no algodão, nas atividades extrativas, nas cidades. Diferentes realidades, diferentes condições de vida, diferentes relações sociais e uma mesma estrutura de exploração - a escravidão.



- NOTAS DA CONCLUSÃO

- ( 1) KLOOSTERBOER, W. . Involuntary Labour Since The Abolition of Slavery . E. J. Bull, Leiden, 1960, p.p. 1,2. Apud CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLLI, Hector Perez. História Econômica da América Latina . Biblioteca Geral, Rio de Janeiro, 1984. p. 143.
- ( 2) COSTA, Emilia Viotti da . Da Senzala à Colônia . Liv. de Ciências Humanas Ltda, São Paulo, 1982. (grifos nossos) p. XI.

BIBLIOGRAFIAV.1. ARQUIVOS E FONTES CONSULTADASI.1. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

Cartas de libertação de escravos, códigos: 6.1.13; 6.1.14;  
6.1.15; 6.1.16; 6.1.17.

Mercadores de escravos (1777/1831) código: 6.1.23.

Escravidão (1814/1831) código 6.1.25.

Escravos (1844) código 6.1.29.

Casa de aluguel de escravos (1846) código 6.1.30.

Escravos ladinos (1847, 1848, 1854, 1855) código 6.1.31 a-  
té 6.1.34.

Junta classificadora de libertação de escravos - atas  
(1873, 1883) código 6.1.39.

Escravos (1876) código 6.1.40.

Escravos (1881-1888) código 6.1.41, 6.1.42.

Escravos ao ganho:

1820/1828 código 6.1.23

1833/1841 código 6.1.43

1841/1885 código 6.1.44

1842/1845 código 6.1.45

1845/1863 código 6.1.46

1846/1850 código 6.1.47

1851/1855 código 6.1.49

1856 código 6.1.50

1857/1862 código 6.1.51

1860/1861 código 6.1.52

1862/1867 código 6.1.53

1863/1867 código 6.1.54

Escravidão (1864/1877) código 6.1.55 até 6.1.60 (1870/  
1880)

Feira de Leilão de móveis e de animais e escravos (1828 )  
código 6.1.62

Habitações coletivas, estalagens ou cortiços (1855/1868 )  
código 44.2.7

Habitações coletivas, estalagens ou cortiços (1875/1885 )

código 44.2.8.

Livros de registros das Leis referentes a Câmara Municipal'  
(1828/1847) código 18.1.66.

Câmara Municipal - Posturas (1830/1831) código 18.1.67.

18.1.68 (1830/1849)

18.1.69 (1830/1858)

Legislação do Império (1831) código 18.1.71

Câmara Municipal - Posturas (1832/1888)

Códices: 18.1.72; 18.2.1; 18.2.2; até 18.2.12. (Documenta -  
ção quase ilegível e sem roteiro)

### I.2. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Relatórios dos Presidentes de Província época do Império '  
1835/1843 rolo 033-0-78

Relatórios dos Presidentes do Império - Relatórios Ministe  
riais - Data época do Império - rolo 007-082.

### I.3. Biblioteca Nacional

Rio de Janeiro Jornais diversos - PR-SOR, 287,296 (1821/  
1827)



V.2. CRONISTAS E VIAJANTES CONTEMPORÂNEOS

- CALDECHEVGH, Alexander. Travels in South America during the years 1819-1821.
- DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo, Liv. Martins /EDUSP, 1972. (introdução)
- EBEL, Ernst. O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824. São Paulo, Ed. Brasiliense, Companhia Editora Nacional, 1972. (introdução)
- EDMUNDO, Luiz. A corte de D. João no Rio de Janeiro. 3º volume, 2.ed. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1957. (1ª parte)
- ESCHEGE, W. L. von. Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica na capitania de Minas Gerais. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936. (introdução)
- EWBANK, Thomas. A vida no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1973. (introdução)
- GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil e de uma Estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956. (introdução)
- KOSERITS, Carl. Imagens Brasil. Tradução de Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte, Liv. Itatiaia, 1980.
- LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. São Paulo, Liv. Martins, 1951. (introdução)
- RIBEYROLLES, Charles. Brasil pitoresco 1812-1860. 2º volume. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. (introdução)
- RUGENDAS, João Maurício. Viagem pitoresca através do Brasil. Tradução de Sérgio Millet. 8. ed. São Paulo, Ed. Itatiaia, 1979.
- SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. Tradução e notas do General Bertoldo Klinger. Prefácio e notas do Coronel F. de Paula Cidade. 3.ed. São Paulo, Liv. Martins; Brasília, INL, 1976. (introdução)
- SPIX, J. B. e MARTIUS, C.F.F. Von. Viagem pelo Brasil

1817-1820. 2.ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1961. 2.  
volumes. (1ª parte)

V.3. OBRAS E ARTIGOS GERAIS

- BLOCH, March. Introdução a história. Lisboa, Ed. Europa - América, 1974. (introdução)
- BRAUDEL, Fernand. Historia e ciências sociais humanas. Artigo a longa duração. (introdução)
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 10.ed. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1976. (introdução)
- CARR, E. H. Que é história? Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Revisão Técnica de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. (introdução)
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOL, Héctor Perez. Os métodos da história. 3.ed. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.
- CARONE, Edgar. O centro industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1877). Rio de Janeiro, Ed. Catedra, 1978. (1ª parte)
- GUERREIRO, Ramos. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro, s.ed., 1957. (1ª parte)
- LAMBERT, J. Os dois Brasis. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973. (1ª parte)
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IBEMEC, 1978. (introdução)
- MARX, Karl. Le capital. Paris, Editions Sociales, 1948/1960. (introdução)
- MOURA, Ana Maria da Silva. Carroças e carroceiros, transporte e abastecimento no Rio de Janeiro, 1850/1890. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1984. Tese de Mestrado (exemplar xerografado)
- PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. Artigo. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do D.F. na virada do século. In: Culturas e Cidades, ANPUH. Revista Brasileira de História, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1985, (8/9).
- RANGEL, Ignácio. Dualidade básica da economia brasileira. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.
- RENAULT, Delso. Rio de Janeiro, a vida da cidade refletida nos jornais.

SANTOS, Noronha. Chorographia do Distrito Federal. 3.ª ed.  
Rio de Janeiro, Ed. Benjamin de Aguiar, 1913. Citado  
na Série de Estudos PUC/RJ. A polícia na corte e no D.  
F., 1831/1930. PUC Divisão de Intercâmbio e Edições.  
(1ª parte)

. As freguesias do Rio Antigo vistas por N.S.  
s.l., Ed. O Cruzeiro, s.d. (1ª parte)

V.4 OBRAS E ARTIGOS SOBRE A ESCRAVIDÃO

- ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor ausente, estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808/1821. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.
- AZEVEDO, Thales de. Cultura e situação racial no Brasil. Rio de Janeiro, s.ed., 1966. (1a. parte)
- \_\_\_\_\_. As elites de cor. Um estudo da ascensão social. São Paulo, s.ed., 1955. (1a. parte)
- BRASIL, Gerson. A escravidão no Império. Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 1975.
- CARDOSO, Ciro Flamaron S. A Afro-América; a escravidão no novo mundo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. (1a. parte)
- \_\_\_\_\_. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_, BRIGNOH, Héctor Pérez. História econômica da América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo, s.ed., 1962. (1a. parte)
- \_\_\_\_\_ e IANNI, Octávio. Cor e mobilidade em Florianópolis. São Paulo, s.ed., 1960. (1a. parte)
- CONRARD, Robert. Tumbeiros; O tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. (1a. parte)
- COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República. 3.ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. (Introdução)
- \_\_\_\_\_. Da senzala à Colônia. 2.ed. São Paulo, Liv. de Ciências Humanas, 1982.
- COSTA PINTO, L. A. O Negro no Rio de Janeiro. São Paulo, s.ed., 1952. (1a. parte)
- CUNHA, Manuela Carneiro. Negros e estrangeiros. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. (1a. parte)
- DONALD, Pierson. Negroes in Brazil, Washington, 1959. Chicago, Nova Editora Chicago, 1967. (1a. parte)



- FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. Branços e negros em São Paulo. São Paulo, s.ed., 1955. (1a. parte)
- \_\_\_\_\_. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, s.ed., 1964. 2.v. (1a. parte)
- \_\_\_\_\_. O negro no mundo dos brancos. São Paulo, s.ed., 1972. (1a. parte)
- FRANCO, N. S. de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 2.ed. São Paulo, Ed. Ática, 1974.
- FRANK, Tannembaum. Slave and citizen, the negro in the Americas. Nova York, s.ed., 1946. (1a. parte)
- FREITAS, Décio de. O escravismo brasileiro. 2.ed. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1977.
- \_\_\_\_\_. Palmares: a guerra dos escravos. Porto Alegre, s.ed., 1973. (1a. parte)
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1977. Como representantes da Escola tradicional nos E.U.A. (1a. parte)
- \_\_\_\_\_. Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio/MEC, 1977, (1a. parte)
- GENOVESE, Eugene. A-Economia política da escravidão. Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 1976.
- GOLDIN, Cláudia D. Urban Slavery in the American South 1820-1860. Chicago, University of Chicago Press, 1976. (1a. parte)
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ed. Ática, 1978. (1a. parte)
- GOULART, José Alípio. Da palmatória ao partíbulo, Rio de Janeiro 1970. Da fuga ao suicídio. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1972. (1a. parte)
- IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo. São Paulo, s.ed., 1962. (1a. parte)
- \_\_\_\_\_. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro, s.ed., 1966. (1a. parte)
- KARRASCH, Mary C. Slave life in Rio de Janeiro 1808/1850. Tese de Doutorado apresentada a Universidade de Wisconsin 1972. (exemplar xerografado) (introdução)
- KLOOSTERBOER, W. Involuntary labour since the abolition of slavery. Leiden, Ed. E. J. Brill, 1960.

- LIBBY, Douglas Cole. Escravo e capital estrangeiro no Brasil - o caso de Morro Velho. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1984. (1a. parte)
- LIMA, Lana Lage da Gama. Rebeldia negra e abolicionismo. Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 1981. (1a. parte)
- LUNA, Luís. O negro na luta contra a escravidão. 2.ed. Rio de Janeiro, Ed. Catedra/MEC, 1976. (1a. parte)
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982. (introdução)
- MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1972. (1a. parte)
- QUEIRÓS, Sueli. A abolição da escravidão. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. (1a. parte)
- REIS, João José. Rebeldia escrava, o levante dos Malês. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. (1a. parte)
- RENAULT, Delso. Indústria, escravidão, sociedade. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira/MEC, 1976.
- RODRIGUES, José Honório. A rebeldia negra e a abolição. In: - História e Historiografia. Petrópolis, Ed. Vozes, 1970. (1a. parte)
- SANTIAGO, Theó. América colonial. Ensaios. Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 1975. (1a. parte)
- SANTOS, Maria Januária Vilela. A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão. São Paulo, Ed. Ática, 1983. (1a. parte)
- SANTOS, Sidney M. D. dos. André Rebouças e seu tempo. Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, 1985. (1a. parte)
- SCARANO, Julita. Devoção e escravidão. São Paulo, Ed. Companhia Nacional, 1978. (1a. parte)
- SOARES, Luis Carlos. A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste, um estudo das atividades manufatureiras na região Fluminense 1840-1880. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 1980. (cópia xerografada) (1a. parte)
- STANLEY, Eekins. Slavers, a problem in American Institutional and intellectual life. Chicago, s.ed., 1959. (1a. parte)

WADE, Richard. Slavery in the cities the south, 1820-1860.  
Londres, Oxford University Press, 1977. (1<sup>è</sup> parte)